

O Microcrédito em Portugal

Joana Silva Afonso

Open Access International Journals Publisher

Meta-informação

Template-Type: ReDIF-Book 1.0

Title: O Microcrédito em Portugal

Author-Name: Joana Silva Afonso

Author-Email: joaf75@gmail.com

Author-Workplace-Name: Associação Nacional de Direito ao Crédito

Editor-Name: Pedro Cosme Costa Vieira

Editor-Email: pcosme@fep.up.pt

Editor-Workplace-Name: Faculdade de Economia do Porto

Provider-Name: Open Access International Journals

Abstract: Micro-credit and micro-finance emerged in the 1970's in some Asian and Latin American countries as an instrument for fighting poverty and social exclusion. Using 2006-9 portuguese micro-level data, we estimate the failure rate of Portuguese micro-credit projects as 18,4%/year. This failure rate is incompatible with a no-subsidised system that would require a 25.5%/year interest rate. Using territorial variable on a Cox proportional hazard model, we estimate that the failure rate of those micro-credit projects located in the worst case NUTS II Portuguese regions (Alentejo e Centro, 26.1%/year) is significantly higher than that of those projects located in the best case region (Norte, 14.7%/year).

ISBN: 978-989-97212-0-3

Classification-JEL: C31, C33, I38

Keywords: Microcrédito, Microfinanças, Modelos de sobrevivência

Edition: 1

Year: 2011

Month: February

File-URL: http://www.fep.up.pt/repec/por/temoli/files/afonso_microcredito.pdf

File-Format: Application/pdf

Handle: RePEc:por:temoli:003

Sobre a autora

Joana da Silva Afonso é licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1998), Pós-Graduada em *Human Rights and Democratisation* pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2002), e Auditoria e Controlo de Gestão pela Faculdade de Economia e Gestão do Porto da Universidade Católica (2003) e mestre em Economia e Gestão das Cidades pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (2010).

Entre outras actividades profissionais, Joana Afonso foi consultora de *benchmarking* na Delegação Regional Norte do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, entre 2000 e 2002. É técnica de microcrédito, na Associação Nacional de Direito ao Crédito, desde Setembro de 2005.

Agradecimentos

Aos meus pais pela compreensão e incentivo.

À Associação Nacional de Direito ao Crédito, pela disponibilização da informação da sua base de dados e pela compreensão enquanto minha entidade empregadora. Um especial agradecimento a José Centeio, à Fátima Belo, a Manuel Braga e a todos os técnicos, Marta Mucha, Catarina Cortez, Pedro Silva, Laura Soares, Ana Pimentel, Pedro Félix, Luís Vasconcelos, Susana Neto, Joana Pinheiro e Vera Mota pelo apoio e ajuda na recolha de informação. Às minhas companheiras no Porto, Marta e Mónica, por me acompanharem ao longo de todo o percurso de escrita deste livro.

À ADICES - Associação de Desenvolvimento Local e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa pela colaboração prestada, bem como ao Prof. Dr. Nuno Alves, pelas sugestões efectuadas e ao Prof. Dr. Pedro Campos, por uma ajuda muito preciosa numa fase decisiva da elaboração deste trabalho.

Às minhas orientadoras de mestrado, Isabel Mota Campos e Sandra Silva, pela sua disponibilidade e por me ajudarem a manter o ritmo e a tomar todas as decisões necessárias no desenvolvimento da tese de que este livro resulta (Afonso, 2010).

Ao editor, Pedro Cosme Vieira, pelo trabalho que fez no texto.

ÍNDICE

Prefácio	1
1. Introdução	2
2. O Fenómeno da Pobreza: Breve Revisão da Literatura	3
3. Microcrédito	11
3.1. Conceitos de Microcrédito e Microfinancas	11
3.2. Microcrédito nos Países Desenvolvidos – A Experiência Europeia	20
3.3. Microcrédito em Portugal	27
4. Território	32
5. Microcrédito e Território: O Caso Português	37
5.1. Notas Metodológicas	39
5.2. Variáveis do Modelo	42
5.3. Aplicação do Modelo	49
6. Conclusões Finais	54
Referências Bibliográficas	56
Anexo I - Programas de Microcrédito em Portugal (2009)	62
Anexo II - Quadro Resumo - Estudos sobre Microcrédito	64
Anexo III - Tabela de Correspondências e Códigos Utilizados	65

PREFÁCIO

As pessoas são heterogéneas quanto à capacidade para gerar rendimento o que leva a que algumas caiam em situações de exclusão social e de pobreza. Sendo que é um imperativo da sociedade ter políticas activas de integração dessas pessoas desfavorecidas, o microcrédito e (a microfinança) serão instrumentos válidos para integrar aquelas pessoas cuja situação de exclusão resulta de factores limitados no tempo, como sejam pessoas com capacidade de trabalho e de iniciativa que não têm recursos para iniciar uma actividade económica.

O microcrédito surgiu nos anos 1970, em alguns países da Ásia e América Latina, como um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social num contexto em que a complexidade das situações e as suas especificidades locais obrigam a considerar diferentes soluções. As origens do microcrédito (e da microfinança) estão associadas a contextos rurais de países em desenvolvimento mas, actualmente, existem programas de microcrédito um pouco por todo o mundo.

Em termos de microfinança, uma lacuna identificada nos países mais pobres é a impossibilidade das pessoas poderem depositar as suas poupanças de forma segura, independente das situações de guerra e calamidades naturais de que são vítimas, Gates Foundation (s.d.).

Este livro, apresentando primeiro um panorama sobre a questão do microcrédito e da microfinança, apresenta depois conhecimento novo que parte do princípio orientador de que a abordagem territorial pode trazer mais-valias importantes na análise da sustentabilidade e eficácia do sistema de microcrédito e microfinança no caso português. Usando a base de dados da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) e recorrendo a técnicas estatísticas e econométricas, identificam-se ao longo do texto as semelhanças e diferenças na aplicação e calcula-se a taxa de falha destes instrumentos nas diferentes zonas de Portugal e os factores explicativos para as diferenças encontradas. Na análise final, avaliamos a questão da sustentabilidade financeira do sistema de microcrédito e a pertinência da abordagem territorial fazendo uma análise de sobrevivência, *i.e.*, estimamos o modelo de hazard proporcional de Cox.

Os dados usados reportam-se aos novos projectos de microcrédito financiados no período 2006-2009, 4 anos. Usamos no modelo, juntamente com as variáveis características de cada projecto, variáveis que controlam o sector de actividade (*e.g.*, a taxa de crescimento do valor acrescentado bruto); as características dos promotores (*e.g.*, as habilitações literárias) e factores territoriais como a densidade populacional. Estimamos que em Portugal a probabilidade média de falha dos projectos de microcrédito é de 18,8%/ano e que a probabilidade de falha nas piores regiões NUTS II (Alentejo e Centro, 26,1%/ano), é significativamente maior que a probabilidade de falha dos projectos localizados na melhor das regiões (Norte, 14,7%/ano). Estas taxas de falha são incompatíveis com um sistema autofinanciado que obrigaria a taxas de juro próximas dos 25.5% por ano. No entanto, não nos podemos esquecer que o microcrédito e a microfinança (com um défice de 1M€/ano para 600 famílias beneficiárias) são instrumentos de combate à exclusão e pobreza comparáveis ao Rendimento Social de Inserção (com um défice de 500M€/ano para 200 mil famílias beneficiárias).

Este livro começa com um enquadramento do microcrédito no âmbito dos estudos publicados sobre a pobreza e a exclusão social, procurando-se no Capítulo 2 salientar os aspectos mais relevantes desses trabalhos publicados. O Capítulo 3 é dedicado a duas grandes questões: em primeiro lugar, o conceito de microcrédito (e microfinança) e as questões teóricas associadas a este conceito, e depois, a apresentação do sector do microcrédito nos países desenvolvidos, com particular atenção à evolução verificada na União Europeia e em Portugal. No Capítulo 4, apresenta-se a fundamentação e enquadramento da abordagem territorial. No Capítulo 5, analisa-se econometricamente (análise de sobrevivência,) a base de dados da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), identificando-se especificidades territoriais ao nível das NUTS II e III associadas aos projectos de negócio criados em Portugal através do microcrédito. O período de análise vai de 1 de Janeiro de 2006 a 31 de Dezembro de 2009. No Capítulo 6 são apresentadas as principais conclusões e pistas para investigações futuras.

1. INTRODUÇÃO

Os fenómenos da pobreza e exclusão social e as desigualdades sociais que lhe estão associadas têm uma base territorial que advém de uma distribuição espacial desigual dos investimentos públicos e privados e de um processo de acumulação de riqueza em áreas geográficas específicas em detrimento de outras. Estes dois factores cumulativos conduziram ao longo do tempo a uma matriz de situações territoriais complexa e diversificada do ponto de vista social (Klein *et al.*, 2009), de que a pobreza e a exclusão social são as mais graves.

A complexidade das situações e as suas especificidades locais têm levado à procura de diferentes soluções e mecanismos no combate à pobreza e à exclusão social tendo sido este o mote para o surgimento do microcrédito.

Desde as primeiras experiências nos anos 1970 em países da Ásia e América Latina à atribuição do prémio Nobel da Paz em 2006 àqueles que são dois dos ícones do microcrédito, Muhammad Yunus e o Grameen Bank, a aplicação deste instrumento cresceu e evoluiu, desenvolvendo-se todo um sector de actividade com expressão significativa à escala mundial e que tem atraído as atenções de economistas e instituições ao longo das últimas décadas.

O microcrédito consiste na provisão de pequenos empréstimos a pessoas em situação de pobreza e exclusão social para que estas possam desenvolver os seus próprios projectos de negócio, tornando-se assim empreendedores. Apoiando projectos de auto-emprego através da garantia dos meios financeiros necessários à sua implementação, o microcrédito permite que estas pessoas se possam integrar profissionalmente, esperando-se que, assim, consigam um rendimento suficientemente elevado para garantir a sua subsistência inclusão social e das suas famílias (Sengupta e Aubuchon, 2008; Microcredit Summit Campaign, 2010).

A evolução e disseminação geográfica do microcrédito, na sequência dos resultados obtidos, nomeadamente por Yunus no Bangladesh, não foram, contudo, homogéneas. As origens do microcrédito estão associadas a contextos rurais de países em desenvolvimento mas, actualmente, existem programas de microcrédito e microfinanças em países com dimensões

e níveis de desenvolvimento distintos e a sua aplicação estendeu-se também a áreas urbanas. Paralelamente, existem diferentes perspectivas sobre o impacto económico e social do microcrédito sobre os seus beneficiários e, conseqüentemente, sobre a sua capacidade de reduzir a pobreza. A análise empírica destes impactos não é uma tarefa simples, levantando-se questões quer do ponto de vista metodológico, quer da exequibilidade deste tipo de estudo. Esta é, por isso, uma área de pesquisa em que há ainda muito trabalho a desenvolver (Rosenberg, 2010).

Este livro pretende ser mais um contributo para o estudo do impacto do microcrédito no combate à pobreza e à exclusão social, tendo como ponto de partida a existência de especificidades territoriais a este nível. Esta diversidade e complexidade territorial, referenciada por Klein *et al.* (2009), são tão válidas numa análise à escala mundial como nacional, pelo que a abordagem territorial pode trazer mais-valias importantes na análise do impacto de um instrumento como o microcrédito, sendo uma perspectiva que não foi ainda suficientemente explorada, principalmente para o caso português.

A pretensão de escrever um livro em que o território tem um papel determinante é feita com a consciência de que esta é uma tarefa difícil e que se trata de um primeiro passo neste sentido. Procura-se, em primeiro lugar, demonstrar empiricamente a validade da abordagem territorial na análise do impacto do microcrédito, e, em segundo lugar, estudar as diferenças existentes entre as regiões. Não faria sentido escrever um livro sem fazer um enquadramento inicial do instrumento microcrédito e da sua evolução nas últimas décadas.

2. O FENÓMENO DA POBREZA: BREVE REVISÃO DA LITERATURA

A erradicação da pobreza é uma preocupação presente no discurso político desde há várias décadas (Akoum, 2008) e foi o mote para o desenvolvimento do microcrédito que, desde a sua génese, se constituiu como um instrumento de combate à pobreza (Yunus, 2008)¹. Deste modo, num estudo sobre microcrédito é importante enquadrar o seu nascimento no âmbito da problemática da pobreza. Importa ainda apresentar de forma clara o conceito microcrédito e os aspectos mais relevantes que o caracterizam para, depois, avançar na apresentação do conhecimento novo que resulta da nossa investigação.

Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX houve, nos países ocidentais, um aumento sem precedentes da riqueza. Segundo a tradição liberal, este aumento agregado garantiu a existência de maiores rendimentos para distribuir por todos aqueles que contribuíram para essa riqueza, e desta forma, mais pessoas conseguiram assegurar a satisfação de necessidades básicas e melhores condições de vida para si e para a sua família (Lomasky e Swan, 2009).

Anteriormente, a maioria das pessoas, mesmo nos países ocidentais, viviam vidas que se orientavam pela subsistência, que era colocada em risco quando sucedia algum contratempo, como, por exemplo, uma má colheita ou uma doença. Ser pobre significava viver no limite da existência, em constante perigo de não conseguir assegurar necessidades

¹ *“Assistindo ao fracasso das instituições existentes para tirar o terrível peso da privação dos ombros dos pobres, senti-me movido, à semelhança de muitas outras pessoas, a procurar uma resposta mais adequada.”* (Yunus, 2008, p. 73)

básicas. Nestas circunstâncias, a questão principal era “salvar” os indivíduos de descerem abaixo desse limiar de subsistência mais do que lidar com desigualdades entre os indivíduos traduzidas no conceito de pobreza relativa. A corrente liberal clássica preocupa-se com a igualdade numa perspectiva de satisfação das necessidades básicas e não no que respeita à distribuição da riqueza e dos rendimentos (Lomasky e Swan, 2009).

O forte crescimento económico verificado nos países ocidentais levou a uma divisão entre estes países, desenvolvidos, situados principalmente na Europa Ocidental e na América do Norte, e os outros da Ásia, África e América Central e do Sul que se mantêm em “vias de desenvolvimento”. Nos países desenvolvidos diminuiu drasticamente a proporção da população cujas condições de vida estão abaixo do limiar de subsistência, que continua a ser muito elevada nos países em vias de desenvolvimento.

Esta situação ilustrada nos indicadores económicos e de desenvolvimento que servem de base à construção do Índice de Desenvolvimento Humano, proposto pelas Nações Unidas, é observável de modo directo nas imagens transmitidas pela comunicação social, não sendo em muitos casos necessário recorrer a indicadores estatísticos ou à definição de limiares de pobreza para se perceber a dimensão do fenómeno e a urgência de intervenções no sentido de o erradicar ou, pelo menos, minimizar. Não é por isso de estranhar que um instrumento como o microcrédito tenha sido pensado e desenvolvido num dos países mais pobres do mundo na década de 1970, o Bangladesh, um país recém-formado, a recuperar de uma devastadora guerra da independência e muito sujeito a calamidades naturais (Yunus, 2008).

A primeira conclusão que se pode retirar numa revisão de literatura sobre o tema da pobreza é que não existe consenso relativamente à sua definição. Existem diferentes entendimentos sobre o que é a pobreza, de que derivam diferentes percepções relativamente às suas causas, à forma de a medir e às soluções que devem ser adoptadas.

“There is no one correct, scientific, agreed definition because poverty is inevitably a political concept – and thus inherently a contested one. (...) although poverty is a contested problem, it is still a problem; and there is no disagreement over that something must be done about it,” (Alcock, 1997, p. 3-4).

Alcock (1997) considera que o debate político e académico sobre a pobreza é claramente prescritivo e não meramente descritivo. Mas esta visão de que a definição e medição da pobreza é um exercício prescritivo em si é contestada por Sen (1979) que considera que o facto de se terem em conta as prescrições efectuadas por membros da comunidade a este respeito é um acto descritivo na medida em que para o investigador que estuda e mede a pobreza, as convenções e padrões aceites pela sociedade são um dado e não um objecto de debate.

No que se refere à conceptualização da pobreza, Sen (1982) coloca em destaque a decisão sobre “quem” deve ser o enfoque - o conceito de pobreza deve estar associado aos interesses dos pobres, dos não pobres ou de ambos? O autor considera que a segunda opção (dos não pobres) não é sequer concebível e que, mesmo admitindo a influência dos problemas dos pobres sobre o bem-estar dos não pobres, esta deve ser encarada como uma consequência da pobreza, não devendo integrar o próprio conceito. Assim, o enfoque do conceito deve estar no bem-estar/mal-estar dos que se encontram numa situação de pobreza.

Ao longo do tempo, nomeadamente desde os trabalhos desenvolvidos por Booth e

Rowntree no final do século XIX, que especial atenção tem sido dada à distinção entre pobreza absoluta e relativa (Alcock, 1997).

O desenvolvimento do conceito de pobreza absoluta é associado ao estudo realizado por Rowntree na cidade inglesa de York e publicado em 1901. A definição de pobreza absoluta procura ser uma definição objectiva e baseada na noção de subsistência, correspondendo a uma situação em que a família tem um rendimento inferior ao mínimo necessário para assegurar a manutenção da saúde física, estando incluído neste mínimo o acesso a comida, vestuário, habitação, combustível e outros artigos domésticos essenciais (ver, Alcock, 1997; Scott, 1997; Costa *et al.*, 2008).

Rowntree, no estudo publicado em 1901, coloca a ênfase nas necessidades fisiológicas, com uma ligação muito estreita à noção de subsistência. Contudo, no estudo de 1936 alarga o leque de necessidades abrangidas que passa a incluir rubricas como jornais, selos, rádio, férias e tabaco, entre outras (ver, Costa *et al.*, 2008). Percebe-se assim que a perspectiva de Rowntree evoluiu no sentido de abranger dimensões sociais no conceito de pobreza (Mabughi e Selim, 2006).²

Por outro lado, pessoas diferentes têm necessidades diferentes de acordo com as circunstâncias de cada um (género, idade e local de residência são alguns dos factores diferenciadores), sendo que a forma como os recursos são utilizados na satisfação de necessidades é também distinta, o que foi reconhecido por Rowntree no seu trabalho e o levou a distinguir entre pobreza primária e secundária. Na primeira estão as famílias que não auferem rendimentos suficientes para assegurar as necessidades mínimas enquanto a pobreza secundária corresponde a situações em que, apesar de possuírem rendimento suficiente para satisfazer as necessidades consideradas básicas, a sua utilização é feita de forma “insensata” e por essa razão, as famílias se encontram numa situação de pobreza (Alcock, 1997; Mabughi e Selim, 2006).

O conceito de pobreza relativa está, por sua vez, muito associado ao estudo de 1979 sobre a pobreza no Reino Unido de Townsend³:

“Individuals, families and groups in the population can be said to be in poverty when they lack the resources to obtain the types of diets, participate in the activities and have the living conditions which are customary, or at least widely encouraged and approved, in the societies to which they belong.” (Alcock, 1997, p.67; Maghubi e Selim, 2006, p. 186)

Nesta definição, podem salientar-se alguns aspectos importantes: a utilização do termo recursos e, portanto, de um conceito mais amplo do que o de rendimento; a definição das necessidades e a avaliação da sua satisfação realizadas tendo como referência o contexto social, sendo este relevante para todo o tipo de necessidades, incluindo o tipo de dieta; e a presença de uma ideia de exclusão relativamente a estilos de vida e actividades correntes (Costa *et al.*, 2008).

² Costa *et al.* (2008) defendem a existência de indícios de que Rowntree não pretendeu desenvolver uma definição totalmente objectiva e absoluta. *“O significado excessivamente estreito e estático por vezes atribuído à perspectiva de Rowntree parece, pois, dever-se a questões de interpretação, mais do que a uma limitação da ideia original do autor.”* (ver, Costa *et al.*, 2008, p. 36)

³ Embora a ideia subjacente ao conceito de pobreza relativa pareça ter sido já reconhecida por autores muito anteriores, como Adam Smith e Karl Marx (ver, Alcock, 1997).

O conceito de pobreza relativa tem, assim, inerente uma grande subjectividade na medida em que, baseando-se na comparação do nível de vida dos pobres com o dos não pobres, tem implícito um julgamento de valores. Townsend defende, contudo, que as necessidades relativas não são o resultado de um julgamento meramente arbitrário mas que podem ser determinadas e medidas. Partindo de sessenta questões iniciais, construiu um índice de privação baseado em doze indicadores (Alcock, 1997). Nos indicadores utilizados, Townsend incluiu, para além do rendimento, itens como habitação decente, boas condições de trabalho e rede de suporte familiar e social, aspectos a ter em conta na definição de pobreza porque são importantes para a manutenção de um estilo de vida digno (Maghubi e Selim, 2006).

Uma das críticas a esta perspectiva relativista tem a ver com a complexidade e subjectividade associada à construção de uma lista de factores de privação, sendo a forma como e por quem esta lista é construída um factor sensível na realização de qualquer estudo que se foque exclusivamente na definição relativa.

Sen (1979, 1983) advoga que os conceitos de pobreza absoluta e relativa são duas abordagens complementares e não exclusivas. Se, num dado momento, as necessidades incluem aquilo que as regras da decência exigem, a noção de necessidades mínimas tem um carácter relativo e não absoluto, devendo a privação ser julgada em comparação com a experiência de outros. No entanto, este autor defende a existência de um “centro irreduzível” de privação absoluta no conceito de pobreza, que tem a sua face visível em situações de fome e de extrema malnutrição e que não pode ser negligenciado. A componente absoluta do conceito de pobreza não significa que as necessidades sejam imutáveis ao longo do tempo.

Na prática, a maioria das tentativas para definir e medir a pobreza combina as duas perspectivas. Ambas têm desvantagens, pelo que a obtenção de uma definição que constitua uma base de análise, medição e acção política, implica minimizar os inconvenientes e capitalizar as vantagens das duas concepções (Alcock, 1997).

Na análise da literatura, e paralelamente a esta distinção entre pobreza absoluta e relativa, existe um conjunto de questões conceptuais que são recorrentes e relevantes não só para a definição do conceito mas também para a sua medição.

Uma dessas questões refere-se à unidade de análise, ou mais concretamente à opção entre indivíduo e família. A opção pela família justifica-se pela partilha de rendimentos normalmente existente entre os membros da família, independentemente de qual o receptor primário desses rendimentos e pelo facto das decisões, quanto à afectação dos recursos e padrões de consumo, serem também partilhados (Fields, 1980). A família é a unidade “natural” na avaliação do comportamento em termos de consumo, pelo que no cálculo do rendimento necessário para satisfazer as necessidades mínimas de famílias de tamanhos diferentes é preciso estabelecer uma correspondência entre rendimento familiar e individual (Sen, 1979).

Existem, contudo alguns contra-argumentos relativamente à escolha da família: os recursos podem ser distribuídos de forma desigual dentro da família, o emprego e respectiva remuneração estão dependentes das características e percursos individuais e existem indicadores chave, como o nível de habilitações que dizem respeito exclusivamente aos indivíduos (Fields, 1980). No entanto, em termos práticos, a utilização de uma ou outra unidade de análise está dependente da informação disponível.

Scott (1997) introduz uma outra perspectiva no que concerne à unidade de análise ao fazer referência à distinção entre indivíduo/família pobre e país pobre. A definição de pobreza e a sua medida estão bastante mais desenvolvidas a um nível micro, com a definição (não isenta de críticas) de linhas de pobreza para os indivíduos, do que a um nível macro. O facto de um país ser considerado rico, não significa que não tenha na sua população pessoas consideradas pobres mas certamente estes pobres num país como a Suíça não são comparáveis aos pobres da Índia ou do Bangladesh. Por exemplo, em termos relativos do país, 36,3% da população do Bangladesh vive abaixo da linha de pobreza mas, com os critérios adoptados em Portugal, mais de 90% ficaria abaixo desse limiar (estimativa calculada a partir de CIA – The World Fact Book).

Outra questão fundamental é o método utilizado na medição da pobreza – método directo ou indirecto -, cuja distinção se traduz no recurso ao consumo ou ao rendimento como variáveis relevantes de análise. O método directo é considerado de forma geral como sendo o mais correcto na medida em que o rendimento é utilizado como uma *proxy* do consumo, o que inevitavelmente implica a assumpção de pressupostos quanto ao comportamento do consumo (Sen, 1979). No sentido do reforço desta preferência está o argumento de Ringen de que as decisões de consumo são influenciadas por um conjunto vasto de factores, não sendo o rendimento factor único, o que põe em causa a sua utilização como uma *proxy* do consumo (Alcock, 1997). Contudo, pelas dificuldades associadas ao processo de recolha e tratamento da informação sobre consumo, esta não está normalmente disponível para ser analisada e a maioria dos estudos realizados utiliza medidas de rendimento (Fields, 1980).

Sen (1979) apresenta o rendimento de uma pessoa como um meio para prever o seu padrão de consumo efectivo e que permite também capturar a capacidade da pessoa em satisfazer as suas necessidades mínimas, quer o escolha fazer ou não. O método baseado no rendimento tem a vantagem de fornecer uma métrica (distância numérica relativamente a uma linha de pobreza estabelecida), embora os pressupostos assumidos sejam mais restritivos. Atkinson (1989) destaca a abordagem objectiva presente na medição com base em critérios científicos, contrapondo o nível de recursos de uma família com a avaliação subjectiva que a família possa ter da sua situação.

O estudo desenvolvido por Orshansky em 1965 é um exemplo emblemático de utilização de medidas baseadas no rendimento. A autora compara os padrões de despesa de famílias com diferentes níveis de rendimento nos Estados Unidos da América, concluindo que as famílias com mais baixos rendimentos gastam uma maior proporção desses rendimentos em necessidades básicas e que esta proporção diminui à medida que aumenta o rendimento. No estudo sugere a proporção da despesa média em bens alimentares como um bom indicador do nível de pobreza, podendo-se considerar pobres aqueles em que mais de 30% do seu orçamento familiar é gasto em bens alimentares (ver, Alcock, 1997).

Uma outra medida de pobreza baseada no rendimento, e numa perspectiva relativista, é a utilizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Europa (OCDE, 2008) em que são considerados pobres aqueles cujo rendimento se situava abaixo de 50% do rendimento mediano do respectivo país.

Na maioria dos estudos realizados tem predominado o recurso a medidas quantitativas, mas estas dão uma imagem limitada do fenómeno da pobreza, sendo eficaz na contagem de pobres (dada uma determinada definição) e na avaliação da desigualdade entre os vários grupos mas não na extensão da pobreza na sociedade. Para uma avaliação das

características da incidência de pobreza (entre as quais importa destacar a persistência no tempo), é útil complementar o estudo quantitativo e estatístico com análises qualitativas, mesmo tendo em consideração que ao serem desenvolvidas em escalas mais pequenas, não podem ser consideradas como representativas da pobreza em termos científicos (Alcock, 1997).

A definição e mensuração da pobreza são, assim, matérias complexas. Existe um elevado número de definições que são utilizadas por diversos intervenientes – agências internacionais/doadores, Organizações Não Governamentais (ONG), agências estatais e investigadores. O conceito é apresentado de diferentes formas, privilegiando distintos aspectos ou temas, tendo evoluído desde definições centradas exclusivamente em factores associados às necessidades físicas e materiais básicas para definições complexas que integram estes com factores económicos, institucionais, políticos, sociais e psicológicos, (Misturelli e Heffernan, 2008).

Misturelli e Heffernan (2008) consideram a existência de três grupos conceptuais no que se refere à classificação das diversas definições de pobreza: baseadas no (i) rendimento, nas (ii) capacidades e (iii) multi-dimensionais. Os autores defendem a presença de elementos associados a esta última categoria em várias definições já nos anos 70. Nos parágrafos seguintes serão apresentados de forma breve estes três grupos conceptuais.

Nas definições baseadas no rendimento, a pobreza surge como um estado em que os indivíduos não têm recursos financeiros suficientes para garantir a satisfação de necessidades básicas e atingir um nível de vida mínimo (*e.g.*, definição de Rowntree de 1901 ou do Banco Mundial de 1975, citada por Misturelli e Heffernan, tradução do autor).

“Pobreza reflecte-se na má nutrição, em desadequadas condições de habitação e condições de saúde mínimas” (Misturelli e Heffernan, 2008, p.671).

Nesta perspectiva é simples definir uma “linha de pobreza” que distinga os pobres dos não pobres mas esta separação está sujeita a muitas críticas pelo facto de não capturar todos os aspectos da “experiência” da pobreza e de a apresentar como uma situação estática.

O segundo grupo de definições está associado ao trabalho de Sen e ao conceito de capacidade, que corresponde à oportunidade de escolher entre diferentes combinações de “funcionamentos”⁴ valorizados pelo indivíduo. Neste sentido, a capacidade está associada a uma forma de liberdade – a liberdade de poder optar entre combinações de funcionamentos alternativos, ou de um modo mais simples, poder adoptar diferentes estilos de vida. O argumento não está na concretização de uma determinada acção/opção mas na liberdade para a fazer (Sen, 2005).

A passagem de uma abordagem da pobreza como uma situação de baixos rendimentos para uma perspectiva de privação ao nível das capacidades básicas é fundamentada por Sen em três argumentos: primeiro, a importância intrínseca dos critérios subjacentes a esta abordagem que contrasta com uma validade apenas instrumental do critério rendimento; segundo, a privação de capacidades básicas, e conseqüentemente, a “pobreza real” sofre outras influências para além do nível de rendimentos; terceiro, a relação instrumental entre baixo rendimento e baixas capacidades é variável, sendo distinta entre diferentes comunidades e mesmo entre diferentes pessoas/famílias. Esta distinção não prejudica que haja uma relação entre rendimento e capacidades pois, por um lado, o rendimento

⁴ Funcionamento é aquilo que cada pessoa pode fazer e ser (Sen, 2005).

corresponde a um meio para as capacidades, e por outro, uma pessoa com “capacidades alargadas” será, em média, mais produtiva obtendo rendimentos superiores (Sen, 2001).

A análise assente nas capacidades é importante não só nos países em vias de desenvolvimento como nos desenvolvidos. A situação de desemprego nos países europeus implica privações ao indivíduo que não são totalmente transmitidas nas estatísticas de desigualdade de rendimentos e que, embora minimizadas pelos sistemas de segurança social, têm consequências negativas sobre a liberdade individual (no sentido acima descrito), a capacidade de iniciativa e as competências dos indivíduos (Sen, 2001).

No terceiro grupo incluem-se definições que se baseiam na multidimensionalidade do fenómeno (Misturelli e Heffernan, 2008). Sendo importante a forma como se consideram e avaliam as diferentes dimensões da pobreza e da privação, Atkinson (2003) aponta duas abordagens diferentes a este propósito: a união ou a intersecção das várias dimensões. Na prática, isto significa que são avaliados como pobres todos os que estejam integrados em qualquer uma das variáveis de privação considerados ou apenas aqueles que estão em todos os itens numa situação de privação.

Neste grupo de definições apresentado por Misturelli e Heffernan (2008), assumem particular importância aquelas que incluem a participação dos pobres na determinação do próprio conceito de pobreza:

“A estratégia (de luta contra a pobreza) apresentada neste relatório reconhece que a pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação. Esta visão multidimensional da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza porque é preciso levar em conta outros aspectos, como os factores sociais e as forças culturais. Para enfrentar essa complexidade, é preciso autonomia e participação: local, nacional e internacional. (...) Os mecanismos participativos podem proporcionar voz às mulheres e homens, especialmente dos segmentos pobres e excluídos da sociedade.” (Banco Mundial, 2001, p.12)

A participação dos próprios pobres na definição do conceito de pobreza está muito associada ao designado conceito subjectivo de pobreza. Esta dimensão subjectiva foi explorada por Runcimann num estudo de 1966, em que muitas pessoas não se identificaram como estando numa situação de privação relativa, mesmo quando tal acontecia. No mesmo sentido, Townsend em 1979 explorou as percepções subjectivas dos entrevistados, e concluiu que uma percentagem elevada de pessoas pobres não se sentia nessa condição, mesmo reconhecendo que vivia pior que outros com rendimentos mais elevados (Alcock, 1997).

No que concerne às diferentes definições de pobreza, Misturelli e Heffernan (2008) referem ainda, dentro da perspectiva multidimensional, a associação da pobreza a um “mal-estar/*ill-being*” por contraposição ao bem-estar decorrente do aumento de riqueza. Esta condição de mal-estar representa uma privação da satisfação de necessidades materiais, físicas e sociais e manifesta-se de forma diferenciada para cada indivíduo, correspondendo os pobres a um grupo heterogéneo.

Nos anos 2000s, a categorização dos pobres está presente nas definições de pobreza, com uma passagem da definição de pobreza para a definição dos pobres em si. A mudança no discurso relativo à pobreza está também associada à importância atribuída à mensuração

dos fenómenos, visível na definição dos “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” pela Organização das Nações Unidas, o que levou a um regresso a definições mais descritivas e comuns nos anos 1970 comparativamente a definições que colocam a ênfase nas causas do fenómeno, mais utilizadas nos anos 1990. Nesta fase, a pobreza deixou de ser encarada como uma inevitabilidade na medida em que sendo determináveis as suas causas, estas poderiam ser combatidas e minimizadas (Misturelli e Heffernan, 2008).

A abordagem do tema da pobreza, principalmente quando centrada nos países desenvolvidos, implica a análise de outros conceitos, relacionados com a pobreza, mas que são distintos desta, como sejam a desigualdade e a exclusão social.

Pobreza e desigualdade são duas noções relacionadas mas distintas. A pobreza, independentemente de uma abordagem absolutista ou relativista, define-se em primeira instância pela referência a níveis e condições de vida, sendo estabelecido um limiar que separa pobres de não pobres. A desigualdade, por seu lado, está associada à forma como um determinado volume de recursos é distribuído pelas unidades de análise, sejam estas os indivíduos ou as famílias. Num exemplo extremo, pode considerar-se uma situação em que todos são “igualmente pobres”, coexistindo assim “desigualdade mínima” com “pobreza máxima” (Costa *et al.*, 2008).

O conceito de exclusão social é um conceito desenvolvido originalmente em França mas que rapidamente ganhou expressão noutros países e instituições europeias. O conceito é apresentado como sendo mais abrangente e integrando “todos” os problemas sociais sensíveis nas sociedades modernas, entre eles o desemprego, a discriminação, o isolamento, a privação material e a pobreza. Não é, no entanto, clara a forma como estes critérios se relacionam entre si e com outros critérios como, por exemplo, o género e a etnicidade (Woodward e Kholi, 2001).

A generalização do uso do termo “exclusão social” nos anos 1990 não significa que exista uma definição única, mas, segundo Atkinson (1998), é possível identificar três elementos comuns no debate. Primeiro, o elemento de relatividade, ou seja, uma pessoa é excluída de uma sociedade em particular, sendo relevantes os factores local e tempo (momento). A definição de um critério de exclusão pressupõe uma tomada de consciência das “actividades” dos outros e esse critério pode ser aplicado a pessoas individuais mas muito frequentemente a exclusão social é vista relativamente a um conjunto de indivíduos ou mesmo a uma comunidade. Em segundo, o elemento conhecido por “problema de agência” que se traduz na possibilidade da própria política de combate à exclusão social induzir comportamentos que levam à auto-exclusão – por exemplo, as pessoas podem recusar um emprego por considerarem ser mais vantajoso receber apoios sociais. O “problema de agência” coloca a tónica não apenas na situação da pessoa mas também na maior ou menor responsabilidade que a pessoa tem nessa situação. Por último, um elemento relacionado com a dinâmica social, *i.e.*, com a falta de perspectivas para o futuro por parte dos indivíduos e que se reflecte também nos seus filhos. Neste aspecto - a transmissão intergeracional - os conceitos de pobreza e exclusão social têm comportamentos muito próximos (Atkinson, 1998).

Alcock (1997) apresenta o conceito de exclusão social como um processo ou um conjunto de relações sociais entre pobres e o resto da sociedade, em que se mantém o enfoque nos excluídos. Sendo a exclusão social um problema de toda a sociedade, dever-se-á adoptar uma terminologia que reflecta este contexto social alargado. O conceito de polarização social

será mais adequado que o conceito de excluído na medida em que transmite a ideia da divisão da sociedade como um todo em vários pólos e não apenas em dois (excluídos e integrados). Nesta perspectiva, polarização social inter-relaciona os conceitos de pobreza, desigualdade e exclusão social.

3. MICROCRÉDITO

3.1. CONCEITOS DE MICROCRÉDITO E MICROFINANÇAS

O conceito de microcrédito, aparentemente simples na definição do Microcredit Summit Campaign (abaixo apresentada), uma das instituições de referência no âmbito do microcrédito e microfinanças, traduz, no entanto, uma realidade complexa que se reflecte em diferentes perspectivas assumidas por diferentes autores e instituições na sua aplicação.

“Programs extending small loans, and other financial services such as savings, to very poor people for self-employment projects that generate income, allowing them to care for themselves and their families.” (Microcredit Summit Campaign, 2010)

A dificuldade em consensualizar o conceito é também visível na sua apresentação por outra instituição de referência, o Grameen Bank através de um texto de Muhammad Yunus:

“The word "microcredit" did not exist before the [nineteen] seventies. Now it has become a buzz-word among the development practitioners. In the process, the word has been imputed to mean everything to everybody. No one now gets shocked if somebody uses the term "microcredit" to mean agricultural credit, or rural credit, or cooperative credit, or consumer credit, credit from the savings and loan associations, or from credit unions, or from money lenders. (...)

I think this is creating a lot of misunderstanding and confusion in the discussion about microcredit. We really don't know who is talking about what. I am proposing that we put labels to various types of microcredit so that we can clarify at the beginning of our discussion which microcredit we are talking about.” (Yunus, 2010)

Yunus (2010) propõe uma classificação abrangente de microcrédito, englobando dez categorias diferentes: 1) formas tradicionais de microcrédito informal (agiotas, casas de penhores, empréstimos particulares, etc.); 2) microcrédito baseado em grupos informais tradicionais (ROSCA, etc.);⁵ 3) microcrédito para actividades específicas efectuado por bancos convencionais ou especializados; 4) bancos especializados em crédito agrícola; 5) microcrédito cooperativo; 6) microcrédito para consumo; 7) microcrédito baseado em parcerias Bancos – ONG; 8) microcrédito tipo Grameen; 9) outros tipos de microcrédito desenvolvidos por ONG; 10) outros tipos de microcrédito desenvolvido por outras entidades e sem exigência de garantias reais. O autor admite que esta classificação é uma primeira tentativa, sendo apenas uma forma de demonstrar a diversidade de programas e actores envolvidos e a necessidade de clarificar estas diferenças para que o debate em torno destas questões faça sentido.

No presente texto, o termo microcrédito será utilizado tendo como referência o conceito desenvolvido pelo Grameen Bank, que pressupõe um mecanismo formal ou semi-formal de prestação do serviço de crédito (e outros serviços financeiros) e exclui todas as formas de crédito informal.

⁵ São exemplos de grupos informais tradicionais: as RoSCAs - Rotating Savings and Credit Associations, e as ASCrAs - Accumulating Savings and Credit Associations, Matin *et al.* (2002).

Em termos conceptuais, importa também introduzir a distinção entre microcrédito e microfinança. Microcrédito diz respeito ao acto de conceder crédito enquanto a microfinança se refere à provisão de serviços financeiros, incluindo poupança e seguros, sendo, portanto, um conceito mais abrangente e que engloba o microcrédito (Sengupta e Aubuchon, 2008).

O microcrédito está associado a uma visão da pobreza medida em função do rendimento, sendo o crédito para desenvolvimento de uma actividade económica o meio para o aumento dos rendimentos do agregado de modo a permitir-lhe, num dado momento, sair da zona de pobreza, definida por um limiar de rendimento estabelecido. O conceito de microfinanças é mais abrangente pois ao incluir mecanismos de poupança voluntária e empréstimos de emergência para consumo responde a uma visão mais ampla do conceito de pobreza, que considera o efeito da duração e persistência de situações de pobreza bem como as oscilações verificadas ao longo do tempo (Gutiérrez-Nieto, 2006a).

Numa outra perspectiva, *Matin et al.* (2002) destacam o modo como a conceptualização dos pobres influenciou o debate sobre o papel das finanças na redução da pobreza. Segundo estes autores, até aos anos 1970, a atenção foi dada às famílias dos pequenos agricultores (maioritariamente homens), sendo implementados programas subsidiados de crédito agrícola. A partir dos anos 1980, a preocupação principal centrou-se nas mulheres e seus dependentes que procuram sobreviver através da criação de microempresas, desenvolvendo-se nesta fase variados programas de microcrédito, em que o crédito é o instrumento fulcral mas em que foram introduzidos mecanismos de poupança em muitos casos.

Mais recentemente, os pobres são vistos como um grupo heterogéneo de agregados familiares vulneráveis que têm múltiplas necessidades em termos de serviços financeiros. Neste enquadramento, os serviços financeiros devem permitir cumprir as prioridades do agregado (por exemplo, pagar despesas de educação ou relativas a casamentos ou funerais), reduzir a vulnerabilidade associada à irregularidade de rendimentos e à dificuldade de resposta a “emergências”, sejam estas “idiossincráticas” (doença, roubo, perda de emprego, etc.) ou “co-variáveis” (calamidades naturais, guerra, etc.) e/ou aumentar o nível de rendimento (*Matin et al.*, 2002).

A distinção entre microcrédito e microfinanças é particularmente importante nos países desenvolvidos, nomeadamente na Europa Ocidental, onde o sector não fez ainda a efectiva transição do microcrédito para as microfinanças como sucedeu nos países em desenvolvimento (Underwood, 2006). Na realidade, o enfoque dos programas existentes continua a ser a provisão de pequenos empréstimos (*Evers et al.*, 2007) mas havendo excepções como alguns bancos de poupanças em Espanha, uma instituição belga e algumas ONG no Reino Unido (Underwood, 2006). No período 2006-2007, cerca de 30 instituições europeias reportaram ter uma oferta de outros serviços financeiros, incluindo seguros, poupanças, créditos pessoais e ao consumo (*Jayo et al.*, 2008).

Duas Escolas Teóricas

De um ponto de vista teórico, Gutiérrez-Nieto (2006a) identifica duas escolas que designa de Escola de Ohio e Escola do Grameen Bank. A primeira representa uma linha de pensamento bem definida e documentada e surgiu como crítica às instituições consideradas

como antecessoras do microcrédito (e.g., as instituições financeiras de desenvolvimento) mas os seus postulados podem-se aplicar também às instituições de microcrédito. Entre os seus autores mais representativos incluem-se Adams, Gonzalez-Vega e Von Pischke que defendem que o crédito tem um papel facilitador e não condutor do desenvolvimento económico, não constituindo uma ferramenta efectiva no apoio aos mais desfavorecidos. Os defensores desta corrente consideram que os mecanismos informais de crédito nos países em desenvolvimento são eficientes, respondendo às necessidades dos pobres, opondo-se à ideia de conceder empréstimos formais com condições específicas a sectores de actividade ou grupos socioeconómicos, e desvalorizando o papel da assistência técnica e formação que acompanham o crédito em muitos dos programas existentes.

A escola do Grameen Bank, menos sistematizada do ponto de vista académico, tem em Yunus a sua principal referência. O crédito é visto como um direito humano (todas as pessoas devem ter o direito de acesso ao crédito) e como um instrumento efectivo de luta contra a pobreza. Contrariando a Escola de Ohio, os defensores desta corrente consideram as estruturas de crédito informal opressoras dos seus clientes pelas condições que lhes impõem, entre as quais taxas de juro muito elevadas (Gutiérrez-Nieto, 2006a).

“Se vivermos tempo suficiente com os pobres, descobrimos que a pobreza se deve à incapacidade de retenção do resultado do seu trabalho. E a razão para isto é clara: eles não têm qualquer controlo sobre o capital. Os pobres trabalham para benefício de outros que controlam o capital. (...) os pobres não herdaram qualquer capital e porque ninguém, no sistema convencional, lhes dá acesso a capital ou a crédito. Fizeram o mundo acreditar que os pobres não são dignos de crédito. Eu estou convencido de que o primeiro passo para aliviar o problema da pobreza é mudar este preconceito.” Yunus (2008, p. 163-164)

O Enquadramento Histórico

O desenvolvimento do microcrédito como instrumento que permite aos pobres o acesso a serviços financeiros de crédito é, geralmente, associado ao trabalho de Muhammad Yunus e à instituição financeira por ele criada, o Grameen Bank (Gutiérrez-Nieto, 2005). O reconhecimento do papel desempenhado por ambos no combate à pobreza por parte da comunidade internacional traduziu-se em dois eventos de grande relevância – a declaração do ano de 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito pelas Nações Unidas e a atribuição do Prémio Nobel da Paz em 2006.

“The Norwegian Nobel Committee has decided to award the Nobel Prize for 2006, divided into two equal parts, to Muhammad Yunus and Grameen Bank for their efforts to create economic and social development from below. Lasting peace can not be achieved unless large population groups find ways in which to break out of poverty. Micro-credit is one such means. Development from below also serves to advance democracy and human rights”, Mjøs (2006).

Contudo, e não colocando em causa a importância do Grameen Bank, vários autores apontam a existência de outros programas e instituições desde os anos 1970 que terão também contribuído para a evolução e disseminação do microcrédito: ACCION International no Brasil, FINCA International na Bolívia, Bank Rakyat Indonesia e Agha Kan no Paquistão. Importa salientar que o desenvolvimento destes programas não surgiu do nada, pois autores como Von Pischke e Morduch apontam como antecessores do microcrédito nos países em desenvolvimento, os programas de crédito de apoio às pequenas explorações agrícolas. A partir dos anos 1930 foram criadas as “instituições financeiras de desenvolvimento” que assumiram diferentes formas, nomeadamente bancos rurais

privados, cooperativas e bancos especializados de desenvolvimento (Gutiérrez-Nieto, 2005 e 2006a).

As linhas de crédito bonificado (subsidiadas por governos e doadores internacionais) destinavam-se a pequenos agricultores que tinham muitas dificuldades em conseguir volumes de crédito adequados e estavam sujeitos a elevadas taxas de juro cobradas por agiotas. Estes programas tiveram uma duração limitada no tempo na medida em que a dependência de fundos incertos e a elevada taxa de incumprimento dos empréstimos, cujo reembolso era definido com base nas expectativas de retorno dos investimentos (muitas vezes sobrestimadas), tornaram a situação insustentável para as instituições credoras (Johnson e Rogaly, 1997).

A maior parte das instituições de crédito convencionais assumem como demasiado arriscadas e pouco rentáveis as operações com populações pobres, uma vez que vêem estes agregados como incapazes de poupar e constituídos por pessoas sem historial de referência no banco, que não têm garantias reais para apresentar nem planos de negócios formais que sustentem um pedido de crédito para investimento num negócio. Acresce a reduzida dimensão das operações que não justifica os custos operacionais associados (Gutiérrez-Nieto, 2006a). Sengupta e Aubuchon (2008) reforçam as dificuldades das populações com menores rendimentos em obter empréstimos, e muito concretamente, em desenvolver actividades económicas, pela crença na sua incapacidade em termos de aptidões e conhecimentos para gerir um negócio, mesmo que de reduzida dimensão.

Nos países em desenvolvimento, existia uma clara deficiência nos mercados de crédito, sendo neste contexto que surgiu o microcrédito (Gutiérrez-Nieto, 2006a). Martin *et al.* (2002) apresentam quatro argumentos que diferenciam o microcrédito de programas e mecanismos anteriores: 1) taxas de reembolso dos empréstimos concedidos muito elevadas, ultrapassando em muitas instituições os 95%; 2) mecanismo de empréstimo em grupo; 3) aceitação de que os pobres precisam de ter acesso a crédito, e não de crédito barato e 4) independência ou elevado grau de autonomia relativamente a governos e instituições públicas.

As Principais Características

A experiência do Grameen Bank demonstrou que tanto as populações pobres podem beneficiar do acesso ao crédito como as instituições não têm perdas significativas com estes empréstimos (pelo contrário, as taxas de reembolso alcançadas pela instituição foram e são muito elevadas). O sucesso alcançado pelo Grameen é atribuído em grande parte ao mecanismo de empréstimos em grupo que permite a atribuição de empréstimos, sem a exigência de qualquer garantia real (Sengupta e Aubuchon, 2008). No Grameen Bank, uma candidata a obter um empréstimo tem de se juntar a quatro outras pretendentes, constituindo-se como um grupo. Os cinco membros têm uma semana de formação em que cada um tem de efectuar uma poupança diária de 1 Taka. Após este período, é atribuído o financiamento a dois dos membros do grupo que implementam o negócio e amortizam o empréstimo em pagamentos semanais. A atribuição dos empréstimos aos restantes elementos está dependente do bom pagamento dos dois primeiros (Sengupta e Aubuchon, 2008; Yunus, 2002).

Os empréstimos em grupo têm subjacente uma forma de pressão moral ("*peer pressure*")

que estimula os membros do grupo a cumprirem com o pagamento das prestações previstas. O incumprimento põe em causa a possibilidade de futuros empréstimos para todos os membros, que podem ser chamados a pagar pelo membro em falta (através de uma poupança obrigatória do grupo). Esta pressão é reforçada pela forma de organização dos membros, uma vez que o grupo está inserido num centro (conjunto de oito grupos) que se reúne semanalmente, sendo nestas reuniões públicas que é feito o reembolso e o pedido de novos empréstimos. Este método tem aspectos muito positivos no que se refere à transparência do processo mas impõe a ameaça de humilhação pública em caso de incumprimento (Sengupta e Aubuchon, 2008).

O sistema de empréstimos em grupo com as características acima mencionadas é debatido em muita da literatura sobre microcrédito, sendo apresentadas vantagens e desvantagens do mesmo. Do ponto de vista da instituição (e do sucesso do programa), o funcionamento em grupo permite minimizar os custos de avaliação e controle (custos de agência) associados aos empréstimos realizados por pessoas ou instituições externas à comunidade. Para estes, é difícil assegurar que o dinheiro é utilizado do modo mais produtivo (risco moral) e monitorizar de forma efectiva a evolução dos negócios financiados, a que acresce a impossibilidade de impor o pagamento por parte dos devedores. A pressão moral exercida pelo grupo, dissuasora do incumprimento, bem como a regularidade das reuniões/pagamentos que permite um acompanhamento mais próximo dos clientes e dos negócios, reduzem significativamente estes riscos. Outro aspecto importante neste contexto é o da selecção adversa, que ocorre pelo desconhecimento do risco associado a cada pessoa e que é mitigado pelo processo de constituição dos grupos – ao ser um processo de auto-selecção é de esperar que as pessoas com menor risco de incumprimento avaliem o risco dos outros e procurem associar-se aquelas pessoas que têm igual nível de risco (Sengupta e Aubuchon, 2008).

Na perspectiva dos tomadores de empréstimos, assume relevância a possibilidade de os problemas serem detectados precocemente e de obterem ajuda quer de outros elementos do grupo e do centro quer da própria instituição, na medida em que muitas organizações (nomeadamente as que assumem como objectivo o combate à pobreza), realizam outro tipo de actividades nas aldeias, por exemplo ao nível da educação e dos cuidados de saúde, (Armendáriz de Aghión e Morduch, 2000).

No que concerne às desvantagens, Armendáriz de Aghión e Morduch (2000) apontam o factor custo para a instituição, na medida em que estes processos implicam a deslocação dos funcionários às várias aldeias semanalmente, argumentando que as instituições que implementam este sistema não conseguem cobrir totalmente os seus custos. Os autores referem como aspectos negativos para os clientes, o tempo dispendido na frequência de reuniões e a restrição em termos de montantes e prazos dos empréstimos, definidos para cada indivíduo mas em função do grupo, o que pode penalizar o crescimento mais acelerado de negócios/empréstimos de alguns membros. E a exclusão dos indivíduos pertencentes a grupos anteriormente com falhas é ele mesmo um processo de exclusão social.

Marcus *et al.* (1999) introduzem uma questão diferente e que se relaciona com a auto-exclusão por parte dos mais pobres potenciada pelo sistema de grupos. Os mais pobres e vulneráveis têm dificuldades em constituir-se como grupo, ou em serem inseridos num grupo com pessoas menos pobres pois o risco de não conseguirem cumprir com os pagamentos é maior, e portanto, também o risco de marginalização e perda de apoios na comunidade. As autoras apontam também para as consequências de negócios mal

sucedidos que levam muitas vezes a esforços para além do razoável por parte das famílias, com a redução de despesas essenciais e/ou a necessidade de trabalhar mais horas, no sentido de cumprir com a prestação e manter a sua posição social.

Apesar das desvantagens referidas, os empréstimos em grupo resultaram de facto no Bangladesh, e muito concretamente nas zonas rurais deste país, sendo utilizado pelas maiores instituições do país, Grameen Bank e BRAC – Bangladesh Rural Advancement Committee (Johnson e Rogaly, 1997). Foi também adoptada com sucesso por instituições como o BancoSol na Bolívia e por várias instituições na China, que conseguem obter taxas de reembolso acima dos 90% (Armendáriz de Aghión e Morduch, 2000).

A metodologia não é, no entanto, aplicável com sucesso a todos os contextos, como ficou provado na experiência de réplica do modelo Grameen no Arkansas, Estados Unidos – o Good Faith Fund. Taub (1998) aponta as diferenças sociais entre as zonas rurais do Arkansas e do Bangladesh como a razão principal para o insucesso do modelo de empréstimo em grupo, enfatizando a dificuldade que os potenciais tomadores de empréstimos americanos tiveram em formar autonomamente grupos. Provavelmente, estas diferenças resultam de os pobres dos países pobres, *e.g.*, Bangladesh, não serem tão social-excluídos como os pobres dos países ricos. Este modelo foi, por isso, abandonado pela instituição americana.

Mesmo em países em desenvolvimento, a aplicação do modelo de grupo não é universal e foram desenvolvidos outros modelos de empréstimos, como o do Bank Rakyat Indonésia em que os empréstimos são individuais. O Banco utiliza o conhecimento local de funcionários recrutados nas próprias aldeias como fonte de informação na aprovação de empréstimos a novos proponentes (Johnson e Rogaly, 1997). Armendáriz de Aghión e Morduch (2000), na sua análise da implementação de programas de microcrédito na Rússia e outros países do Leste Europeu, concluíram que em países mais industrializados, os modelos baseados em empréstimos individuais obtêm melhores resultados que os tradicionais empréstimos de grupo. Tal não significa que muitos destes programas não incluam características comuns aos empréstimos de grupo, nomeadamente a monitorização dos clientes, a regularidade dos planos de pagamentos e a utilização de “ameaças” de não refinanciamento.

O reconhecimento de que o empréstimo de grupo com solidariedade conjunta não é a solução mais adequada para todas as situações levou o próprio Grameen Bank a complementar a sua oferta com soluções individuais. Em 2001 foi introduzido um novo sistema - Grameen II – tendo como objectivos o aumento do número e montante de poupanças depositadas de modo a melhorar a estrutura de capital do Banco e criar uma reserva de fundos para situações de emergência, e a introdução de maior flexibilidade ao nível dos produtos de crédito. Na génese desta reestruturação estiveram as consequências da grande inundaçãõ de 1998, durante a qual dois terços do país estiveram debaixo de água. Cento e cinquenta e quatro membros do Banco perderam a vida e mais de metade das tomadoras de empréstimos e 70% das filiais foram afectadas, impondo a necessidade de medidas de emergência e levando a uma séria reflexão sobre a forma de organização e funcionamento do próprio Banco (Yunus, 2008).

Uma característica também diferenciadora dos programas de microcrédito é a associação de mecanismos de poupança às linhas de crédito. Um dos equívocos dos mercados financeiros convencionais é o de assumir que os pobres não querem ou não conseguem poupar. Segundo Matin *et al.* (2002), a maioria das pessoas pobres procura de forma activa melhorar as suas circunstâncias pessoais e familiares e o facto de dependerem de rendimentos

incertos constitui um factor incentivador da poupança. Esta poupança, por muito pequena que seja, não deixa de ser importante para as estratégias de sobrevivência das famílias.

Marcus *et al.* (1999) reforçam a importância que é atribuída pelos pobres a produtos de poupança flexíveis, quer no que se refere aos montantes quer às condições de movimentação, exemplificando com a experiência do Bank Rakyat Indonésia cujo número de clientes com poupanças em 1996 era seis vezes superior ao daqueles com empréstimos.

As poupanças convertidas em depósitos nas instituições de microfinanças são, paralelamente, muito importantes para a sustentabilidade financeira das próprias instituições e para a sua capacidade de crescimento sem recurso a donativos. No caso do Grameen Bank, os depósitos efectuados no Banco financiam totalmente os créditos activos, sendo que 54% são depósitos de tomadores de empréstimos (Grameen Bank, 2010).

Outra questão importante nos programas de microcrédito é a definição do seu público-alvo. Yunus (2008) defende que qualquer programa anti-pobreza tem de definir de forma clara e operacional o que é a pobreza para, assim, decidir os critérios de identificação do público-alvo a trabalhar no terreno e quais os objectivos a alcançar. No caso do Grameen Bank, a consideração de que uma família saiu de uma situação de pobreza assenta num sistema de dez pontos cumulativos, que incluem, entre outros, critérios referentes à habitação, saúde, alimentação, educação e rendimentos do agregado familiar.

A ausência destes indicadores relativamente a uma família indicia uma situação de permanência de pobreza, continuando esta família a ser público preferencial do Banco. É importante definir prioridades entre os pobres, privilegiando aqueles em pior situação, ou seja, a construção de programas de luta contra a pobreza deve ser efectuada com o objectivo primeiro de responder às necessidades dos mais pobres em detrimento dos não pobres que não devem ser considerados no programa (Yunus, 2008).

Marcus *et al.* (1999) observam que os programas de microfinanças, mesmo os que têm como público-alvo os pobres, não conseguem chegar aos mais pobres entre estes e apontam como principais razões para esta incapacidade: a arquitectura dos programas, quer através dos mecanismos de grupo (maior dificuldade em formar ou integrar um grupo, tempo dispendido nas reuniões), quer das condições dos empréstimos e poupanças (restrições na utilização do capital, períodos de carência curtos, acesso limitado às poupanças) e a auto-exclusão por parte destas pessoas por medo de não conseguir cumprir com os pagamentos e sofrer consequências a nível social. A preocupação em servir os mais pobres tem vindo a ser considerada por várias instituições, como o Grameen Bank que concebeu um programa específico para mendigos (Grameen Bank, 2010).

Outra tendência observável no sector diz respeito à origem dos recursos financeiros e ao objectivo de sustentabilidade financeira das instituições, o que numa área de actividade baseada em negócios de reduzida dimensão pressupõe um crescimento do número de clientes e de operações realizadas, mantendo custos operacionais mínimos. Os fundos existentes de doadores e governos não são suficientes para responder à procura global de serviços financeiros pelas pessoas de baixos rendimentos, pelo que a sustentabilidade financeira das instituições de microfinanças não pode deixar de ser uma prioridade se o objectivo é estender o acesso a serviços financeiros a um número cada vez maior de pobres, Robinson (1998). Contudo, este não pode ser um objectivo “cego”, que levado ao extremo irá excluir os mais pobres e vulneráveis e os mais isolados geograficamente, na medida em que a prática já demonstrou que nestas circunstâncias os custos serão sempre superiores

aos possíveis benefícios e a subsidiação será sempre necessária (Marcus *et al.*, 1999).

“... é essencial garantir um compromisso a longo prazo dos doadores. A auto-suficiência não se alcança da noite para o dia, sobretudo quando um grande número de pessoas esteve preso à pobreza durante décadas ou até gerações. Até mesmo um programa bem desenhado enfrentará momentos de dificuldade e os patrocinadores sentir-se-ão tentados a abandoná-lo. Estes períodos difíceis devem ser ultrapassados com determinação, flexibilidade e inteligência se quisermos obter resultados satisfatórios.”(Yunus, 2008, p. 161)

A tendência actual é, no entanto, de limitar o período de subsidiação de novas instituições por doadores internacionais aos primeiros anos de actividade, considerando-se o período necessário para que a instituição consiga ser auto-sustentável. No directório de doadores activos nos países da Europa de Leste e Ásia Central em 2009 apresentado pelo Microfinance Centre estão integradas vinte e sete instituições doadoras, oriundas de diferentes países europeus e dos Estados Unidos da América, cujos programas de apoio às instituições têm, na maioria dos casos, uma vigência limitada (MFC, 2009).

A procura de meios que permitam alcançar o objectivo de, numa primeira fase, atingir sustentabilidade operacional, e posteriormente sustentabilidade financeira, tem-se verificado um pouco por todo o mundo, assistindo-se à transformação de várias ONG em bancos comerciais. Existem muitos exemplos desta situação, entre os quais, a transformação em 1992 da PRODEM - Fundación para Promoción y el Desarrollo de la Microempresa, em BancoSol - Banco Solidario, na Bolívia. Esta mudança teve implícita uma revisão das prioridades da organização, que passou a colocar a sua rentabilidade acima do objectivo de contribuir para a redução da pobreza (Sengupta e Aubuchon, 2008). Estes casos são, normalmente, acompanhados de uma concentração na prestação de serviços financeiros, deixando de lado outras áreas, como a formação e educação, muitas vezes presentes no trabalho enquanto ONG. É, por esta razão, importante a manutenção da prestação de serviços de forma complementar por instituições de cariz comercial e não-comercial (Marcus *et al.*, 1999).

Microcrédito e Redução da Pobreza

As preocupações apresentadas acima permitem distinguir claramente duas abordagens distintas na relação entre microcrédito e redução da pobreza. Uma vê o microcrédito como um instrumento que permite proporcionar serviços financeiros a pessoas de baixos rendimentos, o que não inclui necessariamente os mais pobres. O enfoque é colocado no sistema financeiro, desempenhando as ONG um papel secundário. Nesta perspectiva, o objectivo de atingir a sustentabilidade financeira por parte das instituições de microfinanças assume maior relevância pois essa é a condição necessária ao crescimento e extensão dos serviços a um maior número de clientes. Para muitos dos seus defensores, o crédito não é o instrumento mais importante na luta contra a pobreza (Gutiérrez-Nieto, 2006a).

A outra abordagem coloca a ênfase no papel do crédito como instrumento de luta contra a pobreza. Os programas de microcrédito devem apostar na realização plena do potencial dos indivíduos, constituindo os serviços financeiros apenas um meio para alcançar o objectivo de redução da pobreza. Neste contexto, a sustentabilidade financeira não serve de nada se os serviços oferecidos não tiverem impacto sobre o nível de pobreza, o que pressupõe a necessidade de doadores e subsídios que suportem as actividades uma vez que a disponibilidade de fundos é o factor chave na extensão dos serviços financeiros aos mais

pobres (Gutiérrez-Nieto, 2006a).

A existência de opiniões discordantes quanto aos méritos do microcrédito e das microfinanças, torna ainda mais relevante a necessidade de testar cientificamente o impacto do microcrédito (nomeadamente no que concerne a impacto sobre rendimento e consumo) mas esta é uma tarefa surpreendentemente difícil. É particularmente complicado e dispendioso encontrar grupos de controlo para comparação e mesmo os poucos estudos realizados, que trataram de forma séria esta questão, são postos em causa por razões metodológicas. Esta é uma área de pesquisa em desenvolvimento e no momento actual não é possível obter resultados conclusivos no que concerne aos méritos do microcrédito em “retirar definitivamente as pessoas da pobreza”. Tal não significa que o microcrédito e as microfinanças não sejam de extrema importância para os pobres. Os instrumentos financeiros constituem uma ferramenta vital para gerir as flutuações e incertezas associadas aos seus (poucos) rendimentos e para fazer face a situações de emergência ou de excepção, como problemas de saúde, casamentos e funerais. Na impossibilidade de recorrer às instituições financeiras convencionais, o recurso a fontes informais, sejam familiares, amigos ou agiotas locais constituem uma primeira solução, sendo estes instrumentos, pela sua flexibilidade, uma opção mas de acesso incerto. Desta forma, as instituições formais de microfinanças são muito valorizadas pelos pobres, o que se traduz não só na procura continuada de serviços mas também nas altas taxas de reembolso obtidas, mesmo em períodos de crise económica (Rosenberg, 2010).

O Sector das Microfinanças

A procura ao nível dos países em desenvolvimento e a evolução acelerada do sector reflectem-se no elevado número de instituições e beneficiários de empréstimos. Gonzalez (2008), reunindo e cruzando informação de três instituições internacionais – Microcredit Information Exchange, Microcredit Summit Campaign e Inter-American Development Bank, chegou aos seguintes resultados (Quadro 3.1):

Quadro 3.1 - Distribuição Regional de Instituições e Clientes, em 2007

Região	Beneficiários (milhões)	Instituições de Microfinanças (n.º)
Ásia Oriental e Pacífico	18,4	241
Europa de Leste e Ásia Central	2,6	259
América Latina e Caraíbas	13,8	714
Médio Oriente e Norte África	2,5	67
Sul Asiático	52,4	606
África Sub-Sariana	9,6	533
Total	99,4	2 420

Fonte: Gonzalez (2008)

Nota: Informação referente ao ano de 2007, ou em caso de indisponibilidade, aos anos de 2004 a 2006

Na informação detalhada por país, destaca-se o peso que o Bangladesh e a Índia assumem, representando 19% do número total de instituições e 48% do total de beneficiários (Gonzalez, 2008). Esta informação exclui os países desenvolvidos, nomeadamente os países da América do Norte e da Europa Ocidental.

Quadro 3.2 – Distribuição Regional, Microcredit Summit Campaign, em 2007

Região	Beneficiários (milhões)	Instituições de Microfinanças (n.º)
África Sub-Sariana	9,2	935
Ásia e Pacífico	129,4	1 727
América Latina e Caraíbas	7,8	613
Médio Oriente e Norte África	3,3	85
América do Norte e Europa Ocidental	0,2	127
Europa de Leste e Ásia Central	4,9	65
Total	154,8	3 552

Fonte: Daley-Harris (2009)

No Quadro 3.2 referente ao Relatório de 2009 do Microcredit Summit Campaign (Daley-Harris, 2009), são apresentados dados similares aos de Gonzalez (2008) no que concerne à distribuição regional do sector, mas são incluídos os países desenvolvidos (América do Norte e Europa Ocidental), onde o microcrédito teve uma evolução muito diferente da verificada nos países em desenvolvimento, com uma expressão numérica insignificante.

3.2. MICROCRÉDITO NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS – A EXPERIÊNCIA EUROPEIA

Os diversos estudos realizados sobre o sector das microfinanças na Europa Ocidental, onde muitas vezes os termos microcrédito e microfinanças são usados de modo indiscriminado, apontam-no como muito recente. Na sua forma actual, o desenvolvimento principal ocorre a partir de meados da década de 1990. Segundo o estudo conduzido pela Fundación Nantik Lum, para a European Microfinance Network (EMN), para o período 2008-2009, incluindo informação relativa a 170 instituições de microfinanças de 28 países europeus, 61% destas instituições iniciou o processo de concessão de microcrédito a partir do ano 2000 (Jayo *et al.*, 2010).⁶

Este argumento não é, porém, válido para fundamentar dois tipos de conclusões. Primeiro, que não existiram predecessores do microcrédito na Europa, à semelhança do que sucedeu nos países em desenvolvimento, com os programas de crédito agrícola subsidiado nas primeiras décadas do séc. XX. Exemplos desses antecessores são as cooperativas de poupança e crédito iniciadas na Alemanha no século XIX e que evoluíram para os bancos mutualistas da Europa (Nowak, 2008). Segundo, que não tenham sido dados passos importantes na consolidação do sector, sendo particularmente relevante o trabalho desenvolvido pela “comunidade prática” e, nomeadamente pela EMN e pela sua anterior Presidente, Maria Nowak, junto das instituições da União Europeia (Unterberg, 2009).

O posicionamento das microfinanças como uma prioridade política, integrando a agenda da União Europeia, permitiu que, em Julho de 2009, fosse aprovada uma Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, no sentido do estabelecimento de uma Estrutura de Microfinanças Europeia para o Emprego e Inclusão Social - a Iniciativa Progress (Comissão das Comunidades Europeias, 2009).

O microcrédito não é uma “panaceia” que resolva todos os problemas associados à pobreza

⁶ No estudo da EMN, para o período 2008-2009, foram contactadas 432 instituições de 28 países, sendo os mais representativos: Itália, Bulgária, Hungria e Espanha, com 268 instituições. No estudo anterior, para 2006-2007, foram contactadas 208 instituições em 21 países, das quais 152 se localizavam em quatro países: Espanha, Itália, Reino Unido e Alemanha (Jayo *et al.*, 2008; Jayo *et al.*, 2010).

e desemprego que afligem os países desenvolvidos (Gutiérrez-Nieto, 2006b). Mas, não deixa de ser um instrumento adaptável à realidade europeia, por se basear em princípios universais. Existem muitas pessoas desempregadas ou a receber apoio estatal que, apesar de não terem recursos financeiros, têm ideias, energia e são capazes de criar os seus próprios postos de trabalho (Nowak, 2008).

Nos países desenvolvidos, a questão do microcrédito não se coloca como uma deficiência do mercado de crédito, mas como falhas no mercado existente (Gutiérrez-Nieto, 2006a). Nos países europeus os mercados financeiros respondem, de um modo geral, às necessidades financeiras da maioria da população, sendo que reconhecido que existem falhas na provisão de serviços financeiros a nível micro, na medida em que os bancos comerciais associam este tipo de produtos a um elevado risco de incumprimento e a altos custos operacionais (Evers *et al.*, 2007).

O sector do microcrédito e das microfinanças procura resolver estas falhas, servindo aqueles que são excluídos pela banca tradicional. Os clientes-tipo são pessoas desempregadas e socialmente excluídas que procuram criar o seu próprio posto de trabalho, e embora este seja um mercado reduzido quando comparado com o mercado convencional de crédito ao sector empresarial, poderá ser um importante nicho de mercado na Europa (Evers *et al.*, 2007).

A persistência de elevadas taxas de desemprego e a crescente pressão sobre os fundos públicos e sobre os sistemas de segurança social nacionais têm levado a que cada vez mais atenção seja dada ao microcrédito como instrumento de promoção do trabalho por conta própria e de inclusão financeira e social (Underwood, 2006). Esta tendência é particularmente forte nos últimos dez anos, quer pela evolução do contexto económico e social, quer pelo trabalho de instituições e agentes individuais ligados ao sector, não sendo também de menosprezar o efeito da crescente visibilidade e credibilidade do microcrédito e microfinanças que resulta do crescimento do sector noutras partes do mundo.

É, contudo, importante que se reconheçam as diferenças de enquadramento do microcrédito nos países europeus relativamente ao que acontece nos países em desenvolvimento. Nowak (2008) aponta as principais diferenças:

- Durante um longo período, o microcrédito não foi visto como importante nos países industrializados, onde o auto-emprego era insignificante e pouco considerado. Nos países em desenvolvimento, o auto-emprego é dominante, com cerca de 80% da população a poder ser considerada como potencial público para o microcrédito.
- Nos países em desenvolvimento, a densidade de potenciais clientes e a importância das relações de proximidade permitiram o desenvolvimento de mecanismos, como os empréstimos de grupo, que minimizam os riscos e os custos operacionais. Contrariamente, nos países industrializados, a dispersão da clientela e a fragilidade das relações sociais potenciam o nível de risco e de custos.
- O sistema bancário nos países em desenvolvimento é, na maioria dos casos, pouco desenvolvido, principalmente nas zonas rurais, o que facilitou a instalação de instituições de microfinanças nestas áreas. Nos países europeus, a rede bancária é densa e competitiva.
- Por fim, o enquadramento institucional é muito mais favorável ao desenvolvimento de actividades por conta própria nos países em desenvolvimento, enquanto na Europa os projectos apoiados pelas instituições de microfinanças são concretizados

em ambientes altamente regulados, sujeitos a quadros legais complexos e ao pagamento de impostos e taxas sociais que limitam a rentabilidade desses projectos, ao mesmo tempo que as próprias instituições de microfinanças estão constringidas por limitações legais.

Estas diferenças implicam não só uma adaptação do instrumento à realidade da Europa Ocidental mas também uma mudança na forma como os países europeus vêem o combate ao desemprego e à exclusão social e, nomeadamente, o papel a desempenhar pelo sistema financeiro nesse âmbito. O crescimento do microcrédito na Europa e o aproveitamento das suas potencialidades exige mudanças quer ao nível do enquadramento legal, quer do próprio sistema financeiro mas estas mudanças têm sido muito lentas e desiguais nos diferentes países. Um dos países em que mais se evoluiu foi a França, muito pelo trabalho desenvolvido pela maior instituição de microfinanças no país, a Adie – *Association pour le droit à l’initiative économique*.

A Adie, criada em 1988, assume três missões: A) financiar os micro-empresários que não tenham acesso a crédito bancário; B) acompanhar os micro-empresários antes, durante e após a criação da sua empresa, procurando assegurar a sustentabilidade da actividade; e C) contribuir para a melhoria do enquadramento institucional do microcrédito e da criação de empresas, utilizando a experiência obtida como um laboratório social. O número elevado de empréstimos concedidos pela organização (81 014 no período 1989 – 2009, 14 581 só em 2010) e os bons resultados alcançados em termos de criação de emprego e de pagamento dos créditos permitiram à Adie contribuir para uma mudança da opinião pública relativamente aos desempregados o que, gradualmente, conduziu a uma mudança da legislação nacional em vários domínios. Entre outras alterações, foi introduzida a permissão de associações contraírem empréstimos para a concessão de crédito; aumentado o tecto das taxas de juro praticadas nos empréstimos a empresas; reduzidas as taxas sociais a pagar por trabalhadores por conta própria com rendimentos baixos e reconhecida a criação de empresas como um meio para a inclusão (Nowak, 2008; Adie, 2010).

O papel da União Europeia

Na análise do microcrédito e microfinanças na Europa, é fundamental salientar o papel da União Europeia no processo de crescimento e evolução do sector sendo que este papel será ainda mais relevante num futuro próximo dadas as recentes iniciativas aprovadas pelas instituições europeias (e.g., a Iniciativa Progress – Estrutura Europeia de Microfinanças para o Emprego e Inclusão Social).

As mudanças institucionais introduzidas na União Europeia a partir do ano 2000, nomeadamente a adopção do Método Aberto de Coordenação, abriram oportunidades para um maior envolvimento de agentes não governamentais no processo de decisão política, contribuindo decisivamente para o posicionamento actual das microfinanças no quadro da agenda europeia (Unterberg, 2009).

Este processo não foi, no entanto, fácil. O sistema político da União Europeia é caracterizado por uma grande fragmentação do processo de decisão política, com a participação de muitos intervenientes e a existência de vários “pontos de entrada de influência” (Unterberg, 2009, p.3, tradução livre). Esta fragmentação é particularmente visível na estrutura organizacional da Comissão Europeia, constituída por diferentes

Direcções Gerais (DG), pouco coordenadas entre si e com diferentes culturas administrativas e formas de trabalhar. O percurso do microcrédito na agenda europeia foi afectado por esta realidade, na medida em que sendo um instrumento que pode ser visto de diferentes prismas, pode também ser incluído em diversas áreas de política: política social, considerando-o como um instrumento de combate à exclusão social e financeira de sectores da população mais desfavorecidos; política de emprego, como resposta às transformações profundas no mercado de emprego, com a crescente importância de novas formas de auto-emprego; e política económica, como incentivo ao empreendedorismo e ao surgimento de novas empresas (Unterberg, 2009).

A comunicação pela Comissão Europeia em 2006 do desenvolvimento de um plano de acção para o microcrédito, que culminaria com a Iniciativa Europeia para o Desenvolvimento do Microcrédito no ano seguinte, constitui o marco que representa a entrada definitiva do tema na agenda institucional formal da União Europeia (Unterberg, 2009). No Quadro 3.3 são apresentadas as principais iniciativas europeias relativas ao microcrédito.

Quadro 3.3 – Iniciativas Europeias no âmbito do Microcrédito

Período	Iniciativa	Intervenientes
1998-2003	Primeiros estudos e projectos científicos; 2ª Mesa Redonda sobre Bancos e Pequenas e Médias Empresas	DG Empresa, DG Emprego, Peritos, Grupos de Interesses
2000-2002	Programa Multi-anual para Empresas e Empreendedorismo (MAP) – garantia para microcrédito	ECOFIN, Conselho Europeu, Comissão Europeia, Banco Europeu Investimento
2002	Microcrédito como instrumento de financiamento de capital de risco (engenharia financeira)	DG Regiões
2003	Grupo de Trabalho: “Microcredit for Small Business and Business Creation: Bridging a Market Gap”	DG Empresas, Governos nacionais, Peritos
2003	Conclusões da Presidência do Conselho Europeu com o pedido de maior actividade ao nível das Microfinanças	Conselho Europeu
2003-2005	Preparação e criação da EMN; Estudo sobre as microfinanças como instrumento de combate à exclusão social	DG Emprego e Assuntos Sociais, Peritos
2004	1ª Conferência de Microfinanças (Bruxelas)	EMN, DG Empresas
2005	Inclusão das Microfinanças nas Linhas de Orientação Integradas para o Crescimento e o Emprego	Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia
2005-2006	Programa JEREMIE (Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises)	DG Regiões, Banco Europeu Investimento
2007	Iniciativa Europeia para o Desenvolvimento do Microcrédito	Comissão Europeia, EMN
2008	Programa JASMINE (Joint Action for the Support of Microfinance Institutions)	Comissão Europeia, Banco Europeu Investimento
2009	Progress Microfinance Facility – Estrutura Europeia de Microfinanças para o Emprego e Inclusão Social	Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia

Fonte: Adaptado de Unterberg (2009), com a introdução das iniciativas posteriores a 2007

A Iniciativa Europeia para o Desenvolvimento do Microcrédito surgiu pelo reconhecimento do papel que este instrumento pode desempenhar na concretização da Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego e para a Promoção da Inclusão Social, num contexto em que a procura estimada de microcrédito não é de todo satisfeita pela oferta existente. Na Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias é realizado um exercício de estimativa da procura de microcrédito na União Europeia que, para os 15 mais antigos Estados Membros, aponta para uma procura de 557 000 empréstimos (Comissão das Comunidades Europeias, 2007). Os dados do estudo da EMN para o período 2008-2009

indicam o desembolso de cerca de 51 027 empréstimos nos “países ocidentais” da União Europeia (Jayo *et al.*, 2010). Deste modo, pode perceber-se o potencial não explorado deste instrumento e a atenção que lhe tem sido dedicada nos últimos anos, ao nível das instâncias europeias.

O desvio existente entre procura e oferta de microcrédito constitui uma preocupação dos vários actores intervenientes no sector. Em vários dos estudos realizados sobre microcrédito na Europa procuram-se identificar as razões para o menor ritmo de crescimento, que se traduz também numa ainda incipiente transição para as microfinanças (Underwood, 2006; Evers *et al.*, 2007).

Neste contexto, a Iniciativa Europeia para o Desenvolvimento do Microcrédito define quatro áreas prioritárias de actuação: 1) melhoria do ambiente jurídico e institucional nos Estados Membros; 2) incentivo do emprego e do empreendedorismo; 3) promoção de boas práticas, incluindo formação; e 4) provisão de capital financeiro às instituições de microcrédito (Comissão das Comunidades Europeias, 2007).

O primeiro passo no desenvolvimento do microcrédito foi a criação do Programa JASMINE que proporciona apoio técnico às instituições de microfinanças não-financeiras e uma linha de financiamento junto do Banco Europeu de Investimento que ascende a 20 milhões de Euros. Um segundo é a Iniciativa Progress que vem complementar outras intervenções, nomeadamente no âmbito do JASMINE, e tem como objectivo a provisão de recursos que permitam o aumento do acesso a microcrédito por parte de pessoas que perderam ou estão em risco de perder o seu emprego ou pertencentes a grupos desfavorecidos, incluindo os jovens, que queiram criar ou desenvolver as suas microempresas; e por parte de microempresas da economia social que empreguem pessoas anteriormente desempregadas ou pertencentes a grupos desfavorecidos (Comissão das Comunidades Europeias, 2009).

Os resultados da aposta da União Europeia no microcrédito, através das iniciativas mencionadas, estão, no entanto, dependentes das alterações nos quadros jurídico e institucional que os Estados Membros estejam dispostos e sejam capazes de implementar, pois só assim será possível, em termos práticos, à comunidade aproveitar os apoios disponíveis e, deste modo, conseguir expandir os benefícios deste instrumento a um cada vez maior número de pessoas.

As principais características

A definição de microfinanças utilizada pela Comissão Europeia foca-se na provisão de empréstimos até 25 000€ a empresas novas e já constituídas que, por ser muito abrangente, não referencia aquela que é uma das preocupações de muitas das instituições a trabalhar nesta área. De facto, para além da dimensão dos empréstimos, da maior simplicidade dos processos, da utilização de métodos de avaliação de crédito não convencionais e da não exigência de garantias reais, deveria ser tornado claro que o que distingue o sector é a prossecução de objectivos que não a maximização do lucro, como sejam a inclusão social, a criação de emprego e o desenvolvimento empresarial e regional (Evers *et al.*, 2007).

O contexto da União Europeia é internamente muito diverso, co-existindo níveis de actividade económica e enquadramentos legais muito distintos entre os países que a constituem. As diferenças são também muito visíveis no quadro social, nomeadamente no que concerne a níveis e padrões de distribuição de rendimentos, protecção social e

presença de grupos de maior risco de pobreza, como é o caso dos imigrantes, entre outros factores. Esta diversidade traduz-se em formas de implementação do microcrédito diferentes nos vários países, resultantes da necessária adaptação às características e restrições existentes localmente, e que se reflectem, desde logo, nas instituições existentes. Exemplificando, em Espanha predominam os bancos de poupanças, que trabalham em parceria com ONG e fundações, enquanto em França e Inglaterra, são as ONG os principais actores (Underwood, 2006).

Os quadros e figuras seguintes, construídos a partir da caracterização do sector para os períodos 2006-2007 e 2008-2009 (Jayo *et al.*, 2008; Jayo *et al.*, 2010), procuram apresentar os principais traços do microcrédito na União Europeia e demonstrar a multiplicidade de situações mencionada.

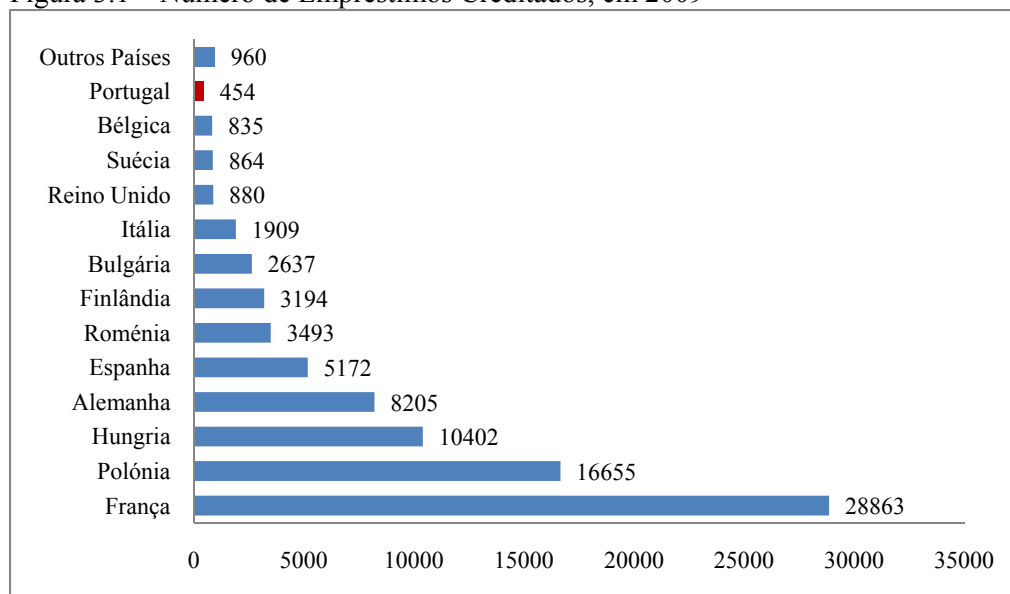
Quadro 3.4 – Dados Globais do Sector na União Europeia, 2005-2009

	2005	2006	2007	2008	2009
N.º Empréstimos Creditados	27 000	35 553	42 750	90 605	84 523
Montante Desembolsado (Milhões de Euros)	210	295	394	802	828
Montante Médio por Empréstimo (Euros)	7 700	10 794	11 002	9 373	9 641

Fonte: Adaptado de Jayo *et al.*, 2008 e Jayo *et al.*, 2010

O Quadro 3.4 mostra um sector em crescimento, apesar da quebra de cerca de 7% do número de empréstimos creditados em 2009 relativamente ao ano anterior, facto associado à profunda crise económica sentida a nível mundial. A evolução é, contudo, muito desigual entre os vários países, nomeadamente no que concerne ao número de empréstimos concedidos (Figura 3.1). A avaliação destes números e a comparação entre países deve ter em conta situações muito díspares quanto à dimensão dos mercados de cada país, ao tipo e número de instituições a desenvolver programas de microcrédito, e aos públicos a que se destinam.

Figura 3.1 – Número de Empréstimos Creditados, em 2009

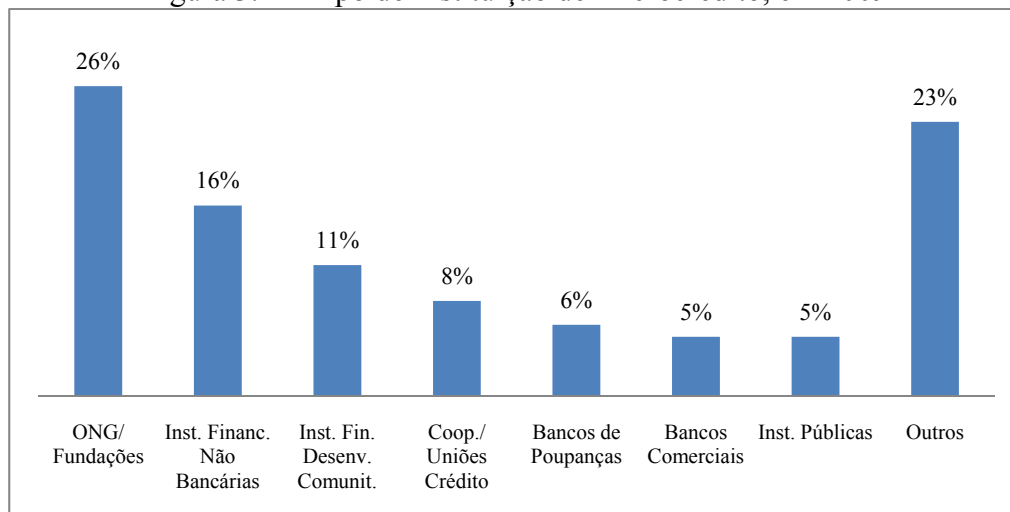


Fonte: Adaptado de Jayo *et al.* (2010)

A Figura 3.2 demonstra a diversidade quanto à tipologia das instituições. Estas instituições assumem no período 2008-2009 um âmbito predominantemente nacional, sendo que apenas 30% actuam a nível local. Estes resultados mostram uma inversão de tendência relativamente ao estudo anterior, pois para o período 2006-2007, apenas 38% das instituições participantes trabalhavam a nível nacional (Jayo *et al.*, 2008; Jayo *et al.*, 2010).

Como se pode constatar na Figura 3.2, o papel dos bancos comerciais é ainda muito reduzido no sector. Duas notas adicionais relativamente à tipologia das instituições: a primeira para referir que as instituições financeiras de desenvolvimento comunitário encontram-se no Reino Unido e correspondem a uma tipologia de entidade criada especificamente no ordenamento jurídico para enquadrar estas instituições, que embora sejam muitas, são normalmente de dimensão reduzida, actuando numa área geográfica restrita; a segunda diz respeito à categoria de “Outros”, em que estão representadas principalmente instituições italianas, normalmente de cariz religioso e também de reduzida dimensão (Jayo *et al.*, 2010).

Figura 3.2 – Tipo de Instituição de Microcrédito, em 2009



Fonte: Adaptado de Jayo *et al.* (2010)

A diversidade reflecte-se também no posicionamento das várias instituições relativamente ao microcrédito, que é ilustrado nas suas missões: 70% das instituições participantes no estudo incluem na sua missão a promoção de microempresas, 63% a criação de emprego e 62% a redução da pobreza e inclusão social. De realçar que o montante médio dos empréstimos é mais baixo nas instituições que elegem o combate à pobreza e exclusão social e a promoção de microempresas como prioridades (8 031€ e 9 620€ em 2009, respectivamente) e mais elevado naquelas que privilegiam o desenvolvimento económico, traduzido na promoção de pequenas e médias empresas (13 021€ em 2009). Outro aspecto a destacar é o facto de apenas 36% das instituições se dedicar em mais de 75% da sua actividade ao microcrédito, sendo que nas restantes o microcrédito surge como um entre vários instrumentos e estratégias utilizadas pelas organizações (Jayo *et al.*, 2010).

Nos estudos conduzidos para a EMN, na análise do sector é avaliado um conjunto alargado de questões, sendo atribuída particular relevância às relacionadas com a caracterização do

público do microcrédito. No ano de 2007, 44% dos clientes na União Europeia eram do sexo feminino, sendo que em Espanha, Bulgária, Portugal, Reino Unido e Roménia, o número de clientes deste sexo ultrapassou o número do sexo masculino. Esta situação sofreu uma alteração significativa em 2009, com a percentagem de clientes do sexo feminino a ser apenas de 27%, o que contrasta claramente com a realidade na maioria dos países em desenvolvimento onde, como no Grameen Bank, chegam a atingir 95% dos clientes (Grameen Bank, 2010). No que concerne à presença de imigrantes, em 2009, era muito significativa na Noruega e Espanha (83% e 45% dos clientes, respectivamente) e relativamente importante na Irlanda, Suécia e Itália (acima de 30%), mas pouco significativa em países como a Alemanha, apesar de existir uma importante comunidade imigrante. Por último, é de salientar o peso dos clientes jovens, com menos de 25 anos, que em 2009 era muito relevante na Suíça, Irlanda e Reino Unido, assumindo um peso nos promotores apoiados acima dos 50%, mas sendo muito menos significativo, e mesmo irrelevante, nos restantes países (Jayo *et al.*, 2008; Jayo *et al.*, 2010).

3.3. MICROCRÉDITO EM PORTUGAL

Em Portugal, como na maioria dos países europeus, o microcrédito é uma realidade recente, tendo a sua introdução resultado de uma iniciativa da sociedade civil.

“O acaso fez com que duas pessoas, desconhecidas entre si até então, e de gerações diferentes, tivessem de forma diversa, conhecimento da experiência do Grameen Bank. Em cada uma delas essa experiência despertou, por um lado, a curiosidade e, por outro, a consciência de que a luta contra a pobreza e contra a exclusão poderia conhecer outros rumos, mais dignos, não baseados na dependência dos subsídios. Tratando-se de um problema de sociedade, necessário era que também esta se envolvesse na procura de soluções, sendo esse empenhamento um exercício de cidadania. (...) A ideia parecia ótima, mas as interrogações eram muitas e os receios ainda mais. Teria sentido em Portugal? Como começar? Haveria outras experiências na Europa? E como fazer? (...). O caminho percorrido e a experiência acumulada tiveram a sua síntese num Seminário realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, tendo como pano de fundo o documento “As Sete Teses do Microcrédito”. Este evento trouxe pela primeira vez ao nosso país um representante do Grameen Bank, companheiro de caminhada do Prof. Yunus, Dipal Barua. E assim se deu o parto de uma organização a que chamaram Associação Nacional de Direito ao Crédito...” (Centeio, 2008, p. 136)

Em Dezembro de 1998, foi criada a Associação Nacional de Direito ao Crédito, que procura, através do microcrédito, fomentar a inserção social de pessoas com dificuldades financeiras ou em exclusão, através da iniciativa económica que se propõem desenvolver (ANDC, 2010a). O desenvolvimento do programa de microcrédito da ANDC teve por base uma parceria com o Banco Comercial Português e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, através de dois protocolos assinados durante o ano de 1999, sendo os primeiros créditos concedidos em Julho desse ano (Centeio, 2008).

Nestes cerca de dez anos de aplicação do instrumento em Portugal podem identificar-se dois períodos distintos: um primeiro, até 2005, em que a implementação do microcrédito se fez quase em exclusivo pela parceria ANDC/Instituto Emprego e Formação Profissional (IEFP)/BCP; outro, a partir do final de 2005, em que se alarga o leque de actores envolvidos, bem como de programas de microcrédito no terreno.

O microcrédito era, na primeira fase, um conceito desconhecido no país, situação que se começou a alterar com a maior visibilidade internacional do instrumento a partir de 2005, com a Declaração do Ano Internacional do Microcrédito, pelas Nações Unidas e a maior atenção dada a este instrumento pela União Europeia. A “invisibilidade” do conceito, bem como a reduzida dimensão da experiência em Portugal ajudam a explicar a quase

inexistência de artigos e estudos de base científica sobre microcrédito no país. Mesmo após a entrada de novas instituições e bancos comerciais na prática do microcrédito, a produção científica continua a ser reduzida. O interesse da comunidade científica começa, contudo, a surgir, dinamizado pela criação de programas de estudos do 2º ciclo sobre Economia e Empreendedorismo Social em várias universidades.⁷

Os principais estudos realizados têm, contudo, sido promovidos a nível institucional, sendo o único estudo de avaliação de impacto realizado até ao momento da responsabilidade do Observatório do Emprego e Formação Profissional, do IEFP. O estudo, que se centrou no sistema tripartido ANDC/IEFP/BCP no período de 22 de Julho de 1999 a 22 de Agosto de 2006, teve como objectivo central a avaliação do impacto do sistema de microcrédito existente em Portugal, entendido como instrumento de luta contra a pobreza e o desemprego, procurando constituir-se como uma base de apoio à tomada de decisão por parte das entidades competentes quanto à orientação mais eficiente dos fundos públicos aplicados no sistema (Mendes, 2007).

O trabalho desenvolvido pela equipa de investigação partiu de um estudo microeconómico de avaliação do impacto do microcrédito no rendimento monetário líquido, utilizando uma amostra representativa de beneficiários. Embora não tenha sido possível a estimação das funções de produção que caracterizam a actividade produtiva dos beneficiários de microcrédito, os autores consideram que o trabalho efectuado dá indícios de validade empírica da hipótese de concavidade dessas funções. Deste modo, concluem que as dificuldades de acesso ao crédito pelos beneficiários do microcrédito resultam de custos de transacção elevados e falhas de mercado, e que fazem, por isso, sentido políticas públicas que os reduzam, através, nomeadamente, do financiamento de organizações que trabalham com esse objectivo, sendo esta orientação mais eficiente que a subsidiação das taxas de juro (Mendes, 2007).

Não pretendendo fazer uma apresentação exaustiva, importa realçar que os resultados do estudo permitiram concluir que o impacto do microcrédito no rendimento foi estatisticamente significativo e que o recurso ao microcrédito se traduziu, em média, numa melhoria do rendimento monetário líquido do beneficiário mais relevante para os indivíduos com ensino secundário completo e desempregados, no que concerne a habilitações e situação profissional, respectivamente. Para além da análise econométrica, o trabalho de campo permitiu aos autores apontar outros impactos, de que se destacam: a elevada percentagem de beneficiários, 94%, que considerou ter valido a pena o processo, mesmo quando o projecto de negócio já não existe; a impossibilidade assumida por 60% de avançar com os seus projectos se não tivesse recorrido ao microcrédito; e a valorização dada pelos próprios aos impactos na sua vida que foram, por ordem decrescente de importância, o aumento do rendimento familiar, a criação do próprio emprego e o aumento da auto-estima (Mendes, 2007).

A informação do estudo foi complementada com os (poucos) artigos encontrados sobre este tema e, principalmente, com o recurso à informação disponibilizada pelas diversas instituições envolvidas na aplicação do microcrédito em Portugal.

André e Abreu (2006) apresentam o microcrédito como estudo de caso exploratório do

⁷ Exemplos de programas criados nos últimos dois anos são o Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo da Universidade de Coimbra e o Mestrado em Economia Social do Núcleo Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa.

conceito de inovação social. Os autores apontam como requisitos para que um produto ou processo seja considerado como inovação social: a satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado, a promoção da inclusão social e a capacitação dos beneficiários, provocando uma alteração nas relações de poder em que se encontram envolvidos.

Partindo da experiência desenvolvida pela ANDC, concluem que os três requisitos são cumpridos. Primeiro, o microcrédito permite o acesso a um serviço, crédito, por parte de uma parte da população excluída desse mercado; segundo, a integração no mercado de trabalho dos beneficiários, e de outros contratados no âmbito dos projectos apoiados, contribui para a inclusão social dos intervenientes; e, por fim, a aquisição de competências e conhecimentos, o reforço da auto-estima e a melhoria do estatuto social associados ao processo, permitem minimizar a posição de vulnerabilidade das pessoas perante os mecanismos de mercado, contribuindo assim para a diminuição da sua dependência face a terceiros, particulares ou institucionais (André e Abreu, 2006).

A aplicação do microcrédito em Portugal corresponde a uma inovação na “confluência dos domínios económico e social, já que a emancipação económica não se esgota em si, constituindo um meio para o objectivo multidimensional da inclusão social”. A experiência desenvolvida obteve um “notável sucesso”, que se traduz na satisfação da necessidade identificada, no crescente reconhecimento institucional e público, na disseminação horizontal do instrumento (aumento da escala da actividade da ANDC), e pela “replicação/apropriação” por parte de outros agentes, nomeadamente instituições de âmbito local que incluíram o microcrédito no seu leque de respostas. Esta apropriação é feita, de algum modo, também pelo Estado que, continuando a apoiar a ANDC através do IEF, adoptou parcialmente o conceito no quadro das políticas públicas de emprego (André e Abreu, 2006, p. 139-140).

Os Programas de Microcrédito Existentes

O estudo do microcrédito em Portugal implica o levantamento dos programas de microcrédito existentes, sendo apresentados neste trabalho os programas existentes no período de análise utilizado, ou seja, até ao final do ano de 2009.⁸

Uma primeira nota sobre estes programas é a constatação de que todos eles têm por base o estabelecimento de parcerias entre instituições de diferentes áreas, notavelmente incluindo sempre uma instituição bancária, pois dada a arquitectura e enquadramento legal do sistema financeiro português, a actividade de concessão de crédito encontra-se até ao momento restrita a instituições financeiras.

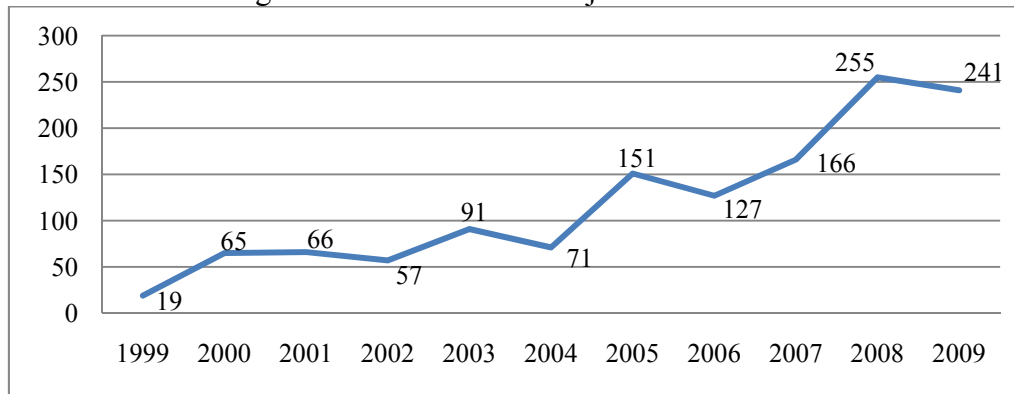
ANDC - Associação Nacional de Direito ao Crédito

A experiência da ANDC foi pioneira ao nível do microcrédito, sendo a instituição criada de raiz com esse intuito e que se mantém como a única dedicada exclusivamente ao microcrédito e microfinanças. O trabalho desta associação privada sem fins lucrativos, com Estatuto de Utilidade Pública desde 2004, tem sido realizado com base nos protocolos

⁸ No Anexo I são apresentadas as principais características dos programas referenciados seguidamente nesta secção.

sucessivamente renovados com o IEFP e com instituições bancárias, o Millennium BCP, desde Julho de 1999, a Caixa Geral de Depósitos, desde Dezembro de 2005 e o Banco Espírito Santo, desde Março de 2006. Desde Julho de 1999 a Janeiro de 2010 foram concretizados 1 311 créditos (evolução ilustrada na Figura 3.3), correspondentes a um montante global de financiamento de cerca de 6,7 milhões de euros.

Figura 3.3 – Número de Projectos Creditados



Fonte: Adaptado de ANDC (2010b)

Segundo informação disponível no *site* da associação (www.microcredito.com.pt, acessido em 03/04/10), o montante médio dos empréstimos desde o início da actividade é de 5 083€, sendo este montante influenciado pelas condições de financiamento estabelecidas nos protocolos com as instituições bancárias, na medida em que o valor máximo dos empréstimos foi, até ao ano de 2007, de 5 000€, tendo aumentado para 10 000€ nesse ano, e tendo sido novamente aumentado para os actuais 12 500€, já no final de 2009. Nos dados históricos (até Janeiro de 2010), é de destacar o predomínio de promotoras do sexo feminino (52,2%) e o peso da Região de Lisboa (39,7%), seguida pelas Regiões do Norte (22,5%) e Centro (21,3%). No que se refere à presença de jovens e imigrantes, os jovens com menos de 25 anos representam 10,8% do total dos promotores, enquanto os imigrantes correspondem a 14,3%, sendo 8,5% oriundos de países africanos (ANDC, 2010b).

Outros Programas de Microcrédito

No período em análise identificam-se quatro outros programas de microcrédito, dois deles de âmbito nacional (Operação Autónoma do Millennium BCP e Microcrédito ANJE) e dois de intervenção local (Sistema de Microcrédito para Auto-Emprego e Criação de Empresas e Microcrédito da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa).

No ano de 2003 foi concebido e implementado um projecto-piloto na área do microcrédito, designado SIM – Sistema de Microcrédito para o Auto-Emprego e a Criação de Empresas, e inserido no Projecto GLOCAL, co-financiado através da Iniciativa Comunitária EQUAL. O projecto foi promovido por uma empresa, Superação SPA Consultoria, com um conjunto de parceiros locais, que na fase de experimentação do SIM incluíram as Caixas de Crédito Agrícola dos seis concelhos de Vila Real que integraram esta fase (GLOCAL, 2010).

A avaliação da fase piloto, por parte dos parceiros envolvidos, foi positiva, começando em 2005 a ser preparada a disseminação da metodologia, através do estabelecimento de uma

parceria com a Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, constituindo-se a “Rede SIM na Minha Terra”. As associações protocoladas assumiram-se como líderes de parcerias locais, cabendo-lhes a negociação e interlocução com a Caixa de Crédito Agrícola da sua área de intervenção, a divulgação do programa e todo o processo de informação, orientação e acompanhamento dos potenciais empreendedores (EQUAL, 2010).

Em Novembro de 2005, o Millennium BCP lançou uma operação autónoma de microcrédito, paralela à parceria assumida em 1999, no seguimento também de outra experiência ao nível das microfinanças, com o lançamento em 2000 do NovoBanco em Moçambique BSCD Portugal (2006). A rede autónoma de microcrédito, assumida como parte integrante da política de responsabilidade social do banco, tem como objectivo possibilitar que pessoas excluídas do sistema bancário possam criar o seu próprio posto de trabalho, através de um pequeno negócio ou do alargamento de um já existente. Até Agosto de 2008 foram aprovadas 680 operações de financiamento, a que corresponde um montante global de 7,5 milhões de euros (Millennium BCP, 2010).

Em Dezembro de 2005, a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) estabeleceu um protocolo com a Caixa Geral de Depósitos, lançando uma linha de microcrédito para jovens até aos 40 anos. Nas condições de acesso a esta linha de crédito, inicialmente com um montante máximo de 25 000€ de financiamento (recentemente aumentado para 50 000€), nenhuma referência é efectuada quanto à situação social do promotor, nem à sua posição em termos de acesso bancário.

Em Maio de 2006, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Montepio Geral assinaram um protocolo de parceria com o objectivo de apoiar pessoas em situação de exclusão face ao sistema financeiro tradicional que procuram criar o seu próprio emprego através de um projecto empresarial, contribuindo deste modo para a redução da pobreza e do desemprego. O público-alvo está delimitado a pessoas residentes no concelho de Lisboa e acompanhadas pela Santa Casa da Misericórdia.

Perspectivas Futuras

Após uma década de presença do microcrédito em Portugal, o ano de 2010 parece promissor de um maior desenvolvimento do sector no país, com uma aposta por parte dos vários actores intervenientes no processo – instituições do sector social, Estado e bancos.

O papel do Estado é particularmente importante na criação de condições para a consolidação e alargamento da utilização deste instrumento (Mendes, 2007). Neste âmbito, são de realçar duas iniciativas legislativas. A primeira é o Decreto-lei n.º 12/2010, de 19 de Fevereiro que cria as sociedades financeiras de microcrédito. A nova lei prevê a possibilidade de serem constituídas entidades especificamente vocacionadas para o microcrédito e microfinanças, alargando o acesso à actividade de concessão de microcrédito a instituições que não exercem actualmente actividade financeira, mas que poderão integrar esta actividade no âmbito dos seus fins económicos e sociais. A segunda é a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2010, que estabeleceu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES), sendo uma das principais medidas previstas o lançamento de um programa nacional de microcrédito. O programa será gerido pela recém-criada Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (fundada em 4 de

Fevereiro de 2010) que tem como finalidade incentivar a criação de emprego e o empreendedorismo entre as populações com maiores dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, prevendo-se que o apoio prestado inclua também apoio técnico na consolidação dos projectos de negócio.

4. TERRITÓRIO

O microcrédito, como apresentado no capítulo anterior, surgiu no contexto dos países em desenvolvimento, sendo as primeiras experiências conduzidas em zonas rurais. O sucesso alcançado nessas experiências levou a um crescimento da escala de aplicação desde os anos 1970, com uma disseminação do conceito por países e regiões com dimensões e níveis de desenvolvimento muito diferentes, alargando-se o seu âmbito a zonas urbanas, principalmente nas experiências em países desenvolvidos, como é o caso de Portugal. Segundo os dados da ANDC, para o período de Julho de 1999 a Outubro de 2009, 47% dos projectos de microcrédito concretizados realizaram-se nos distritos de Lisboa e Porto, predominantemente urbanos (ANDC, 2010b).

Jayo *et al.* (2010) verificaram que, na União Europeia, 30% das instituições observadas actuavam, no período 2008-2009, a um nível local. Num outro estudo, são contrapostas realidades distintas: na Bélgica e Itália predominam as pequenas organizações de base local, em França o sector é claramente dominado por organizações de âmbito nacional e de grande dimensão, como são a Adie e a FIR (France Initiative Réseau)⁹ e no Reino Unido co-existem as duas formas, de que constituem exemplos o Prince's Trust, de âmbito nacional e a One London, organização de cariz comunitário que trabalha numa parte específica da cidade de Londres. Em termos gerais, as organizações de âmbito nacional estão também presentes localmente e desenvolvem o seu trabalho em proximidade com os potenciais promotores. No caso da Adie e da FIR, tal é conseguido através de escritórios próprios espalhados pelo território francês, 120 e 236 no ano de 2006, respectivamente (Planet Finance, 2007).

A forma como evoluiu o microcrédito na Europa e, concretamente, a necessidade de presença junto das populações alvo do microcrédito, particularmente quando o enfoque é dado a populações em situação ou risco de pobreza e exclusão social, reflecte a influência que a dimensão território tem na aplicação do instrumento microcrédito. O estudo de avaliação do impacto do sistema de microcrédito em Portugal revela um impacto positivo deste instrumento sobre o rendimento monetário líquido que é superior para os beneficiários com ensino secundário completo relativamente aos de menores habilitações (Mendes, 2007). Esta observação indicia que o perfil dos promotores de projectos no âmbito do microcrédito influencia o nível de sucesso alcançado. O ponto de partida da nossa análise é, precisamente, a existência de uma relação entre o perfil dos promotores e o enquadramento e características das suas actividades, e o território em que se inserem. Deste modo, a hipótese subjacente ao nosso estudo é da existência de relações entre microcrédito e território.

⁹ A FIR é uma federação de instituições locais independentes mas que actuam de forma concertada, nomeadamente no que concerne ao programa de microcrédito.

Mendes (2007, p. 63) aponta para a necessidade de “territorialização da aplicação do microcrédito”, considerando como fundamental a adaptação do instrumento à diversidade de situações de pobreza e exclusão social presentes a um nível local. Neste processo de aproximação territorial, salienta a importância assumida pelas parcerias e outras formas de articulação entre instituições, com um papel muito relevante a ser desempenhado pelas organizações de âmbito local que estão em permanência no terreno.

A vertente territorial associada ao desenvolvimento de iniciativas económicas de dimensão micro é também destacada no estudo sobre microempreendedorismo em Portugal, promovido pelo Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP) onde o empreendedorismo, ou o seu défice, está dependente do contexto envolvente, podendo falar-se num micro-clima que potencia ou trava o desenvolvimento de projectos de negócio, nomeadamente, de índole inovadora (Portela *et al.*, 2008).

Dois tipos de argumentos reforçam a importância do contexto, que é diferenciado territorialmente. O primeiro relaciona-se com as diferentes origens sociais e culturais dos indivíduos, que influenciam a sua propensão para empreender, existindo grupos mais e menos avessos ao envolvimento em iniciativas empresariais por conta própria. São dados alguns exemplos, destacando-se dois pela correlação que têm com localizações diferentes: os operários fabris (localizados predominantemente em áreas do litoral do país, onde existe uma maior concentração de indústria) e os pequenos agricultores (sediados primordialmente em zonas rurais no interior do país). Os operários, normalmente muito especializados numa ou num conjunto pequeno de tarefas, têm uma visão limitada do processo de produção, que não dominam, o que associado a um nível de habilitações, normalmente, mais baixo, condiciona as expectativas que os próprios possam ter de desenvolver independentemente uma iniciativa económica. A situação dos pequenos agricultores é muito distinta pois a capacidade de iniciativa e a flexibilidade na gestão das suas explorações são inerentes à sua actividade, no entanto, dada a vulnerabilidade da sua situação económica são, normalmente, avessos ao risco e conservadores nas suas práticas, sendo a inovação difícil de implementar (Portela *et al.*, 2008). Estes dois tipos de público correspondem ao que pode ser considerado como público-alvo do microcrédito, sendo que no caso dos operários fabris a possibilidade de desenvolvimento de uma actividade por conta própria surge, frequentemente, na sequência de processos de encerramento ou redimensionamento das unidades industriais onde trabalhavam.

O segundo argumento relaciona-se com a cultura institucional e de inovação existente a nível local que poderá ou não impulsionar o empreendedorismo. Diferentes estudos apontam para uma concentração no tempo e no espaço da criação de novas empresas e do surgimento de inovações, sejam elas ao nível do produto ou processuais. O contexto assume, assim, relevo na criação de uma envolvente favorável ao empreendedorismo. Ao nível das microempresas, e mesmo naquelas em áreas mais tradicionais, a existência de um ambiente potenciador do crescimento e desenvolvimento económico das regiões é fundamental para que haja mercado também para estes pequenos negócios (Portela *et al.*, 2008). Este argumento não invalida, contudo, a importância de mobilizar recursos endógenos e exógenos na criação da cultura institucional e de inovação que potencie as iniciativas económicas locais. Klein *et al.* (2009), referindo-se a iniciativas locais associadas à economia social, defendem que embora estas iniciativas tenham um papel preponderante na reversão ou, pelo menos, minimização de tendências de empobrecimento e exclusão, não o conseguirão alcançar por si, sendo particularmente importante o papel dos actores

públicos, cuja actuação está muitas vezes dependente de decisões tomadas fora do âmbito local.

No caso de Portugal, e com o objectivo de enquadrar o trabalho empírico e o contexto em que é aplicado o microcrédito, apresentam-se nos quadros e figuras seguintes indicadores globais para o país, a partir de informação do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 4.1 - Taxa de Risco de Pobreza em Portugal (após transferências sociais - %)

	2006	2007	2008
Por grupos etários			
Total	18%	19%	18%
0-17 anos	21%	23%	23%
18-64 anos	15%	16%	16%
65 e mais anos	26%	22%	20%
Por condição perante o trabalho			
Em emprego	10%	12%	10%
Sem emprego	27%	25%	24%
Desempregados	32%	35%	37%
Reformados	23%	20%	17%
Outros inactivos	30%	28%	30%

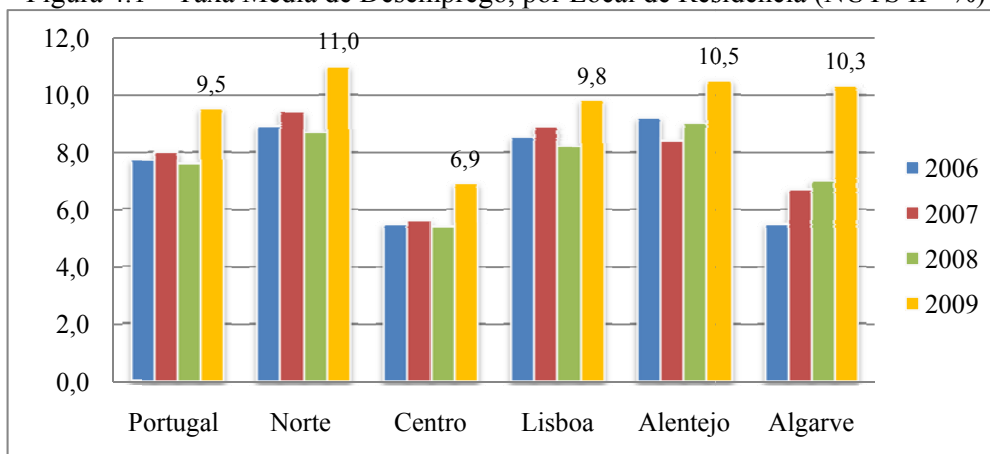
Fonte: INE (2007-2009)

Em 2008, 18% da população residente em Portugal (incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira) estava numa situação de risco de pobreza, o que corresponde a cerca de 1,9 milhões de pessoas. No Quadro 4.1 importa salientar o aumento da taxa de risco de pobreza entre os mais jovens e, principalmente, a diferença existente a este nível entre aqueles que têm um emprego, seja por conta de outrem ou por conta própria e os sem emprego, sendo particularmente penalizados os que estão numa situação de desemprego, com uma taxa de risco de pobreza entre os desempregados muito superior à que é a taxa total, 37% e 18%, respectivamente, em 2008 (INE, 2007-2009).

No que concerne à taxa de desemprego média (Figura 4.1), verifica-se um agravamento significativo no ano de 2009 a nível nacional, o que dada a informação do quadro anterior, permite antever um aumento da taxa de risco de pobreza neste ano, e desta forma, uma necessidade crescente por parte dos poderes públicos de reforçarem a atenção dada a instrumentos de combate ao desemprego e à pobreza, como é o caso do microcrédito, seja do ponto de vista do financiamento, seja da construção de um enquadramento legal e político que apoie o empreendedorismo e, muito concretamente, o desenvolvimento de projectos de negócio pelas faixas da população mais atingidas pelo desemprego.

Na Figura 4.1 são relevantes duas situações. A primeira é a de que a zona Centro é claramente a região com menores taxas de desemprego ao longo dos últimos quatro anos, contrastando com o Norte. A segunda, é o agravamento muito significativo registado no último ano na região do Algarve, com uma subida de 7% em 2008 para 10,3% em 2009. Segundo dados do INE, a taxa de desemprego feminina é superior em todas as regiões, atingindo em 2009 para Portugal, 10,2% contra 8,9% de taxa de desemprego masculino, e sendo mais gravosa nas regiões do Norte (12,4%), Alentejo (11,9%) e Algarve (11,5%).

Figura 4.1 – Taxa Média de Desemprego, por Local de Residência (NUTS II - %)



Fonte: INE (2006 – 2009)

O Quadro 4.2 e as Figuras 4.2 e 4.3 apresentam indicadores importantes na vitalidade de um território, relacionados, por um lado, com tendências demográficas (o nível de envelhecimento da população¹⁰) e, por outro, com o tecido empresarial (número de empresas).

No Quadro 4.2 apresenta-se o índice de envelhecimento da população, que reflecte diferenças substanciais entre as regiões, embora com uma tendência comum de crescimento. Alentejo e Centro são claramente as zonas mais envelhecidas, enquanto o Norte tem a população mais jovem.

Quadro 4.2 – Índice de Envelhecimento por Local de Residência (NUTS II), 2006-2009

	2006	2007	2008	2009
Portugal	111,7	113,6	115,5	117,6
Norte	93,3	96,4	99,3	102,6
Centro	142,3	144,8	147,2	149,7
Lisboa	106,3	107	108,1	109,4
Alentejo	171,6	172,7	172,9	173,2
Algarve	125,2	124,1	123,5	122,8

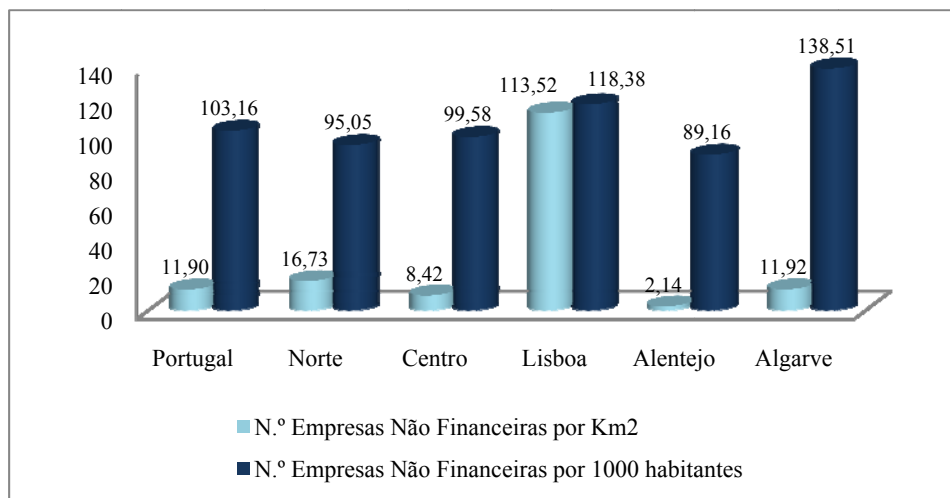
Fonte: INE (2006 – 2009b)

Relativamente ao tecido empresarial, o INE (2010) aponta para um número de empresas que, em 2008, ultrapassa 1 milhão de empresas não financeiras (1 096 255), das quais 63% estão localizadas nas regiões do Norte e Lisboa. A Figura 4.2 avalia a distribuição geográfica destas empresas, sendo de salientar um maior equilíbrio entre as regiões quando a análise é relativizada pela população residente, destacando-se Algarve e Lisboa com um número de empresas por 1 000 habitantes muito superior à média nacional, e no extremo oposto a região do Alentejo. Por sua vez, tomando em linha de conta a dimensão dos territórios, as disparidades são maiores, sendo novamente o Alentejo a região menos dinâmica neste indicador, com a presença, em 2008, de 2 empresas não financeiras por km², enquanto em

¹⁰ Corresponde ao quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, expresso habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos (INE, 2006 – 2009b).

Lisboa o número é de 113 por km², e a média nacional se situa nas cerca de 12 por km².

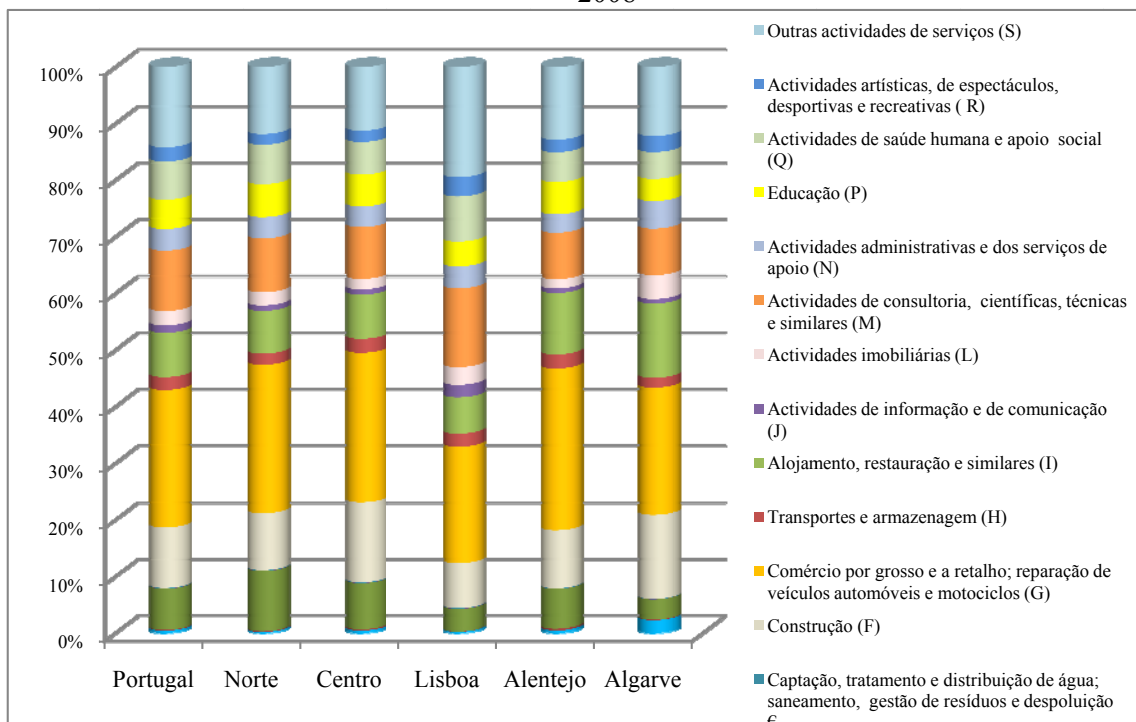
Figura 4.2 – Empresas Não Financeiras por Localização Geográfica (NUTS II), 2008



Fonte: INE (2010)

As diferenças regionais são também muito visíveis no que se refere à estrutura de actividades presente. A Figura 4.3 reflecte essa realidade, sendo de destacar nestes dados relativos ao ano de 2008 o peso relativo da Pesca no Algarve, da Indústria Transformadora no Norte, da Construção no Centro e Algarve, e das Actividades de Serviços em Lisboa (sectores J, M, Q, R e S, principalmente).

Figura 4.3 – Número de Empresas por Localização (NUTS II) e Actividade Económica (CAE Rev 3), 2008



Fonte: INE (2010)

Uma última nota para o peso das iniciativas económicas individuais na economia, factor pertinente para o microcrédito na medida em que os programas desenvolvidos em Portugal se baseiam na concessão de créditos a título individual, financiando, maioritariamente, projectos de negócio que assumem juridicamente a forma de empresário em nome individual ou trabalhador independente. Os dados da ANDC para o período de Julho de 1999 a Outubro de 2009 comprovam esta situação, com 1,4 postos de trabalho criados por projecto (ANDC, 2010b). O INE apresenta para a economia nacional uma proporção de empresas individuais (empresários em nome individual e trabalhadores independentes) de 68% do total das empresas, em 2008, com uma concentração destas empresas nos sectores da construção e, principalmente, comércio e serviços, INE (2010).

5. MICROCRÉDITO E TERRITÓRIO: O CASO PORTUGUÊS

O Microcrédito assume-se como um instrumento de combate à pobreza e exclusão social. Neste sentido, os estudos empíricos sobre microcrédito procuram, na sua maioria, medir o impacto dos programas de microcrédito desenvolvidos, com o objectivo duplo de provar a sua eficácia e eficiência e de encontrar formas de os melhorar (Goldberg, 2005).

Entre estes estudos, os desenvolvidos por Khandker e Pitt são dos mais citados. Nestes estudos, os autores procuraram estudar o impacto das microfinanças sobre a pobreza no Bangladesh, recorrendo a uma análise em painel com micro-data para os períodos 1991/2 e 1998/9, que obtiveram a partir de inquéritos a uma amostra de agregados familiares. Os dados levaram estes autores a concluir que o acesso a serviços de microfinanças contribuiu para a redução da pobreza, quer ao nível individual, particularmente ao nível das mulheres participantes, quer ao nível da aldeia (Khandker, 1998 e 2005; Khandker e Pitt, 2003).

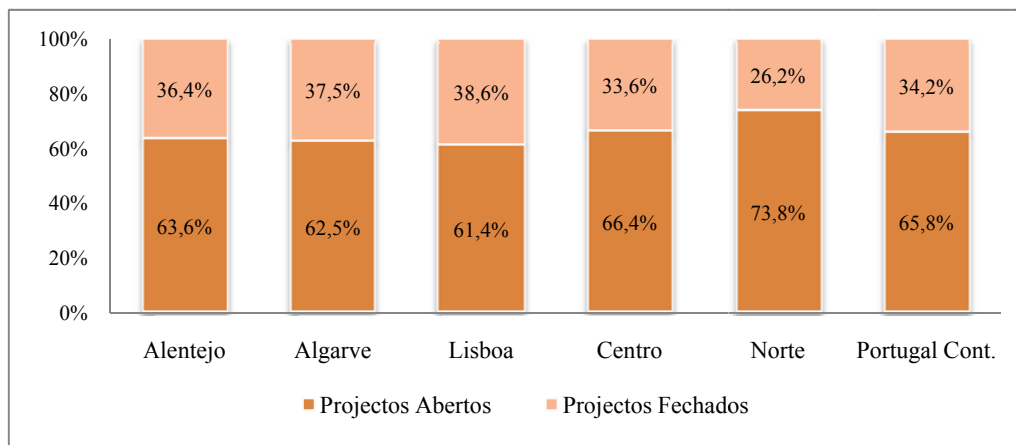
No Anexo II são apresentados alguns exemplos de estudos sobre o sector, podendo distinguir-se trabalhos baseados em métodos *cross-section* e em painel. Nos primeiros incluem-se os artigos de Copestake *et al.* (2001), que estuda o microcrédito na Zâmbia, e o de Bikbaeva e Gaibnazarova (2009) referente ao Uzbequistão, embora este seja um exercício teórico na medida em que dificuldades na recolha de informação impossibilitaram a sua concretização na prática. No conjunto de estudos *cross-section* encontra-se também Mendes (2007) relativo à experiência portuguesa. Nas análises em painel, inclui-se Tedeschi (2008) que tem por âmbito geográfico o Peru.

Wampfler *et al.* (2006) sustentam que os estudos empíricos são muito importantes para a evolução do sector das microfinanças mas que têm limitações, na medida em que não é possível estudar simultaneamente todos os efeitos do microcrédito. É preciso ter em consideração que muitos dos impactos sobre a situação dos beneficiários e das suas famílias são de natureza qualitativa, sendo muito difícil a sua quantificação. Calderón e Garrido (2007) acrescentam como maior dificuldade neste tipo de estudo a demonstração de que as mudanças verificadas na vida dos beneficiários resultam efectivamente da participação no programa de microcrédito e não de outros factores. A metodologia utilizada é, assim, muito importante, sendo claro que esta deve permitir encontrar relações de causalidade ou, pelo menos, associações fortes, mas deve também ser exequível. A realização de estudos experimentais, com a utilização de técnicas econométricas complexas, exige tempo e elevados recursos humanos e financeiros, pelo que este tipo de análise é menos frequente e

não será possível apresentar neste texto.

Os objectivos deste texto, enquanto espaço de apresentação de conhecimento novo, assentam em dois pressupostos. O primeiro é o da existência de relações entre microcrédito e território. O segundo, base para as escolhas metodológicas realizadas, é de que a melhoria da situação económica e social dos promotores dos projectos de microcrédito e das suas famílias será tanto mais conseguida quanto mais os negócios financiados sejam sustentáveis no tempo e, desse modo, permitam a manutenção de um nível de rendimento familiar superior relativamente à situação de partida (e não relativamente a uma situação idêntica mas não intervencionada). Desta forma, optou-se por implementar uma análise empírica que procura estudar a taxa de sobrevivência dos projectos de microcrédito, tentando identificar os factores explicativos para os valores observados, nomeadamente factores que decorram de diferenças entre os territórios. A Figura 5.1 confirma a existência de disparidades entre as várias regiões no que respeita à sobrevivência e mortalidade dos projectos de microcrédito apoiados pela ANDC, para o período de 2006 a 2009.

Figura 5.1 – Sobrevivência e Mortalidade dos Projectos de Microcrédito (NUTS II), 2006 - 2009



Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

O estudo da duração das empresas é um tema bastante explorado, nomeadamente ao nível da Indústria Transformadora, como são exemplos os artigos de Mata e Portugal (1994 e 2002) mas não tendo sido analisado no âmbito do microcrédito. O estudo mais próximo da realidade que se pretende analisar é o de Holmes *et al.* (2010), em que os autores estudam a sobrevivência de empresas industriais do nordeste de Inglaterra, distinguindo as microempresas das pequenas e médias empresas. Contudo, fazem-no também num contexto industrial e com características no que concerne aos promotores dos negócios diferentes daquelas que se associam ao microcrédito.

A análise da sobrevivência das empresas criadas com recurso ao microcrédito implicou a identificação de uma metodologia que fosse adaptável às especificidades deste fenómeno e da análise que se pretende desenvolver, sendo essa opção apresentada e fundamentada no sub-capítulo seguinte.

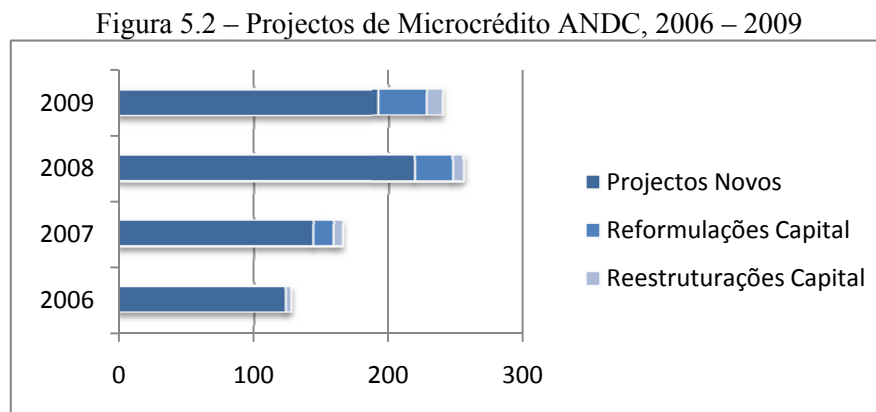
No entanto, o estudo da sobrevivência dos projectos é mais um estudo da sustentabilidade do sistema de microcrédito que uma avaliação dos seus efeitos sociais no combate à exclusão social e a pobreza.

5.1. NOTAS METODOLÓGICAS

Dados

Os dados estudados foram disponibilizada pela ANDC cuja base de dados contém informação sobre todos os projectos de microcrédito financiados pelas instituições bancárias protocoladas no período 1999 – 2009 distinguindo-se três tipos de processos: projectos novos, projectos reformulados com reforço de capital e projectos reestruturados com alargamento de prazo. Para cada projecto existe informação diversa sobre quatro áreas destacando-se os indicadores relevantes para o presente estudo: 1) promotor (idade, sexo, nacionalidade, habilitações), 2) negócio (concelho de localização, sector de actividade, postos de trabalho, situação da actividade), 3) empréstimo (montante e prazo do crédito, data de creditação, valor da prestação, situação do empréstimo) e 4) acompanhamento (técnico responsável).

No estudo empírico desenvolvido, uma primeira nota a apresentar diz respeito ao período de análise (2006 a 2009), fase de consolidação da ANDC após um crescimento acentuado do número de processos no ano de 2005. A segunda nota é relativa ao tipo de processos. Na medida em que os processos reformulados e reestruturados têm um peso reduzido no total, como se pode verificar na Figura 5.2, e correspondem a processos já existentes, em que o arranque do negócio se concretizou em momentos anteriores, optou-se por considerar apenas os projectos novos.



Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

A candidatura ao microcrédito pode ser realizada para financiar quer o arranque de novos projectos de negócio, quer a dinamização de projectos já existentes. A distinção entre estas duas situações, embora presente nos processos individuais, não está reflectida na base de dados. Segundo informação recolhida junto da ANDC, o número de projectos de dinamização de negócios já existentes é mais reduzido e a candidatura ao programa pressupõe um novo investimento no negócio, pelo que, não sendo possível verificar os processos individualmente, se consideraram todos os processos novos como estando numa situação de arranque.

Relativamente ao início do negócio foi assumido um outro pressuposto no que se refere à data de arranque. Na base de dados existe informação apenas quanto à data de creditação dos empréstimos e não à abertura de actividade. No entanto, dadas as características dos empréstimos, a aprovação e concretização do crédito são concedidas quando estão

reunidas as condições para a actividade ser desenvolvida, havendo na maioria dos casos uma grande proximidade entre a data de creditação e a de arranque do negócio, pelo que se utilizou a primeira como *proxy* da segunda.

Paralelamente às considerações sobre o momento de arranque, a análise proposta implica o conhecimento do tempo de vida dos projectos, o que não foi possível obter directamente a partir da base de dados. Na base, a situação da actividade é dada na forma de negócio aberto ou fechado na data de referência, não existindo informação sobre as datas de encerramento daqueles projectos que se encontram na situação de fechado. Esta questão é fundamental para o trabalho que se pretende elaborar, e por essa razão foi solicitado o apoio da ANDC no sentido de saber se tal informação existe de outra forma na Associação e se seria possível reuni-la. Deste modo, e com o apoio dos técnicos responsáveis pelos processos conseguiu-se essa informação, sendo, no entanto, de realçar que as datas de encerramento obtidas correspondem a informação dada pelo técnico responsável pelo acompanhamento do projecto nos seus relatórios, não sendo possível obter confirmação da data exacta por via de informação oficial ou dos próprios promotores.

A base de dados da ANDC permitiu caracterizar os promotores dos negócios, bem como aferir os sectores de actividade presentes (CAE a 5 dígitos) e o território (concelhos) em que se inserem, sendo complementada com dados para as variáveis explicativas consideradas no modelo que têm como fonte o Instituto Nacional de Estatística.

Modelo

Os modelos de sobrevivência são uma metodologia testada em várias áreas do conhecimento. Contudo, os primeiros estudos relativos à duração das empresas, identificados por Mata e Portugal (1994), são do final dos anos 80, para a economia americana, concentrando-se nas determinantes do tempo de vida das empresas associadas às características específicas das mesmas.

Neste tipo de análise, os modelos de estimação tradicionais, como o Método dos Mínimos Quadrados, não são adequados por existirem casos/observações em que a duração é incompleta, ou seja, em que no momento de análise, não ocorreu o evento que determina a sua morte ou falha. Estes casos correspondem a dados censurados à direita e a metodologia seleccionada deve acomodar esta situação (Mata e Portugal, 1994).

Uma das metodologias mais utilizadas neste âmbito é a dos modelos *hazard*, nomeadamente o modelo de *hazard* proporcional de Cox que, não implicando a especificação da distribuição seguida pela variável em análise, é, mesmo assim, considerado um modelo robusto, ou seja, os resultados obtidos são próximos dos que se obteriam na aplicação do modelo paramétrico correcto (Kleinbaum e Klein, 2005). Os estudos desenvolvidos por Mata e Portugal (1994, 2002) e Holmes *et al.* (2010) são exemplos da aplicação deste modelo. Em qualquer destes trabalhos, o enfoque é colocado na análise de empresas industriais, sendo o conjunto de variáveis explicativas e hipóteses subjacentes utilizadas condicionada por esta opção. Nestes artigos, são considerados dois tipos de factores determinantes da duração das iniciativas empresariais: factores específicos das empresas e dos sectores, aos quais Holmes *et al.* (2010) acrescentam factores macroeconómicos, nomeadamente a taxa de juro real.

Os modelos *hazard* têm por base a definição de uma função *hazard* que representa a

probabilidade condicional de acontecer uma saída/falha no intervalo t , dado que a unidade de observação sobreviveu até esse momento (Cox e Oakes, 1984), e que se pode definir como:

$$h(t) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0^+} \frac{P(t \leq T < t + \Delta t | T \geq t)}{\Delta t} \quad (5.1)$$

Na análise efectuada, a informação relativa aos momentos de arranque e fecho da actividade das empresas criadas no âmbito do microcrédito está referenciada ao ano, o que significa que o tempo de vida dos projectos foi medido com base em intervalos de tempo (“x” anos), sendo o último intervalo correspondente ao ano de 2009. Para os projectos de microcrédito que se encontravam categorizados como abertos na base de dados da ANDC naquele período, a informação de que dispomos é apenas de que a sua duração se prolongou para além do limite de tempo considerado na análise, não existindo informação sobre o seu tempo de vida efectivo e sendo de crer que vários destes projectos se mantenham ainda em actividade à data de conclusão deste estudo.

Desta forma, a variável “tempo de vida dos negócios” é uma variável discreta e o modelo que propomos é um modelo *hazard* discreto, à semelhança do utilizado por Mata e Portugal (2002), em que o tempo é dividido em K intervalos e a função *hazard* no intervalo t é definida como:

$$h(t) = e^{-\lambda t}, t = 1, 2, \dots, K \quad (5.2)$$

Da expressão (5.2) resulta que $e^{-\lambda t}$ corresponde à probabilidade de um projecto de microcrédito encerrar durante o primeiro ano de actividade. A inclusão das variáveis explicativas no modelo leva a uma extensão do mesmo, de modo que a especificação resultante é:

$$h(t | X_{t-1}) = e^{-\lambda t} e^{(\beta X_{t-1})}, t = 1, 2, \dots, K \quad (5.3)$$

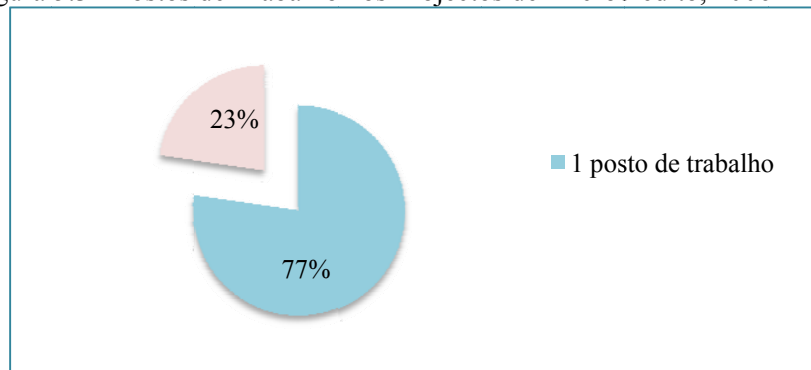
Em (5.3), β corresponde ao vector de coeficientes de regressão associados às variáveis explicativas incluídas no vector X .

Uma questão que importa referir do ponto de vista metodológico relaciona-se com as variáveis explicativas utilizadas no modelo e, concretamente, com o seu comportamento durante o tempo de vida dos projectos. Existem factores que são, à partida, invariáveis no tempo, como a nacionalidade ou o sexo do promotor, mas outros que vão evoluindo, sendo portanto dependentes da variável tempo. A utilização deste tipo de variáveis levanta questões do ponto de vista metodológico que são exploradas por Lancaster (1990) e que implicam alterações no modelo básico desenvolvido por Cox (1972), em que é assumida a existência de *hazard* proporcional, isto é, em que o risco do evento ocorrer para um indivíduo (observação) é proporcional ao risco para outro indivíduo, sendo esta proporcionalidade constante ao longo do tempo. É, por isso, importante testar esta

hipótese, para assim escolher o modelo que mais se adequa (Kleinbaum e Klein, 2005).¹¹

Na aplicação do modelo de sobrevivência aos projectos de microcrédito, alguns dos factores utilizados nos estudos mencionados não fazem sentido. É o caso da dimensão da empresa no momento de arranque, medida pelo nível de emprego (Mata e Portugal, 1994 e 2002; Holmes *et al.*, 2010), na medida em que os projectos de microcrédito começam sempre por ser microempresas, na maioria dos casos com apenas um trabalhador, como é confirmado na Figura 5.3.

Figura 5.3 - Postos de Trabalho nos Projectos de Microcrédito, 2006 – 2009



Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

Nota: Postos de trabalho no momento de arranque do negócio, para os 678 novos projectos concretizados na ANDC, no período 2006 – 2009

No caso em estudo, e seguindo a mesma metodologia de Mata e Portugal (2002), consideram-se as variáveis referentes ao sector de actividade e unidade territorial no momento (ano) anterior ao arranque dos projectos, conforme resulta da equação (5.3), enquanto as variáveis associadas a cada unidade de observação são consideradas no momento de início do projecto de microcrédito.

O tratamento dos dados e a aplicação do modelo foi efectuado através do programa informático SPSS. Utilizou-se o modelo de *hazard* proporcional de Cox, realizando o teste da hipótese de *hazard* proporcional e sendo o método de estimação o da máxima verosimilhança.

5.2. VARIÁVEIS DO MODELO

Enumeram-se de seguida as variáveis explicativas consideradas, explicitando a hipótese subjacente à sua inclusão no modelo. De referir que as variáveis de natureza económica foram consideradas ao nível das NUTS III para cada observação.

i. Densidade Populacional (Hab/Km²)

A variável “densidade populacional” pode ser vista por duas perspectivas. A primeira,

¹¹ Existem diferentes formas de testar a hipótese de *hazard* proporcional, entre as quais o “goodness of fit testing approach”, que se baseia na determinação dos resíduos de Schoenfeld para cada variável explicativa quantitativa e na avaliação da sua correlação com a variável tempo (Kleinbaum e Klein, 2005, p. 151).

considerando-a como uma *proxy* do custo da terra/espço, o que indicia uma relação negativa com a variável explicada, ou seja, quanto maior a densidade populacional e, assim, o custo da terra, menores serão as probabilidades de sobrevivência das empresas. Este factor poderá ser significativo nos projectos de microcrédito, na medida em que muitos deles pressupõem a existência de um espaço para o desenvolvimento do negócio. A segunda está relacionada com a dimensão do mercado. Será de esperar que em áreas de maior densidade populacional, o mercado potencial seja de dimensão superior, nomeadamente para negócios direccionados para os consumidores finais, muito comuns nos projectos de microcrédito. Nesta perspectiva, espera-se um impacto de sinal positivo no que se refere à capacidade de sobrevivência das empresas.

ii. Produto Interno Bruto por Habitante (PIB) preços correntes

O valor desta variável reflecte o nível de riqueza da região, constituindo-se como uma medida da dimensão do mercado potencial. Nesta perspectiva, espera-se que tenha um impacto positivo sobre o tempo de sobrevivência das novas empresas.

iii. Densidade de Empresas (N.º/ Km²)

A variável “densidade de empresas” transmite o grau de concentração de empresas numa dada área geográfica, sendo que a valores mais elevados se espera que correspondam condições mais vantajosas para o desenvolvimento de actividades empresariais no território. Admite-se, por isso, que existam economias de aglomeração que favorecem a sobrevivência dos negócios.

iv. Valor Acrescentado Bruto (VAB) preços correntes por Ramo de Actividade (Taxa de Variação Anual)

O dinamismo dos sectores de actividade é um dos factores presentes em vários estudos nesta área, nomeadamente em Mata e Portugal (1994, 2002). Os sectores que apresentam maiores taxas de variação do VAB anual correspondem a sectores em crescimento, nos quais existem ainda parcelas do mercado não satisfeitas, havendo assim o estímulo para a entrada de novos concorrentes no mercado e aumentando as probabilidades de sobrevivência das novas empresas, mesmo as de menor dimensão.

v. Habilitações dos Promotores dos Projectos de Microcrédito

As habilitações dos promotores dos projectos constituem um indício relativamente às capacidades de gestão desses promotores bem como à sua capacidade de adaptação a condições dos mercados em constante mutação. Parte-se do pressuposto que a maiores habilitações estão associadas maiores qualificações para o desenvolvimento de uma actividade económica por conta própria. Deste modo, espera-se que o impacto desta variável sobre o tempo de vida dos projectos seja significativo e de sentido positivo. Mata e Portugal (2002), estudando a sobrevivência de empresas novas nacionais e detidas por capitais estrangeiros, incluíram como uma das determinantes de saída das empresas a proporção de trabalhadores com ensino superior relativamente ao total da força de

trabalho das empresas concluindo que esta era uma variável significativa e de sentido negativo, isto é, quanto maior a proporção de licenciados, menor a probabilidade de fecho da empresa, ou de outra forma, maior o tempo de vida.

Na base de dados da ANDC, 44% dos novos projectos de microcrédito iniciados no período 2006-2009 tiveram promotores com, pelo menos, o ensino secundário completo. Contudo, verificam-se diferenças entre as várias regiões neste campo (Figura 5.4).

Figura 5.4 – Promotores de Novos Projectos de Microcrédito, com Ensino Secundário Completo (NUTS II), 2006-2009



Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

Note-se que a distribuição geográfica em termos de habilitações presente na Figura 5.4 não corresponde, no entanto, à obtida quando a avaliação das habilitações tem como referência a população residente total. A informação recolhida pelo INE, no âmbito do Inquérito ao Emprego, para a taxa de escolaridade do nível de ensino secundário, para o ano de 2009, aponta para níveis de habilitações mais baixos no Norte (27,1%) e Centro (28,4%) e mais elevados em Lisboa (43,8%) e Algarve (35,8%) (INE, 2009).¹²

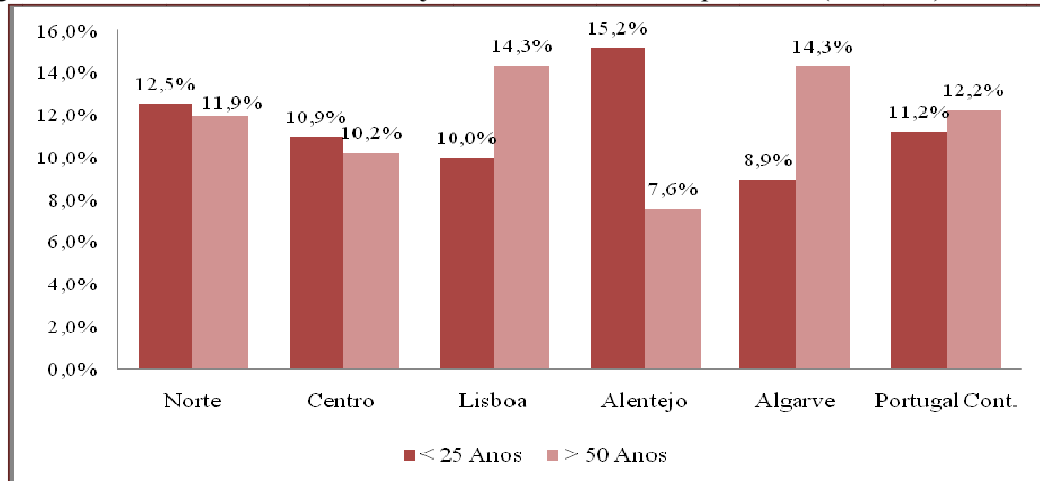
vi. Idade dos Promotores dos Projectos de Microcrédito

A idade dos promotores é uma variável que se pode relacionar com o tempo de vida dos projectos por duas vias de sentido contrário. Por um lado, a experiência acumulada ao longo da vida pode ser essencial no conhecimento dos mercados e do negócio e na tomada de decisões enquanto gestor mas, por outro, idades mais avançadas estão normalmente associadas a habilitações menos elevadas e a um menor dinamismo e adaptabilidade a novos processos e tecnologias, que estão presentes em todas as áreas de actividade.

Nos 678 novos projectos de microcrédito apoiados pela ANDC, os promotores com mais de 50 anos ultrapassam os mais jovens, menores de 25 anos, mas também aqui existem significativas diferenças regionais (Figura 5.5).

¹² O indicador utilizado, a taxa de escolaridade do nível de ensino secundário (Série 1998 - %) por local de residência (NUTS - 2002) e grupo etário corresponde ao quociente entre a população residente que concluiu o nível de ensino secundário e a população residente com idade entre 20 e 64 anos, apresentado sob a forma de percentagem (INE, 2009).

Figura 5.5 – Promotores de Novos Projectos de Microcrédito, por Idade (NUTS II), 2006–2009



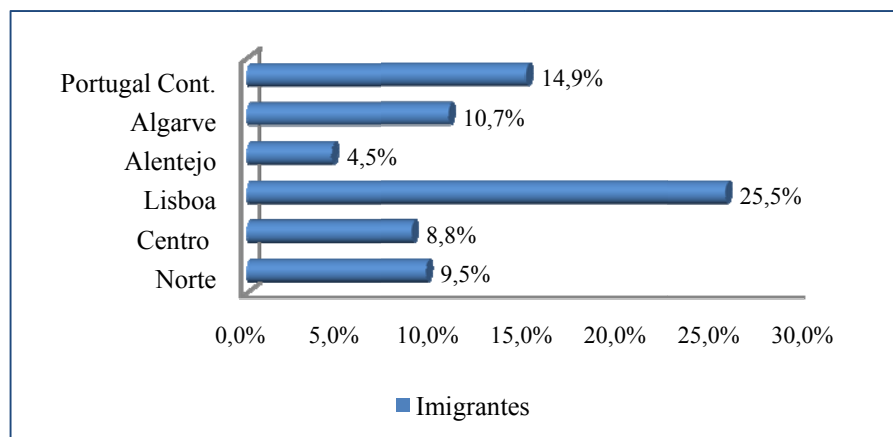
Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

vii. Nacionalidade dos Promotores dos Projectos de Microcrédito

A nacionalidade dos promotores é introduzida no modelo por uma variável *dummy* que permite a distinção entre promotores de nacionalidade portuguesa e imigrantes, sendo expectável que os segundos tenham maiores dificuldades na criação e desenvolvimento de um projecto próprio. Os promotores de origem estrangeira têm, à partida, um menor conhecimento da legislação e do funcionamento dos mercados nacionais, o que deverá influenciar o tempo de vida dos projectos de negócio negativamente.

A presença de imigrantes nos projectos de microcrédito da ANDC no período 2006-2009 está reflectida na Figura 5.6, destacando-se o peso destes promotores na região de Lisboa, claramente superior às outras regiões.

Figura 5.6 – Promotores Imigrantes de Novos Projectos de Microcrédito (NUTS II), 2006-2009



Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

Analisando os dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para o número total de residentes estrangeiros por distrito no ano de 2009, e embora a classificação dos territórios seja distinta da utilizada neste trabalho (por distritos e não por NUTS), o que não possibilita comparações directas, é possível verificar que nos distritos de Lisboa e Setúbal residiam 54% do total de população estrangeira no país naquele ano, que ascendia a 454

191 habitantes. De notar que Faro era o segundo distrito neste âmbito, com 73 277 residentes estrangeiros, enquanto no distrito do Porto este valor era apenas de 28 107 (SEF, 2010)

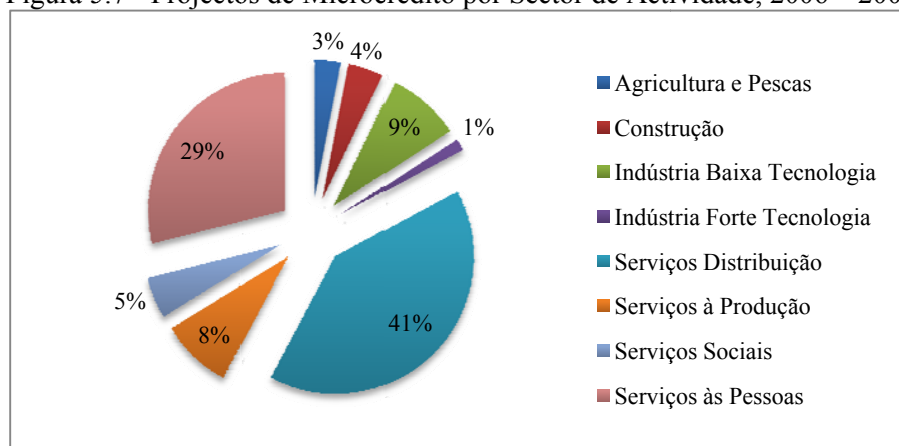
viii. Sector de Actividade dos Projectos de Microcrédito

A inclusão do sector de actividade como variável explicativa das diferenças observadas no tempo de vida dos projectos de microcrédito implica a adopção de uma classificação dos sectores de actividade. Dada a dimensão dos projectos, a maioria dos negócios concentra-se na área dos serviços, incluindo-se o comércio neste grupo, e com uma presença menor de actividades ligadas à indústria e ao sector primário.

Illeris (1989) salienta a existência de numerosas classificações dos serviços, o que resulta, em grande parte, da heterogeneidade associada a este tipo de actividades. Mais do que colocar em causa as classificações internacionais adoptadas para fins estatísticos, o mais importante é que a recolha e agrupamento da informação a este respeito seja efectuada de acordo com os objectivos da pesquisa que se pretende realizar.¹³

De entre as várias hipóteses possíveis, e tendo em conta o tipo de projectos desenvolvidos com recurso ao microcrédito, optou-se por ter como base a classificação de Browning e Singelmann (1975). Ao nível dos serviços, os autores distinguem: serviços de distribuição (transportes, comunicações, comércio por grosso e a retalho, com excepção da alimentação e bebidas); serviços à produção (finanças, seguros, engenharia, serviços jurídicos e de apoio às empresas); serviços sociais (saúde, educação, segurança social e administração pública); serviços às pessoas (serviços domésticos, alojamento, reparações e lazer). Os dois últimos são claramente orientados para os consumidores finais, pelo que se espera que sejam predominantes na população estudada.

Figura 5.7 - Projectos de Microcrédito por Sector de Actividade, 2006 – 2009



Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

Nota: Consideradas as 652 observações que serviram de base ao estudo empírico

¹³ As principais classificações das actividades incluem a ISIC – *International Standard Industrial Classification*, a NACE – *Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas na Comunidade Europeia* e a CAE – *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas*.

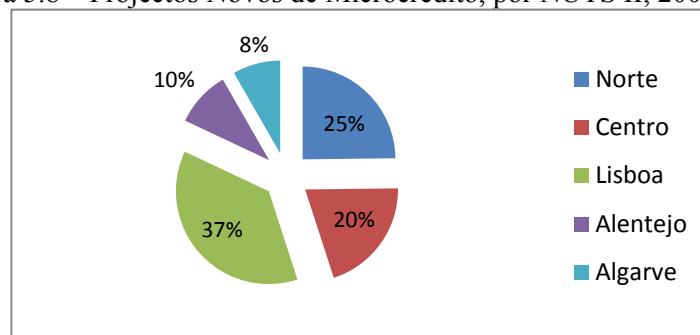
No que concerne a outras actividades, considerou-se a distinção de quatro outras categorias: agricultura e pescas (incluindo pecuária), construção, indústrias de forte intensidade tecnológica e indústrias de baixa intensidade tecnológica.

Na medida em que a identificação do sector de actividade na base de dados da ANDC é feita pela CAE principal do negócio, apresenta-se no Anexo III a correspondência entre a classificação proposta e a CAE, utilizada no âmbito deste trabalho. A Figura 5.7 ilustra a predominância dos serviços nos projectos de microcrédito no período analisado.

ix. Regiões

A vertente território é incorporada no modelo por dois meios: a consideração dos valores das variáveis económicas ao nível da NUTS III em que o projecto é desenvolvido, e a utilização de variáveis *dummy* para a localização do negócio ao nível das NUTS II. No que concerne ao território, apresenta-se a repartição regional dos novos projectos criados no período de análise através da ANDC (Figura 5.8).

Figura 5.8 – Projectos Novos de Microcrédito, por NUTS II, 2006-2009



Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

Uma outra nota a referenciar respeita à presença de projectos de microcrédito no território. O Quadro 5.1 demonstra que existem diferenças relevantes ao nível das NUTS III. Enquanto em Lisboa, Península de Setúbal, Algarve e Oeste foram desenvolvidos novos projectos de microcrédito, no período 2006-2009, em praticamente todos os concelhos que integram estas unidades territoriais, noutras a presença do microcrédito concentra-se em alguns concelhos, sendo exemplos desta situação a área do Minho-Lima. De notar, que globalmente existiram novos projectos de microcrédito, no período 2006-2009 no âmbito do programa de microcrédito da ANDC, em pouco mais de metade dos concelhos de Portugal Continental.

No Quadro 5.1, considera-se ainda na última coluna a criação de novas iniciativas empresariais a nível regional, sendo de destacar que os dados apresentados se referem apenas ao ano de 2007. Contudo, permitem identificar diferenças claras no dinamismo empresarial entre as NUTS III. Estes valores constituem-se como uma referência para a análise da presença territorial do microcrédito no período entre 2006 e 2009, podendo verificar-se que as conclusões não são coincidentes em alguns dos casos.

Quadro 5.1 – Presença Territorial do Microcrédito 2006-2009

NUTS	N.º de Concelhos			N.º Novos Projectos Microcrédito		Nascimentos de Empresas Por Região, 2007 ¹⁴	
	Total	Com Novos Proj. Microcrédito	%		%		%
182 – Alto Alentejo	15	3	20,0%	5	0.7%	1 311	0.9%
183 - Alentejo Central	14	7	50,0%	17	2.5%	2 067	1.4%
181 - Alentejo Litoral	5	4	80,0%	8	1.2%	1 215	0.8%
184 - Baixo Alentejo	13	8	61,5%	24	3.5%	1 379	0.9%
185 - Lezíria do Tejo	11	6	54,5%	12	1.8%	2 994	2.0%
18 - Alentejo	58	28	48,3%	66	9.7%	8 966	5.9%
150 - Algarve	16	15	93,8%	56	8.3%	9 693	6.4%
15 - Algarve	16	15	93,8%	56	8.3%	9 693	6.4%
171 - Grande Lisboa	9	9	100,0%	201	29.6%	40 700	26.9%
172 - Península Setúbal	9	8	88,9%	50	7.4%	12 914	8.5%
17 - Lisboa	18	17	94,4%	251	37.0%	53 614	35.5%
161 - Baixo Vouga	12	8	66,7%	21	3.1%	5 694	3.8%
162 - Baixo Mondego	8	3	37,5%	19	2.8%	4 821	3.2%
163 - Pinhal Litoral	5	4	80,0%	23	3.4%	3 855	2.6%
164 - Pinhal Interior Norte	14	2	14,3%	2	0.3%	1 309	0.9%
165 - Pinhal Interior Sul	5	2	40,0%	2	0.3%	296	0.2%
166 - Dão - Lafões	15	6	40,0%	13	1.9%	3 207	2.1%
167 - Serra da Estrela	3	1	33,3%	1	0.1%	436	0.3%
168 - Beira Interior Norte	9	3	33,3%	5	0.7%	1 004	0.7%
169 - Beira Interior Sul	4	1	25,0%	2	0.3%	780	0.5%
16A - Cova da Beira	3	2	66,7%	2	0.3%	998	0.7%
16B - Oeste	12	11	91,7%	36	5.3%	5 266	3.5%
16C - Médio Tejo	10	6	60,0%	11	1.6%	2 590	1.7%
16 - Centro	100	49	49,0%	137	20.2%	30 256	20.0%
111 - Minho - Lima	10	1	10,0%	7	1.0%	2 714	1.8%
112 - Cávado	6	4	66,7%	12	1.8%	5 220	3.5%
113 - Ave	8	6	75,0%	12	1.8%	6 179	4.1%
114 - Grande Porto	9	7	77,8%	70	10.3%	20 738	13.7%
115 - Tâmega	15	5	33,3%	13	1.9%	5 556	3.7%
116 - Entre Douro e Vouga	5	2	40,0%	9	1.3%	3 743	2.5%
117 - Douro	19	7	36,8%	26	3.8%	2 186	1.4%
118 - Alto Trás-os-Montes	14	5	35,7%	19	2.8%	2 300	1.5%
11 - Norte	86	37	43,0%	168	24.8%	48 636	32.2%
1 - Continente	278	146	52,5%	678	100%	151 165	100%

Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC e INE (2010b)

Nas variáveis explicativas não foi considerado o custo do capital por não ser diferenciado geograficamente. A taxa de juro dos empréstimos está estabelecida nos protocolos da ANDC com as instituições bancárias e varia apenas com o factor tempo, sendo determinada pela *Euribor* a 90 dias, acrescida de um diferença fixa, *spread*. As diferenças entre as observações decorrem da evolução temporal da taxa de referência.

Seria interessante poder incluir uma variável que reflectisse a dimensão do projecto mas a única variável na base de dados a este nível é o montante do empréstimo, não existindo informação sobre a percentagem que o financiamento representa no total de investimento. Essa informação existe nos processos individuais mas não foi possível obtê-la no âmbito

¹⁴ O indicador utilizado é o Número de Nascimentos de Empresas com 1 e mais pessoas remuneradas por Localização Geográfica (NUTS - 2002) e Actividade Económica (CAE Rev. 2.1), para o ano de 2007 (INE, 2010b).

deste trabalho, pelo que se optou pela não inclusão desta dimensão. No Quadro 5.2 é apresentado um resumo das variáveis incluídas no modelo proposto.

Quadro 5.2 – Quadro Resumo das Variáveis

Variável	Designação	Tipo	Sinal esperado
Tempo de Vida dos Projectos de Microcrédito (Anos)	TVN	Quantitativa	
Densidade Populacional (Habitante/Km ²)	DP	Quantitativa	+
PIB por Habitante <small>preços correntes</small>	PIB	Quantitativa	+
Densidade de Empresas (N.º/ Km ²)	DE	Quantitativa	+
VAB <small>preços correntes</small> por Ramo de Actividade – TaxadeVariação Anual (%)	VAB	Quantitativa	+
Habilitações dos Promotores de Microcrédito	HAB	Qual. Nominal	
Idade dos Promotores de Microcrédito	IDD	Qual. Nominal	
Nacionalidade dos Promotores de Microcrédito	NAC	Qual. Nominal	
Sector de Actividade dos Projectos de Microcrédito	NEG	Qual. Nominal	
Região de Localização do Projecto de Microcrédito	REG	Qual. Nominal	

Fonte: Cálculo próprio

5.3. APLICAÇÃO DO MODELO

A aplicação do modelo foi efectuada partindo da base de dados cedida pela ANDC com 678 observações para o período de análise (2006 a 2009). Destas, foram excluídos 26 casos por não ter sido possível determinar com precisão, junto dos técnicos da associação, o ano de encerramento da actividade. Deste modo, o modelo proposto foi construído a partir de 652 observações, das quais 206 correspondem a projectos em que ocorreu o encerramento do negócio e 446 constituem observações censuradas. Utilizou-se o programa estatístico SPSS para o tratamento da informação. No Quadro 5.3 apresenta-se uma síntese do procedimento.

Quadro 5.3 – Resumo do Procedimento para Aplicação do Modelo

		N.º	%
Observações disponíveis na análise	Eventos (falhas)	206	31,6%
	Dados censurados	446	68,4%
	Total	652	100,0%
Observações eliminadas	Observações com dados em falta	0	0,0%
	Observações com tempo negativo	0	0,0%
	Total	0	0,0%
Total		652	100,0%

Mediante a possibilidade das variáveis económicas estarem correlacionadas entre si, e tratando-se de variáveis quantitativas, procedeu-se à estimação dos coeficientes de correlação de Pearson, apresentando-se os resultados obtidos no quadro seguinte.

Quadro 5.4 – Matriz de Correlações (Coeficiente de Pearson)

	DP	PIB	DE	VAB
DP	1	0,743*	0,995*	-0,09
PIB	0,743*	1	0,800*	-0,43
DE	0,995*	0,800*	1	-0,19
VAB	-0,09	-0,43	-0,19	1

Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

* Significativos a um nível de significância de 0,01

Do Quadro 5.4 resulta a existência de uma forte correlação entre as variáveis DP, PIB e DE, pelo que se optou pela inclusão de apenas uma destas variáveis no modelo final. A escolha recaiu sobre a Densidade Populacional que se espera significativa na sobrevivência dos projectos de microcrédito, reflectindo a dimensão da procura ou outras vertentes que podem ser relevantes na análise como o custo da terra/espaço. Foi também incluída a variável VAB, estatisticamente não correlacionada com as restantes.

Relativamente às variáveis qualitativas nominais (HAB, IDD, NAC, NEG e REG) procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação V de Cramer para os pares de variáveis, tendo-se concluído pela não existência de correlação entre estas variáveis. Os resultados foram significativos a um nível de significância inferior a 0,05 para os pares de variáveis: habilitações/ idade, habilitações/ sector actividade, habilitações/ região, idade/ nacionalidade e nacionalidade/ região, mas com valores do coeficiente inferiores a 0,25. Face a estes resultados, as cinco variáveis foram incluídas no modelo.

Quadro 5.5 – Quadro de Correlações (Coeficiente de Pearson)

		Rank de TVN	Resíduo parcial para DP	Resíduo parcial para VAB
Rank de TVN	Coeficiente de Pearson	1	-0,044	0,017
	Nível Significância (2-tailed)		0,533	0,811
	N.º	206	206	206
Resíduo parcial para DP	Coeficiente de Pearson	-0,044	1	-0,086
	Nível Significância (2-tailed)	0,533		0,220
	N.º	206	206	206
Resíduo parcial para VAB	Coeficiente de Pearson	0,017	-0,086	1
	Nível Significância (2-tailed)	0,811	0,220	
	N.º	206	206	206

Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

Após a selecção final das variáveis, procedeu-se ao teste da hipótese de *hazard* proporcional. O teste baseia-se no cálculo das correlações existentes entre os resíduos parciais de Schoenfeld para as variáveis explicativas quantitativas e a variável tempo de vida dos negócios ordenada (*Rank*), para as observações não censuradas. Se as correlações

obtidas forem significativamente diferentes de 0, então esta hipótese é rejeitada e o modelo a considerar deverá ser a extensão do modelo de Cox com variáveis dependentes do tempo. No Quadro 5.5 apresentam-se os resultados obtidos.

Paralelamente foram também calculados os coeficientes de Spearman, obtendo-se resultados similares. Não existindo evidência a um nível de significância inferior a 0,05 da existência de correlações, concluiu-se pela não rejeição da hipótese considerada, e desse modo, procedeu-se à estimação do modelo de *hazard* proporcional de Cox. O quadro seguinte mostra o teste *omnibus*, que nos dá uma avaliação global do modelo (Quadro 5.6).

Quadro 5.6 – Teste *Omnibus* dos Coeficientes do Modelo

-2 Log Verossimilhança	Resultado Global		
	Chi- quadrado	Graus de Liberdade	Nível de Significância
2544,231	34,391	20	0,024

O valor obtido para o nível de significância é inferior a 0,05 e, portanto, a hipótese de os coeficientes β (Equação 5.3) serem iguais a zero é rejeitada. Assim, concluiu-se pela existência de variáveis no modelo com impacto na sobrevivência dos projectos de microcrédito.

No Quadro 5.7 apresentam-se os resultados da estimação do modelo. Pode observar-se que para as variáveis IDD, NAC e NEG, os resultados são não significativos. Contrariamente, a variável DP é significativa, para um intervalo de confiança de 95% (nível de significância de 0,05), sendo VAB, HAB e duas das variáveis *dummy* associadas à REG também significativas, mas para um nível de significância de 0,1.

No Quadro 5.7, a segunda coluna corresponde aos valores estimados dos coeficientes β para as variáveis explicativas, apresentando-se nas colunas seguintes: o erro standard associado ao valor estimado dos coeficientes, a estatística de Wald, os graus de liberdade envolvidos no teste da hipótese, o nível de significância do teste e, por fim, os exponenciais dos coeficientes β estimados. Esta última coluna permite medir o impacto das variáveis no risco de encerramento de um projecto de microcrédito.

Relativamente às variáveis quantitativas, o valor do exponencial do coeficiente traduz a variação esperada no risco de encerramento de um negócio de microcrédito quando existe uma variação em uma unidade da variável explicativa.

Assim, o aumento da densidade populacional em um habitante por Km² aumenta o risco de encerramento do negócio em 0,1%. Embora à primeira vista o impacto pareça pouco relevante, deve ter-se em consideração que a densidade populacional varia consideravelmente no território, havendo uma amplitude entre os valores mínimo e máximo ao nível das NUTS III que ultrapassa os 1 500 habitantes por Km². Nesta perspectiva territorial, uma NUTS III que tenha um valor de densidade populacional superior em 1 000 habitantes por Km² relativamente a outra, terá também um risco de encerramento de um projecto de microcrédito sediado na NUTS III 100% superior. Logo, os valores obtidos para esta variável vão no sentido da prevalência do factor custo da terra/espço, que se espera que influencie negativamente o tempo de vida do negócio (e positivamente o risco de encerramento), face ao factor dimensão da procura.

Quadro 5.7 – Estatísticas para as Variáveis Explicativas do Modelo de Cox

	β estimado	Erro Standard	Wald	Graus Liberdade	Nível Significância	Exp(β estimado)
DP	0,001	0,000	8,239	1	0,004*	1,001
VAB	0,019	0,011	2,836	1	0,092*	1,020
HAB – U			7,779	3	0,051*	
HAB – 1C	0,613	0,341	3,224	1	0,073*	1,845
HAB – 3C	0,765	0,290	6,976	1	0,008*	2,149
HAB – S	0,513	0,298	2,953	1	0,086*	1,670
IDD – D			1,774	3	0,621	
IDD – A	0,181	0,260	0,487	1	0,485	1,199
IDD – B	-0,027	0,198	0,018	1	0,893	0,974
IDD – C	0,173	0,202	0,732	1	0,392	1,188
NAC	0,296	0,184	2,597	1	0,107	1,345
NEG – SS			7,231	7	0,405	
NEG – A	0,061	0,669	0,008	1	0,927	1,063
NEG – C	0,365	0,532	0,471	1	0,493	1,441
NEG – IBT	0,292	0,492	0,353	1	0,552	1,340
NEG – IFT	0,681	0,719	0,897	1	0,344	1,975
NEG – SDB	0,471	0,434	1,179	1	0,278	1,602
NEG – SP	0,465	0,443	1,101	1	0,294	1,592
NEG – SPD	-0,337	0,533	0,400	1	0,527	0,714
REG – N			5,119	4	0,275	
REG – AG	0,566	0,346	2,682	1	0,102	1,761
REG – AT	0,618	0,329	3,529	1	0,060*	1,855
REG – C	0,500	0,267	3,496	1	0,062*	1,648
REG – L	-0,027	0,202	0,018	1	0,894	0,974

Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

* Significativos a um nível de significância de 0,1.

Nota: Os códigos utilizados são explicitados no Anexo III

No que se refere ao VAB, os resultados são contrários ao esperado, verificando-se um impacto de sinal negativo sobre o tempo de sobrevivência dos projectos. Estima-se que uma variação anual de 1% do valor acrescentado bruto do sector em que se insere o projecto de microcrédito, aumente em 2% o risco de encerramento do negócio.

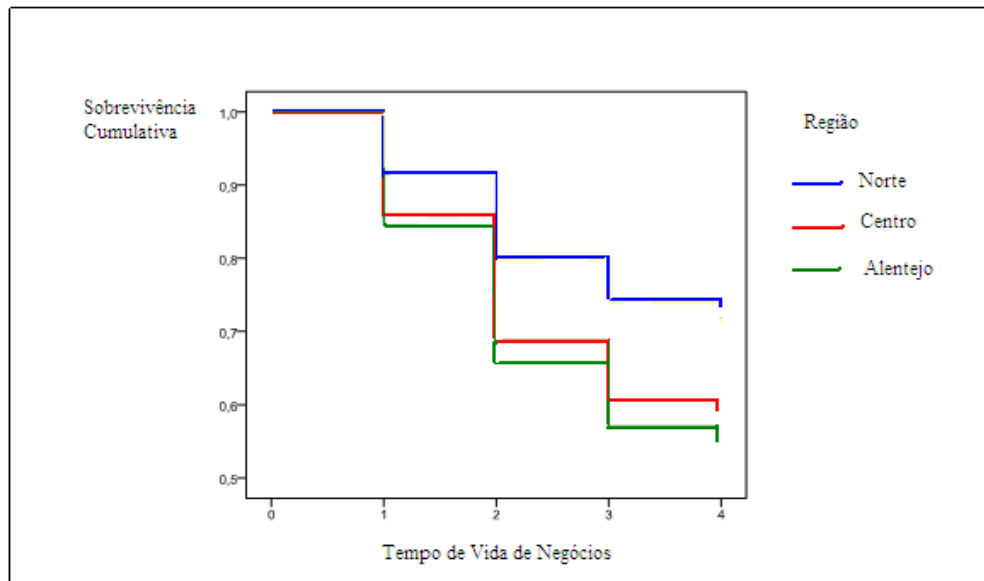
No caso das variáveis qualitativas nominais, a interpretação dos resultados é realizada relativamente à categoria assumida como base pelo programa. No que concerne às habilitações, a categoria assumida como base foi habilitações ao nível do ensino universitário, podendo concluir-se que os projectos em que os promotores têm maiores habilitações apresentam um menor risco de encerramento, o que vai de encontro aos resultados esperados. Espera-se que um projecto de negócio em que o promotor tenha um nível de habilitações até ao 1º ciclo, apresente um risco de encerramento 84,5% maior do que um projecto de negócio conduzido por um empresário com um grau universitário. Curiosamente, os resultados apontam para um risco superior para os empresários que concluíram até ao 9º ano de escolaridade (114,9%) e menor, se bem que ainda elevado, para aqueles que completaram o ensino secundário (67%).

Por fim, importa analisar os resultados para as regiões, sendo a região do Norte a referência

na análise. Os valores obtidos são estatisticamente significativos para as regiões do Alentejo e Centro, concluindo-se que nestas regiões o risco de encerramento dos projectos de microcrédito é, respectivamente, 85,5% e 64,8% superior relativamente ao que sucede na região do Norte.

A aplicação do modelo de Cox permitiu a construção da função de sobrevivência que se apresenta na Figura 5.9.

Figura 5.9 - Função de Sobrevivência dos Projectos de Microcrédito (NUTS II), 2006-2009



Fonte: Cálculos próprios, a partir da base de dados da ANDC

Considerando as regiões para as quais os resultados do modelo são significativos, os valores cumulativos da função sobrevivência para as NUTS II permitem verificar uma diferença significativa entre o Norte (N), por um lado, e o Alentejo (AT) e o Centro (C), por outro. No final do período de análise, para os projectos de microcrédito considerados, a probabilidade de sobrevivência dos negócios situava-se próximo dos 75% na região do Norte, enquanto no Alentejo e Centro os valores se situavam perto dos 59%.

Assumindo o financiamento de 1/48 dos projectos cada mês e uma taxa de falha constante ao longo dos 48 meses da análise, o encerramento de 206 dos 652 casos financiados traduz uma taxa média de falha de 18,42%/ano. Para a região Centro teremos uma probabilidade de falha de 14,7%/anos e para as regiões Alentejo e Centro teremos uma probabilidade de falha de 26,1% (cálculo do editor, ver Fig. 5.10).

Num sistema auto-financiável, a taxa de juro contratado nos financiamentos sem risco terá que cobrir os custos administrativos e a taxa de juro normalmente cobrada no mercado, R . Nos financiamentos com risco terá que ser acrescida uma componente para a cobertura do risco do devedor não cumprir as suas obrigações. Em termos financeiros, é equivalente ao prémio do seguro de crédito conhecido por CDS - *Credit Default Swap*.

Supondo que, a probabilidade de falha do negócio é p e que no caso de falha o devedor paga a percentagem rec da dívida, então, a sustentabilidade financeira obriga a cobrar uma taxa de juro total, RT , que garanta a seguinte equivalência:

$$V.(1 + R) = V.(1 + RT).(1 - p) + V.(1 + RT).rec.p$$

$$RT = (1 + R)/(1 - p.(1 - rec)) - 1 \quad (5.4)$$

Assumindo que a taxa de recuperação dos créditos em caso de falha é de 20% (esta percentagem é a garantia que os promotores têm que prestar num financiamento da parceria CGD-ANDC, ver CGD, s.d.).

$$RT = (1 + 5\%)/(1 - 18,42\%(1 - 20\%)) - 1 = 25.5\% \quad (5.5)$$

Num financiamento típico de 10000€ amortizável em 60 prestações mensais constantes, a taxa de juro cobrada, 3M EURIBOR + 2p.p. = 3.5%/ano, traduz-se numa mensalidade de 181,67€:

$$T.j.m = (1+3,5\%)^{(1/12)}-1 = 0,287\%/mês$$

$$\text{Mensalidade} = 10000.0,287\%/(1-(1+0,287\%)^{-60}) = 181,67€/mês \quad (5.6)$$

Como um sistema financeiramente sustentável obriga a cobrar 25.5%/ano, seria necessária uma mensalidade de 281,50€/mês. Assim, cada contrato de financiamento (de 10000€) tem implícito um défice para a instituição financeira de 100€/mês. De forma simétrica, cada contrato traduz uma transferência de rendimento para o promotor de 100€/mês.

Figura 5.10 – Folha de cálculo usada no cálculo da probabilidade média de falha dos projectos financiados, 2006-2009

	A	B	C	D	E	F	G	H	AS	AT	AU	AV	AW	AX	
1	Projectos	652	->	13,58	por mês										
2	Falharam	206	->	1,68%	por mês ->			18,4%	por ano						
3	Mês	1	2	3	4	5	6					47	48	Final	
4	Proj.Iniciais	0,00	13,47	26,71	39,73	52,53	65,12					433,76	439,93	446,00	
5	Proj.Criados	13,58	13,58	13,58	13,58	13,58	13,58					13,58	13,58		
6	Proj.Média	6,79	20,26	33,50	46,52	59,32	71,91					440,55	446,73		
7	Proj.Falharam	0,11	0,34	0,56	0,78	1,00	1,21					7,41	7,52		
8															
9															

Goal Seek ? X

Set cell: AX4

To value: 446

By changing cell: \$D\$2

OK Cancel

6. CONCLUSÕES FINAIS

Tendo como objectivo avaliar a existência de relações entre microcrédito e território, enquadrámos esta questão na literatura e investigámos a sobrevivência dos projectos de investimento considerados o que permite estudar a sustentabilidade financeira do sistema de microcrédito e microfinança em Portugal. A investigação que conduzimos permite apresentar conhecimento novo em dois sentidos:

- A diversidade territorial é uma variável relevante na aplicação do microcrédito no território continental de Portugal, o que não pode deixar de ser tido em conta pelos vários actores envolvidos, desde as instituições no terreno aos seus parceiros, entre as quais se destacam as instituições bancárias e os agentes públicos.
- O microcrédito e a microfinança não podem ser entendidos como negócios auto-sustentáveis mas têm que ser compreendidos como instrumentos (financeiramente deficitários) de combate à exclusão e à pobreza complementares de outras políticas

de combate como, por exemplo, o Rendimento Social de Inserção. As elevadas taxas de falha implicariam, num sistema auto-sustentável, taxas de juro (25%/ano) incomportáveis com a rentabilidade média da generalidade dos negócios financiados.

Vincamos que, por serem instrumentos de combate à exclusão e à pobreza, os resultados apresentados não podem ser usados para prejudicar o acesso ao microcrédito (ainda mais) dos projectos localizados nas regiões com piores resultados.

A primeira análise dos dados para o período seleccionado (2006 – 2009), de cariz estatístico, permitiu validar a existência de diferenças entre as regiões/áreas geográficas (NUTS II e NUTS III, em alguns casos) no que concerne à presença de projectos de microcrédito nos territórios, às características do público do microcrédito e à taxa de sobrevivência dos projectos. Este último campo foi a base para o desenvolvimento do estudo econométrico, em que se utilizou uma metodologia de análise de sobrevivência assente em observações a um nível da microempresa. Partiu-se do comportamento da empresa, e mais concretamente, do seu tempo de vida como forma de avaliar a sustentabilidade dos projectos, assumindo que este é um factor significativo no impacto do programa de microcrédito sobre a situação do promotor do negócio e da sua família.

No futuro será importante ultrapassar as lacunas identificadas na base de dados utilizada e que já foram explicitadas no Capítulo 5, nomeadamente as limitações que se relacionam com a (in)disponibilidade de informação, de que é exemplo a data de abertura de actividade formal,¹⁵ mas também com a forma de recolha da mesma, sendo neste caso exemplo a informação de encerramento da actividade que decorre de informação do técnico de acompanhamento e não, muitas vezes, a data exacta de encerramento e não existindo uma monitorização da situação dos projectos para além da data de liquidação do microcrédito. A resolução de algumas destas limitações permitiria um aperfeiçoamento e enriquecimento da análise efectuada, mas tal só será possível com uma mudança de alguns dos procedimentos de recolha de informação da ANDC ou pela utilização de metodologias que não assentem apenas na análise da base de dados disponibilizada.

Uma das informações adicionais que seria importante recolher relativamente aos projectos já desenvolvidos relaciona-se com as causas do encerramento daqueles projectos dados como fechados durante o período de análise. Um negócio pode encerrar por razões muito diversas, como sejam a falta de rentabilidade, a insuficiência de fundo de maneio, doença do promotor, questões familiares ou surgimento de uma oportunidade melhor, e qualquer uma destas causas representa um impacto diferente sobre o beneficiário do programa e sobre a sua família. A identificação das causas de encerramento e o seu comportamento em termos territoriais é, por isso, relevante na análise do impacto do microcrédito, mas, ainda mais significativa é a sua utilidade na identificação de factores de risco dos projectos que permitam a adequação dos programas de microcrédito em duas fases distintas: na preparação e avaliação dos projectos de negócio dos candidatos ao microcrédito e no acompanhamento dos projectos que forem aprovados e concretizados no terreno.

Também será importante recolher dados sobre a eficácia dos projectos quanto ao seu fim último: o combate à exclusão e à pobreza. Será preciso ver, a médio/longo prazo, se os projectos financiados contribuíram para ultrapassar as situações de exclusão e pobreza.

¹⁵ Existe informação quanto à data de creditação dos empréstimos aprovados mas não quanto à data de concretização do início de actividade nos Serviços de Finanças.

Apenas com esta informação será possível fazer uma análise custo-benefício em que se comparem os encargos públicos do microcrédito com os encargos públicos de outras políticas, como por exemplo, o Rendimento Social de Inserção.

Na análise empírica desenvolvida, que utilizou uma metodologia de análise de sobrevivência, identificaram-se como factores explicativos para o tempo de vida dos projectos as habilitações dos promotores, verificando-se, como esperado, um menor risco de encerramento de projectos de negócio conduzidos por empresários com níveis mais altos de habilitações, e o factor região, sendo significativamente estatísticos os resultados para duas das variáveis associadas às regiões. Verifica-se ainda que, relativamente à densidade populacional, os resultados evidenciam que a influência da variável custo da terra/espço e, muito provavelmente, da concorrência sobre a sobrevivência dos projectos de microcrédito é significativa.

No que concerne à taxa de crescimento anual do valor acrescentado bruto do sector de actividade do negócio, os resultados foram em sentido contrário ao esperado inicialmente e contrariam resultados de outros estudos de sobrevivência que adoptaram variáveis explicativas semelhantes, de que são exemplos os estudos de Mata e Portugal (1994 e 2002). Tal constatação pode decorrer do facto dos projectos de microcrédito serem de muito reduzida dimensão no arranque e desenvolvidos por pessoas que, por razões diversas e não deixando de ter percursos muito distintos, se encontram numa situação de fragilidade do ponto de vista económico e, na maioria dos casos, social. As especificidades deste tipo de projectos e de públicos merece uma análise mais cuidada e que poderá ajudar a interpretar os resultados obtidos.

Uma última nota para referir que a metodologia utilizada é uma entre várias possíveis e que, concretamente ao nível da economia espacial, existirão diferentes abordagens que permitirão um enriquecimento desta primeira abordagem. O trabalho desenvolvido procura constituir-se como um ponto de partida para estudos futuros e para uma reflexão por parte dos actores no terreno relativamente ao trabalho efectuado até ao momento e a formas de o melhorar e adaptar às circunstâncias em que a intervenção é concretizada.

No estudo utilizou-se a base de dados da ANDC, cedida pela instituição que foi pioneira do microcrédito em Portugal, e que constitui a mais antiga experiência em território nacional. Trabalhos futuros passarão pelo alargamento da análise a outras experiências, de âmbito nacional e local, procurando confirmar a presença de especificidades territoriais na aplicação de modelos diferentes de microcrédito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adie (2010), *Rapport Annuel 2009*, Paris: Adie
- Afonso, J. S. (2010), *Microcrédito e Território - Portugal como Estudo de Caso*, tese de mestrado, Faculdade de Economia do Porto.
- Akoum, I. (2008), “Globalization, Growth and Poverty: the Missing Link”, *International Journal of Social Economics*, 35, 226 - 238
- Alcock, P. (1997), *Understanding Poverty*, 2nd edition, London: MacMillan Press
- ANDC (2010), “Em que consiste o trabalho da ANDC?”

- http://www.microcredito.com.pt/o_que_e_a_andc.asp, 02/04/10
- ANDC (2010b), “Estatísticas”, <http://www.microcredito.com.pt/estatisticas.asp>, 03/04/10
- André, I. e A. Abreu (2006), “Dimensões e Espaços da Inovação Social”, *Finisterra*, XLI, 121 - 141
- Armendáriz de Aghión, B. e J. Morduch (2000), “Microfinance beyond group lending”, *Economics of Transition*, 8, 401 – 420
- Atkinson, A. B. (1989), “On the Measurement of Poverty”, in *Economic Theory and the Welfare State – vol. I*, N. Barr (ed.), The International Library of Critical Writings in Economics, 132, 487 – 505, Edward Elgar Publishing
- Atkinson, A. B. (2003), “Multidimensional Deprivation: contrasting social welfare and counting approaches”, *Journal of Economic Inequality*, 1, 51 – 65
- Atkinson, T. (1998), “Social Exclusion, Poverty and Unemployment”, in *Exclusion, Employment and Opportunity*, A. B. Atkinson e J. Hills (eds.), Centre for Analysis of Social Exclusion Papers, CASE 4, 9 - 24
- Banco Mundial (2001), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001*, Washington: Oxford University Press
- BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (2006), “Millennium BCP – Operação Autónoma de Microcrédito”, Case Study 2006, Lisboa: BCSD
- Bikbaeva, G. e M. Gaibnazarova (2009), “Impact of Microfinance on Alleviating Rural Poverty in Uzbekistan”, *Problems of Economic Transition*, 52, 67 - 85
- Browning, H.L. e J. Singelmann (1975), *The Emergence of a Service Society: Demographic and Sociological Aspects of the Sectoral Transformation of the Labor Force in the USA*, Austin: Texas University – Population Research Center
- Calderón, M. e S. Garrido (2007), *Evaluación del Impacto de los Programas de Microcréditos: una Introducción a la Metodología Científica*, Colección Cuadernos Monográficos n.º 9, Madrid: Fundación Nantik Lum
- Centeio, J. (2008), “Apontamentos para a História do Microcrédito em Portugal”, in *Retratos, 10 Anos de Microcrédito em Portugal*, ANDC, 136 – 141
- CGD (s.d.), Microcrédito - Linha Protocolada entre a CGD e a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), <http://www.cgd.pt/institucional/banco-social/Microcredito/Pages/Microcredito-ANDC.aspx>, 4/03/2011.
- Comissão das Comunidades Europeias (2007), “A European Initiative for the Development of Microcredit in support of Growth and Employment”, Brussels: COM
- Comissão das Comunidades Europeias (2009), *Proposal for a Decision of the European Parliament and of the Council establishing a European Microfinance Facility for Employment and Social Inclusion*, Brussels: COM
- Copetake, J., S. Bhalotra e S. Johnson (2001), “Assessing the Impact of Microcredit: A Zambian Case Study”, *The Journal of Development Studies*, 37, 81 - 100
- Costa, A. B., I. Baptista, P. Perista e P. Carrilho (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza*, Lisboa: Gradiva
- Cox, D. R. (1972), “Regression Models and Life-Tables”, *Journal of the Royal Statistical*

- Society - Series B*, 34, 187 – 220
- Cox, D.R. e D. Oakes (1984), *Analysis of Survival Data*, London: Chapman and Hall
- Daley-Harris (2009), *State of the Microcredit Summit Campaign Report 2009*, Washington D. C.: Microcredit Summit Campaign
- EQUAL (2010), *Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu*, <https://siifse.igfse.pt/asp/directorioProdutos>, 02/04/10
- Evers, J., S. Lahn e M. Jung (2007), “Status of Microfinance in Western Europe – an Academic Review”, *EMN Issue Paper*, Paris: EMN
- Fields, G. S. (1980), *Poverty, Inequality, and Development*, Cambridge: Cambridge University Press
- Gates foundation, Bill & Melinda (s.d.), Financial services for the poor - Fact sheet, <http://www.gatesfoundation.org/financialservicesforthepoor/Documents/financial-services-for-the-poor-fact-sheet.pdf>, 21/02/2011.
- GLOCAL (2010), <http://www.iniciativaglocal.eu>, 10/04/2010
- Goldberg, N. (2005), *Measuring the Impact of Microfinance*, Washington: Grameen Foundation USA
- Gonzalez, A. (2008), *How Many Borrowers and Microfinance Institutions (MFIs) Exist?*, Washington D. C.: Microfinance Information Exchange
- Grameen Bank (2010), “Grameen Bank at a Glance”, http://www.grameen-info.org/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=175, 10/03/2010
- Gutiérrez-Nieto, B. (2005), “Antecedentes del Microcrédito. Lecciones del Pasado para las Experiencias Actuales”, *CIRIEC España Revista de Economía pública, Social y Cooperativa*, 51, 25 - 50
- Gutiérrez-Nieto, B. (2006a), “El microcrédito: dos escuelas teóricas y su influencia en las estrategias de lucha contra la pobreza”, *CIRIEC España Revista de Economía pública, Social y Cooperativa*, 54, 167 – 186
- Gutiérrez-Nieto, B. (2006b), Microcredit in the North: an Institutional, Impact and Dependence Analysis Applied to the Spanish Case”, *Annals of Public and Cooperative Economics*, 77, 21 – 52
- Holmes, P., A. Hunt e I. Stone (2010), “An analysis of new firm survival using a hazard function”, *Applied Economics*, 42, 185 – 195
- Ileris, S. (1989), *Services and Regions in Europe*, Aldershot: Avebury
- INE (2006 – 2009), *Inquérito ao Emprego*, <http://www.ine.pt>, 01/09/2010
- INE (2009), *Inquérito ao Emprego*, <http://www.ine.pt>, 26/09/10
- INE (2006 – 2009b), *Estimativas Anuais da População Residente*, <http://www.ine.pt>, 01/09/2010
- INE (2007 – 2009), *ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento*, <http://www.ine.pt>, 01/09/2010)
- INE (2010), *Empresas em Portugal – 2008*, Lisboa: INE
- INE (2010b), *Demografia das Empresas*, <http://www.ine.pt>, 26/09/10
- Jayo, B., S. Rico e M. Lacalle (2008), “Overview of the Microcredit Sector in the European

- Union 2006-2007”, *EMN Working Paper n.º 5*, Paris: EMN
- Jayo, B., A. González e C. Conzett (2010), “Overview of the Microcredit Sector in the European Union 2008-2009”, *EMN Working Paper n.º 6*, Paris: EMN
- Johnson, S. e B. Rogaly (1997), *Microfinance and Poverty Reduction*, Oxford: Oxfam
- Khandker, S. (1998), *Fighting Poverty with Microcredit: Experience in Bangladesh*, Oxford: University Press for the World Bank.
- Khandker, S. (2005), “Microfinance and Poverty: Evidence Using Panel Data from Bangladesh”, *The World Bank Economic Review*, 19, 263 – 286
- Khandker, S. e M Pitt (2003), “The Impact of Group-Based Credit on Poor Households: An Analysis of Panel Data from Bangladesh.” Washington, D.C.: World Bank
- Klein, J., J. Fontan e D. Tremblay (2009), “Social Entrepreneurs, Local Initiatives and Social Economy: Foundations for a Socially Innovative Strategy to Fight Against Poverty and Exclusion”, *Canadian Journal of Regional Science*, vol. XXXII, 23 – 42
- Kleinbaum, D.G. e M. Klein (2005), *Survival Analysis – a Self-Learning Text, Second Edition*, New York: Springer
- Lancaster, T. (1990), *The Econometric Analysis of Transition Data*, Cambridge: Cambridge University Press
- Lomasky, L. e K. Swan (2009), “Wealth and Poverty in the Liberal Tradition”, *The Independent Review*, 13, 493 - 510
- Maghubi, N. e T. Selim (2006), “Poverty as Social Deprivation: a Survey”, *Review of Social Economy*, 64, 181 - 204
- Marcus, R., B. Porter e C. Harper (1999), *Money Matters – Understanding Microfinance*, Save The Children Working Paper 19, London: Save The Children
- Mata, J. e P. Portugal (1994), “Life Duration of New Firms”, *The Journal of Industrial Economics*, 42, 227 - 245
- Mata, J. e P. Portugal (2002), “The survival of new domestic and foreign-owned Firms”, *Strategic Management Journal*, 23, 323-343
- Matin, I., D. Hulme e S. Rutherford (2002), “Finance for the Poor: from Microcredit to Microfinancial Services”, *Journal of International Development*, 14, 273 – 294
- Mendes, A. (2007), *Estudo de Avaliação do Sistema de Microcrédito em Portugal*, Coleção Estudos e Análises, 43, Lisboa: OEFP
- MFC (2009), *2009 Directory of Funders Active in Eastern Europe and Central Asia*, Warsaw: MFC
- Microcredit Summit Campaign (2010), “What is Microcredit”, http://www.microcreditsummit.org/about/what_is_microcredit/, 10/03/10
- Millennium BCP (2010), http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/responsabilidadecorporativa/micro_credito, 10/04/2010)
- Misturelli, F. e C. Heffernan (2008), “What is poverty? A diachronic exploration of the discourse on poverty from the 1970s to the 2000s”, *The European Journal of Development Research*, 20, 666 – 684
- Mjøøs, O. D. (2006), “Presentation Speech Nobel Peace Prize 2006”,

http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2006/presentation-speech.html,
08/03/2010

- Nowak, M. (2008), “Microcredits in Europe”, *Revista de Economía Mundial*, 19, 27 - 32
- OCDE (2008), *Growing Unequal? Income distribution and poverty in OECD countries*, Paris: OCDE
- Planet Finance (2007), *Review of the Microfinance Sector in Selected Western European Countries: Organization, Dynamics and Potential Development*, Paris: Planet Finance
- Pitt, M. e S Khandker (1998), “The Impact of Group-Based Credit Programs on Poor Households in Bangladesh: Does the Gender of Participants Matter?”, *Journal of Political Economy*, 106, 958-96.
- Portela, J., P. Hespanha, C. Nogueira, M. Teixeira e A. Baptista (2008), *Microempreendedorismo em Portugal. Experiências e Perspectivas*, Lisboa: INSCOOP
- Robinson, M. (1998), “Microfinance: the paradigm shift from credit delivery to sustainable financial intermediation”, in *Strategic Issues in Microfinance*, Kimenyi, M., R. Wieland e J.D. Von Pischke, Hants: Ashgate Publishing
- Rosenberg, R. (2010), “Does Microcredit Really Help Poor People?”, *CGAP Focus Note*, 59, 1 - 8
- Scott, W. (1997), “Poverty in Transition in Eastern Europe and Commonwealth of Independent States: conceptual issues and some findings”, *Statistical Journal of the UN Economic Commission for Europe*, 14, 189 - 208
- SEF (2010), *Estatísticas*, <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>, 26/09/10
- Sen, A. (1979), “Issues in the Measurement of Poverty”, *Scandinavian Journal of Economics*, 81, 285 – 307
- Sen, A. (1982), *Poverty and Famines: an Essay on Entitlement and Deprivation*, Oxford: Clarendon Press
- Sen, A. (1983), “Poor Relatively Speaking”, *Oxford Economic Papers*, 35, 153 - 169
- Sen, A. (2001), *Development as Freedom*, Oxford: Oxford University Press
- Sen, A. (2005), “Human Rights and Capabilities”, *Journal of Human Development*, 6, 151–165
- Sengupta, R. e C. P. Aubuchon (2008), “The Microfinance Revolution: An Overview”, *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, January/February, 90, 9 – 30
- Taub, R. P. (1998), “Making the Adaptation Across Cultures and Societies: A Report on an Attempt to Clone the Grameen Bank in Southern Arkansas”, *Journal of Developmental Entrepreneurship*, 3, 353 – 369
- Tedeschi, G. (2008), “Overcoming Selection Bias in Microcredit Impact Assessments: A Case Study in Peru”, *Journal of Development Studies*, 44, 504 – 518
- Underwood, T. (2006), “Microcredit Research in the EU15 and European Economic Area (EEA)”, *European Dialogue*, 36, 23 – 32
- Unterberg, M. (2009), “Microfinance as a European Policy Issue – Policy Images and Venues”, <http://www.european-microfinance.org/data/file/microfinance-as-a-european-policy-issue-policy-images-and-venues.doc>, 29/03/10

- Wampfler, B., I. Guérin e J.M. Servet (2006), “The Role of Research in Microfinance”, *European Dialogue*, 36, 7 - 21
- Woodward, A. e M. Kohli (2001), *Inclusions and Exclusions in European Societies*, London: Routledge
- Yunus, M. (2002), *O Banqueiro dos Pobres*, Lisboa: Difel
- Yunus, M. (2008), *Criar um Mundo Sem Pobreza*, tradução de Mónica Bello, Lisboa: Difel
- Yunus, M. (2010), “What is Microcredit?”, http://www.grameen-info.org/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=108, 10/03/2010

Anexo I - Programas de Microcrédito em Portugal (2009)

	ANDC	Projecto GLOCAL – SIM	Millennium BCP	Associação Nacional Jovens Empresários	Misericórdia de Lisboa
Programa	Microcrédito	SIM – Sistema de Microcrédito para o Auto-Emprego e Criação de Empresas	Operação Autónoma de Microcrédito	Microcrédito ANJE	Microcrédito SCML
Parceiros	ANDC; IEFPP; Millennium BCP; CGD; BES	Superação SPA Consultoria; NERVIR; Cooperativa Cultural Voz do Marão; Altofuste – Consultoria e Gestão Agrária e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (fase experimentação); Caixas Crédito Agrícola Locais; Fundação Minha Terra (fase disseminação)	Millennium BCP; Cáritas Portuguesa; Fundação Calouste Gulbenkian; McKinsey	ANJE; CGD	SCML; Caixa Económica Montepio Geral
Público-Alvo	Pessoas que querem desenvolver uma actividade económica para a qual reúnem condições e capacidades pessoais, mas que não têm crédito junto da banca	Jovens à procura do 1º emprego e desempregados, principalmente mulheres	Pessoas excluídas do sistema bancário e que queiram criar o seu próprio posto de trabalho, através de um pequeno negócio ou alargamento de um já existente	Jovens com capacidade para promover a criação ou expansão do seu próprio emprego, ou que detenham maioritariamente o capital de sociedades recentemente constituídas ou em processo de constituição	Pessoas em situação de exclusão face ao sistema financeiro tradicional, que procuram criar o seu próprio emprego através de um projecto empresarial, e que sejam residentes em Lisboa
Início Programa	Dezembro 1998	2003/2004 (fase experimentação); 2005/2006 (fase disseminação)	Novembro 2005	Dezembro 2005	Mai 2006
Âmbito Geográfico	Nacional	Local: 6 concelhos do distrito Vila Real (fase de experimentação); 60 concelhos do Norte Interior e Centro de Portugal (fase de disseminação)	Nacional	Nacional	Concelho de Lisboa

	ANDC	Projecto GLOCAL – SIM	Millennium BCP	Associação Nacional Jovens Empresários	Misericórdia de Lisboa
Presença Física	Lisboa, Porto (1)	Vila Real – fase experimentação; Locais das Sedes das 13 Associações de Desenvolvimento Local protocoladas (3) – fase de disseminação	Lisboa, Porto, Funchal e Ponta Delgada	Porto, Maia, Coimbra, Algés, Faro, Évora (2)	Lisboa
Condições Empréstimos	Mínimo: 1000€; Máximo: 10000/12500€; Prazo máximo: 48 meses; Taxas de Juro: Euribor 90 dias + 2 ou 3%; fiador para 20% do capital mutuado (4)	Máximo: 75% do montante do investimento total a realizar até um valor de 25.000 €; Prazo máximo: 5 anos; Taxa de Juro: Euribor a 6 meses + 2%	Máximo: 17 500€; Prazo máximo: 48 meses; Taxa de Juro: definida de acordo com nível de risco	Máximo: 25 000€; Prazo máximo: 48 meses; Taxa de Juro: Euribor 90 dias + 3% (5)	Máximo: 15 000€; Prazo máximo: 48 meses; Taxa de Juro: Euribor a 6 meses + 2,5%; fiador para 100% do capital mutuado (4)

Fontes: ANDC, ADICES, Millennium BCP, ANJE e SCML

- (1) A ANDC tem ainda quatro técnicos sedeados localmente (Mirandela, Lousã, Faro e Évora), apesar de não dispor de espaço físico no local.
- (2) Locais da Sede e Núcleos Regionais da instituição.
- (3) Associações de Desenvolvimento Local protocoladas (e concelhos abrangidos): ADIBER (Góis, Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua); ADICES (Mortágua, Carregal do Sal, Santa Comba, Tondela); ADRIMAG (Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, S. Pedro do Sul, Sever do Vouga, Vale de Cambra); ADRUSE (Gouveia, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Seia e Manteigas); BEIRA DOURO (Lamego, S. João da Pesqueira, Moimenta da Beira, Sernancelhe, Tarouca, Penedono, Armamar, Tabuaço); DESTIQUE (Alfandega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor); DOURO HISTÓRICO (Alijó, Mesão Frio, Murça, Sabrosa, Peso da Régua, Stª Marta de Penaguião, Vila Real); DOURO SUPERIOR (Freixo de Espada à Cinta, Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo, Mogadouro); DUECEIRA (Lousã, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares); PINHAL MAIOR (Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova, Mação, Vila Rei); RAIÁ HISTÓRICA (Mêda, Pinhel, Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida); ADAE (Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós); MONTE-ACE (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Vila Viçosa).
- (4) Relativamente aos restantes programas não são explícitas, nas diferentes formas de divulgação dos programas, as garantias exigidas, nomeadamente garantias pessoais.
- (5) A partir de 2010, o limite máximo dos empréstimos aumentou para 50 000€, deixando este programa de se enquadrar como microcrédito.

Anexo II - Quadro Resumo - Estudos sobre Microcrédito

Referência bibliográfica	Período temporal	Âmbito geográfico	Metodologias	Variável Explicada	Variáveis Explicativas
Copestake <i>et al.</i> (2001)	1998	Zâmbia	Método <i>cross-section</i> para promotores existentes e novos	Taxa Crescimento Lucros; Diversificação Actividades; Crescimento do Rendimento do Agregado Familiar	Montante do 1º empréstimo; Montante 2º empréstimo; Idade do negócio; Propriedade do negócio; Consultoria; Experiência; Formação; Sexo; Estado civil; Habilitações; Electricidade
Khandker (2005) ⁽¹⁾	1998/99 - 1991/92	Bangladesh (amostra de 1638 agregados)	Análise em painel	Consumo da família	Vector de características da aldeia e dos agregados, incluindo idade e educação do cabeça do agregado; Crédito; Características não estimáveis do agregado
Mendes (2007)	1999-2006	Portugal (amostra de 167 inquéritos - ANDC)	Método <i>cross-section</i> ajustado	Variação do Rendimento Monetário Líquido dos Beneficiários	Inclusão no grupo de tratamento ou de controlo; Habilitações; Situação inicial Emprego; Situação inicial Desemprego; Indicadores específicos para indivíduos particulares
Tedeschi (2008)	1997/1999	Peru	Análise em painel; Método quase-experimental	Lucros das Empresas/Negócios	Vector de características individuais, do agregado e das empresas (Idade, Sexo, Dimensão Agregado, Estado Civil, Situação Económica, Actividade); Estatuto Crédito (Novo, Continuidade, Desistência), N.º dias com Crédito; Montante Crédito mais recente
Bikbaeva e Gaibnazarova (2009)	Modelo não foi aplicado por falta de dados para estimação	Uzbequistão (3 de 12 regiões)	Método <i>cross-section</i> para informação regional; Regressão multivariada	Volume de Microcrédito Concedido na Região	Crescimento do Empreendedorismo (proxies: n.º pequenas empresas e n.º empresas de comércio a retalho); Enquadramento Económico da Área Rural (proxies: taxa emprego na agricultura, taxa de desemprego, % pessoas empregues em comunidades agrícolas, taxa de produção)

(1) Este estudo foi realizado na sequência de um estudo anterior realizado por Khandker e Pitt em 1998, em que os autores, para o período de 1991/2 e uma amostra de 1798 agregados familiares do Bangladesh, utilizaram um método *cross-section* e quase-experimental (Khandker, 2005).

Anexo III - Tabela de Correspondências e Códigos utilizados

Situação do Negócio	
1	Aberto
2	Fechado

Idade	
18 – 24 anos	A
25 – 34 anos	B
35 – 44 anos	C
45 ou + anos	D

Nacionalidade	
Português	P
Imigrante	I

Habilitações	
1º ciclo (até 4º ano)	1C
3º ciclo (até 9º ano)	3C
Secundário (até 12º ano)	S
Universitário	U

NUTS II	Código	Cod. INE
Norte	N	11
Centro	C	16
Lisboa	L	17
Alentejo	AT	18
Algarve	AG	15

NUTS: Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

NUTS III	Código	Cod. INE
Minho-Lima	ML	111
Cávado	CV	112
Ave	AV	113
Grande Porto	GP	114
Tâmega	TM	115
Entre Douro e Vouga	EDV	116
Douro	D	117
Alto Trás-os-Montes	ATM	118
Baixo Vouga	BV	161
Baixo Mondego	BM	162
Pinhal Litoral	PL	163
Pinhal Interior Norte	PIN	164
Dão-Lafões	DL	165
Pinhal Interior Sul	PIS	166
Serra da Estrela	SE	167
Beira Interior Norte	BIN	168
Beira Interior Sul	BIS	169
Cova da Beira	CB	16A
Oeste	O	16B
Médio Tejo	MT	16C
Grande Lisboa	GL	171
Península de Setúbal	PS	172
Alentejo Litoral	AL	181
Alto Alentejo	AA	182
Alentejo Central	AC	183
Baixo Alentejo	BA	184
Lezíria do Tejo	LT	185
Algarve	ALG	150

Sector Actividade	Código	CAE Rev 3	
Agricultura e Pescas	A	A	011 - 032
Construção	C	F	411 - 439
Indústrias Forte Intensidade Tecnológica	IFT	C	20-21, 28-30, 33
Indústrias Baixa Intensidade Tecnológica	IBT	C	10-19, 22-25, 31 - 32 (Excepto 325)
Serviços de Distribuição	SDB	E, G, H, J	360-390, 451-479, 491-532, 581 - 639
Serviços à Produção	SPD	K, L, M, N	641-663, 681-683, 691-750, 771-829
Serviços Sociais	SS	O, P, Q	841-842, 851-856, 861-889
Serviços às Pessoas	SP	I, R, S	551-563, 900-932, 941-960